

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

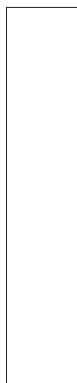
EL CABANYAL

O papel das dinâmicas sociais nos
processos de transformação urbana

Rute Portela Morais

M

2021



EL CABANYAL

O papel das dinâmicas sociais no processo de transformação urbana

Rute Portela Morais

Orientador: Prof. Doutor Álvaro Domingues, FAUP
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
2020/2021

Nota à edição:

Esta dissertação foi escrita em concordância com o novo Acordo Ortográfico, tendo como exceção as citações. As edições de língua não portuguesa estão traduzidas pela autora.

Agradecimentos

À mãe, pai e irmão, pelo apoio incondicional e pelas incansáveis palavras de encorajamento.

À família negra, por fazer o dia ter mais horas, por acrescentar área à minha cidade e pela partilha e aventuras inesgotáveis.

À Beatriz, por fazer do meu percurso académico mais rico e mais humano.

À Catarina, pela amizade de todas as horas.

Ao Junior, pela indescritível felicidade e por ouvir, acreditar e incentivar cada momento do presente trabalho.

ABSTRACT

The present work emerges as a result towards some considerations about the urban and the society that today experiences the urban space. It can be said that the social processes of today have a strong impact on the urban conditions in which they are inserted. The world lives nowadays in a context that produces a social network as a result of the contradiction of the economic, political and cultural systems. The new forms of the urban and the new processes of urban space appropriation emerge as a result of the capitalist system. This system has various consequences in the urban contexts, like a great inequality on rights and on access to a household, as well the lack of transparency in the urban transformation processes. This essay and its study case reflect some of these processes that occur today in the urban context and the political and economic forces that, in a certain way, have the power and dominate the construction of new urban realities and its forms of social appropriation.

As a direct consequence of the difficulties of urban regulation systems in a democratic environment, social paradoxes emerge that will influence the social and urban dynamics. The democratic system, that by itself implies a participative character, shows everyday more liabilities between the strong capital influence and, sometimes, the subversion of the political and institutional power, or in favor of some citizen, or against some other, or simply neglecting large sectors of society. This subversion can be observed in the study case, in a legitimization process of a prepotent urban plan, in total neglect of the inhabitants.

This transformation of the cities and of the urban spaces is, therefore, an answer to the new forms of organization of the capitalist system and arises as an inevitable 'adjustment' of society towards an unequal distribution of capital and opportunities, for various reasons.

These concerns made the present work emerge within the scope of the diverse interventions of the urban project, as a project of direct intervention in everyday life and that has a great impact in society.

El Cabanyal, in Valencia, Spain, is the study case that reflects various of this concerns and is example of some relevant practices in this field. Considering that its 'posicion' in an western world regulated by a democratic system, one that promotes the equality purposes, the study of the informal movements and of the participative practices is also posible and relevant.

This neighborhood, in the east cost of Spain is distinguished, since its primary phase, as a self built and self sufficient urban space. Despite that, when it becomes a part of the Valencia county, the rights of maintaining its characteristic image and, more important, to housing are then at risk. This threat takes place through expansion and regenerating plans of the city that ignore or underestimate the inhabitants as well as the existent buildings.

Knowing that the urban space doesn't live only by its construction or its regeneration programs, we can consider that its history and its memory are built through the real use of space and by everyday life. Thus, the regeneration plans of an urban environment must not be oblivious to its inhabitants, to the actual use of the public space, to the small local business, existing housing and the social practices as a participative and active groups in these plans.

RESUMO

A presente dissertação surge perante algumas considerações sobre a urbanidade atual e a sociedade que hoje vivencia e constrói o espaço urbano. Podemos considerar que os processos sociais de hoje e de sempre têm um forte impacto na condição urbana na qual se inserem. O mundo vive hoje de discrepâncias e diferenças que tecem um tecido social fruto das contradições dos sistemas económicos, políticos e culturais do mundo. As novas formas de urbanidade e os novos processos de apropriação do espaço urbano surgem como resultado do sistema capitalista. Este sistema traz diversas consequências nos contextos urbanos atuais, desde uma grande desigualdade de direitos e de acesso à habitação, até à falta de transparência nos processos de transformação urbana. Este trabalho e o seu caso de estudo vêm delatar alguns processos de transformação que hoje ocorrem em contexto urbano e as forças políticas e económicas que, de certa forma, detêm o poder e dominam a construção dos novos espaços urbanos e dos seus modos de apropriação social.

Como fruto ou direta consequência das próprias dificuldades do sistema de regulação urbanística em ambiente de democracia surgem paradoxos sociais que influenciarão as dinâmicas urbanas e sociais. O sistema democrático que, por si só implica um caráter participativo, apresenta cada vez mais debilidades, entre a forte influência do capital e, por vezes, a subversão do poder político e institucional ora a favor de alguns dos seus cidadãos, ora contra outros, ora simplesmente negligenciando largos setores da sociedade. Esta subversão pode ser observada no presente caso de estudo, num processo de legitimação de um plano urbanístico prepotente e completamente alheio aos habitantes já residentes nessa área urbana.

Esta transformação das cidades e dos espaços urbanos é, portanto, uma resposta às novas formas de organização do sistema capitalista e surge como inevitável ‘ajuste’ da sociedade perante uma desigual distribuição de capital e oportunidades por variadas razões.

Perante estas inquietações surge o presente trabalho no âmbito do estudo dos vários intervenientes do projeto urbano, de como projeto de intervenção atua diretamente na vida quotidiana e quais os impactos mais evidentes na sociedade.

Assim sendo, como objeto de estudo e aplicação de várias inquietações, o bairro conhecido como *El Cabanyal*, em Valência, Espanha é exemplo de algumas práticas bastante pertinentes neste âmbito. Tendo em conta a sua ‘posição’ no mundo ocidental, regulado por um sistema democrático, e promotor dos desígnios de igualdade, o estudo dos movimentos informais e das práticas participativas é também possível e pertinente.

Este bairro marítimo, na zona litoral este de Espanha caracteriza-se, desde os seus primórdios, por ser uma zona urbana autoconstruída e autosuficiente. Apesar disso, quando passa a formar parte do Município de Valência, vê-se ameaçado o seu direito de manter a sua imagem característica e, mais importante, o direito à habitação por parte das famílias que, desde sempre, estiveram presentes. Esta ameaça deu-se através de planeamentos de expansão e reforma da cidade que menosprezavam ou ignoravam a presença do bairro, a edificação existente e os seus habitantes.

Tendo em conta que o espaço urbano não vive apenas da sua construção, reabilitação, mas sim que a sua utilização real e a vida quotidiana escrevem a história e a manutenção da memória, o planeamento de requalificação de uma zona urbana não pode ser alheio à sua população, aos usos do espaço público, aos comércio, à habitação existente e às práticas da sociedade. Esta questão implica dinâmicas mais ativas ao nível da participação cidadã nos processos de planeamento e decisão que lhes dizem respeito.

SUMÁRIO

REFLEXÃO SOBRE O PANORAMA ATUAL	2
EL CABANYAL	10
CONTEXTUALIZAÇÃO	12
CRONOLOGIA DO LUGAR	14
SURGIMENTO E IMPLANTAÇÃO	16
ENQUADRAMENTO SOCIAL	20
MORFOLOGIA E DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO BAIRRO	34
PLAN GENERAL DE ORDENACIÓN URBANA	
PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN Y REFORMA INTERIOR DEL CABANYAL	
-CANYAMELAR	44
ESTRATÉGIA DE DESARROLLO URBANA SOSTENIBLE	
INTEGRADO EDUSI	48
PLAN ESPECIAL DEL CABANYAL	54
PROPOSTA VÍA VERDE CABANYAL	60
REFLEXÃO TEÓRICA	62
APLICAÇÃO DA PERSPETIVA TEÓRICA AO CASO DE ESTUDO	64
PROCESSO PARTICIPATIVO NO EL CABANYAL	72
O PAPEL DO TÉCNICO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
ANEXOS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
LISTA E CRÉDITOS DE IMAGENS	118

REFLEXÃO SOBRE O PANORAMA ATUAL

Atualmente, os diversos contextos de transformação da urbanização desenvolvem-se sob pressão de várias necessidades¹, integrados numa sociedade “mais racional, mais individualista e mais diferenciada”², o que revela também consequências a nível do território: “autonomia crescente em relação às condições espaciais e temporais”, “uma individualização cada vez mais forte” e “uma multiplicidade de pertenças sociais”³.

A condição urbana atual é um reflexo e, simultaneamente, uma consequência de uma condição social agora enraizada nos sistemas de mercantilização à escala global de vários serviços, bens e infraestruturas necessárias à vida quotidiana. Ou seja, hoje o solo urbano torna-se cada vez mais objeto de mercantilização, de troca e valor de transação. Convertido em mercadoria, o solo transforma-se num bem transaccionável que pode funcionar como produto financeiro num jogo especulativo onde apenas interessa a expectativa de geração de lucro e mais-valia. É neste ambiente capitalista que surgem várias perspectivas e ‘lutas anticapitalistas’.

A emergência de novos fenómenos urbanos tornou inconcebível o tradicional conceito de 'cidade' representado ou ficcionado como uma concentração populacional, onde se verifica a implementação de um sistema organizado e fisicamente estruturado, capaz de criar um organismo supostamente auto-suficiente e infraestruturado, com forma e limites perfeitamente reconhecíveis, recortando-se nitidamente do território envolvente. Contrariamente à "cidade" - pensada como um lugar-, a urbanização é um processo que toma forma e lugar em contextos extremadamente distintos, fruto da diversidade dos contextos sociais e do efeito crescente da globalização.

Podemos identificar alguns autores que foram fundamentais para o estudo das novas formas urbanas e das respetivas transformações e mudanças que eram necessárias implementar na análise dos novos ambientes urbanos. Um deles é Henri Lefebvre que trouxe ao debate “o direito à cidade”, expressão que impulsionou e fundamentou as perspectivas de análise de outros autores como Christian Schmid, Neil Brenner e Edward Soja.

Lefebvre escreveu sobre as novas formas urbanas que emergiam como fruto do sistema capitalista e as respetivas consequências urbanísticas e sociais do mesmo. Escreve que a urbanidade não tem “volta atrás (em direção à cidade tradicional), nem um voo de frente, para uma aglomeração colossal e sem forma”⁴. O seu pas-

1 Necessidades mencionadas por Lefebvre em *The Right to the City*: “necessidade de segurança, necessidade de certeza e aventura, organização, trabalho e brincadeira; previsível e imprevisível, isolamento e encontro”, outras delas consideradas pelos planeadores: “informação, simbolismo, o imaginário e o jogo”; LEFEBVRE, 1996, p. 148

2 ASCHER, referenciado em: FERNANDES, 2015, p. 51

3 FERNANDES, 2015, p. 51

4 LEFEBVRE, 1996, p. 148

sado, presente e futuro não pode ser separado. Lefebvre descreve uma abordagem indispensável que vemos no 'fazer cidade', baseado em três conceitos teóricos – estrutura, função e forma.

Considerava, já em 1968, que o espectro de análise das novas formas urbanas deveria ser reformatado, uma vez que o urbano e a urbanização são multiescalares, interactivos/sistémicos, produzindo pobreza ou acumulação nas mais diversas circunstâncias, estando dependentes de formas de regulação locais/globais muito diversas. Denuncia também o aparecimento de um “espaço abstrato”, através de um processo de abstração social, consequência das lógicas de circulação de capital do sistema capitalista.

"A cidade situa-se num ponto médio, a metade de caminho do que se chama ordem próximo (relações de indivíduos em grupos mais ou menos extensos, mais ou menos organizados e estruturados, relações de estes grupos entre si) e ordem distante, o da sociedade, regulado por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado) por um código jurídico normalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos simplificativos." ⁵

A análise destes fenómenos urbanos necessita, portanto, de novas perspetivas de análise e do ‘abandono’ das definições categóricas de ‘cidade’. Schmid descreveu a análise da urbanização como um processo multidimensional, onde afirmava que a urbanização deveria ser entendida como multi-escalar, uma vez que as "diferentes escalas e níveis de realidade social" ⁶ conectam diferentes lugares e territórios. Esta lógica relacional "implica analisar situações urbanas concretas e contextualizá-las em relação a processos mais amplos" ⁷.

Segundo este autor, podem surgir manifestações de urbanidade (que exigem novas ferramentas para a análise urbana atual), até nos contextos menos 'categóricamente' urbanos, como por exemplo em ambientes em processo de urbanização. Como exemplo o autor referencia a investigação de Ananya Roy sobre a região de Dankuni, a norte de Calcutá na Índia, afirmando que "tais lugares permitem-nos pensar sobre o urbano como um processo contingente e incompleto, assim como ‘categoria indecível’" ⁸. Sublinha a importância da sua exploração do urbano, além das definições clássicas de aglomeração. Apesar de, na opinião dos autores, a aglomeração não ser o elemento definidor do urbano atualmente, o poder da aglomeração continua a ser fundamental nas dinâmicas de industrialização. “A concentração espacial dos meios de produção, população e infraestrutura são uma potente força geradora que continua a fomentar ondas de acumulação de capital e a reformatar lugares, territórios e paisagens a todas as escalas.” ⁹.

⁵ LEFEBVRE, 1969, p.64

⁶ SCHMID, 2018, p. 596

⁷ Ibidem, p.601

⁸ Ibidem, p. 602

⁹ BRENNER e SCHMID, 2015, p. 153

Schmid e Brenner expõem, em ‘Towards a new epistemology of the urban?’, o processo de investigação e análise dos novos fenómenos urbanos, deixando claro que não é na procura de uma nova epistimologia¹⁰ da ‘cidade’, do urbano que consideram estar o caminho para a compreensão e correta análise dos diferentes contextos urbanos atuais. Assim sendo, consideram três ‘macro-tendências’ que aparentemente se consolidam:

As novas geografias de desenvolvimento irregular do espaço, através de uma interação contraditória entre processos rápidos e explosivos de urbanização e variadas formas de estagnação, de ‘contração’ e marginalização. Esta nova imagem de irregularidade não pode, portanto, ser “adequadamente capturada através dos modelos de área, com as suas diferenciações tipológicas de espaço entre urbano/rural, metrópole/colónia, primeiro/segundo/terceiro mundo, Norte/sul, Este/oeste”¹¹. Os autores consideram que as diferentes condições de riqueza e pobreza, crescimento e declínio, inclusão e exclusão, centralidade e marginalidade exigem novas abordagens ao entendimento e influência nos processos de desenvolvimento espacial irregular sob o sistema capitalista.

Outra ‘macro-tendência’ é a mudança da “natureza básica das realidades urbanas”, cada vez mais diferenciadas, polifórmicas, variadas e multiescalares em relação aos anteriores “ciclos de urbanização capitalista”. Afirmam que o “fenómeno urbano contemporâneo não pode ser entendido como uma condição singular derivada da replicação serial de uma condição socio-espacial específica ou tipo de assentamento”¹².

A terceira destas tendências é a mutação profunda e rápida das geografias regulatórias da urbanização capitalista. O período contemporâneo presenciou a proliferação das novas geografias de governança urbana que já não estão “ordenadamente agrupadas num quadro territorial único e abrangente de poder de estado a nenhuma escala espacial”¹³. Pelo contrário, uma paisagem do território variada, polarizada, multiescalar e relativamente descoordenada emerge.

"Entendemos a urbanização planetária não apenas como um único processo abrangente, mas sim como uma interação complexa de processos relacionados, mas contraditórios, marcados pelo desigual crescimento do capitalismo e por múltiplas e específicas determinações sociais e políticas." ¹⁴

Estes novos fenómenos 'abandonaram' os modelos categóricos e tradicionais de centro-periferia, assumindo várias centralidades, novas formas e funções das periferias. A denominada Urbanização Planetária é exactamente a expressão diversa do modo como a urbanização pode emergir em qualquer lugar do planeta tocado pela rede de relações que organiza a globalização dos modos capitalistas de produção:

¹⁰ No sentido de encontrar um novo significado que definisse categoricamente o urbano ou a ‘cidade’.

¹¹ BRENNER e SCHMID, 2015, p. 152

¹² Ibidem, p. 152

¹³ Ibidem, p. 152

¹⁴ SCHMID, 2018, p. 592

nas zonas de extracção de matérias primas, de produção energética eléctrica, de construção das infraestruturas e sistemas que organizam a mobilidade do capital, dos bens, dos serviços ou da informação, da contratação de mão-de-obra, etc. Tudo isso produz uma materialidade urbana em tudo diferente das convencionais “cidades”. A análise destes novos fenómenos deve ser descentrada, desde uma visão ex-cêntrica.

"Neil Brenner e eu entendemos a urbanização como multiescalar, e a sua configuração escalar como ativamente contestada e, por isso, maleável." ¹⁵

Estas transformações dos contextos urbanos aparecem devido a vários fatores: a criação de novas escalas de urbanização; a rearticulação 'em nublada' da estrutura urbana; a desterritorialização e reterritorialização do *hinterland* - tendo em conta que o *hinterland* correspondia, no modelo categórico de representação da cidade, a área de influência que lhe era próxima que fornecia recursos fundamentais para o funcionamento diário da cidade. Uma vez que, atualmente, a geografia de origem desses recursos é mais variada, próxima ou remota, a relação habitual de cidade/campo ou cidade/território baralha-se; o aparecimento das paisagens “operacionais” que fazem parte desse *hinterland* da urbanização planetária (produzindo energia, recursos, bens, serviços destinados ao consumo urbano); a emergência dos corredores urbanos de grande escala; e a urbanização das regiões 'selvagens'. ¹⁶

Schmid e Brenner defendem que a teoria do urbano deve ser "inteiramente prática e tem de provar o seu valor no confronto com a realidade social" ¹⁷, afirmando que os novos fenómenos urbanos e a intervenção nos mesmos é sempre uma intervenção no processo social, uma vez que a sociedade e a vida quotidiana integram essa realidade social, assim essencial nos processos de análise urbana. Este conceito conjuga o processo de produção material do ambiente construído e a produção de representações do espaço com as experiências vividas dos usuários. Considera ainda que a análise da urbanização planetária deveria dar-se através de vários aspetos que se conjugam e se completam: os processos de circulação de capital; a produção global de redes e estratégias do Estado (exemplos...); mas também as mobilizações sociais, condições concretas da vida quotidiana e as relações sociais envolvidas.

Estes autores argumentam que hoje se torna necessária uma conceção mais multifacetada, que ilumine a interação entre três momentos mutualmente constitutivos: urbanização concentrada; urbanização estendida; urbanização diferencial. Afirma que estes três momentos estão conectados e são distinguidos analiticamente

Edward Soja, na sua obra 'Pós-metrópolis', estuda as novas formas urbanas e as suas transformações, a partir da premissa de que o espaço urbano é atualmente o resultado de dinâmicas sociais.

¹⁵ SCHMID, 2018, p. 601

¹⁶ Ibidem, p. 592

¹⁷ Ibidem, p. 598

"O espaço urbano pode ser estudado como um complexo de 'práticas espaciais' materializadas, que trabalham de forma conjunta para produzir as formas concretas e os padrões específicos do urbanismo como forma de vida"¹⁸

O autor deixa claro que o estudo e a análise do urbano "tende a ser reduzida a formas fixas"¹⁹ e são "interpretadas" como os produtos materializados de aquilo que normalmente é considerado como processos históricos, sociais, políticos, econômicos, de conduta, ideológicos, ecológicos e assim sucessivamente, mas não espaciais."²⁰

"O espaço urbano, essencialmente reduzido a um resultado ou produto da ação e intenção social, é visto como algo a ser explicado. Só de vez em quando é reconhecido como um processo dinâmico de construção espacial (e social), como uma fonte de explicação em si mesmo."²¹

Ao longo do seu trabalho, expõe

"seis discursos sobre a pós-metrópole. (...) uma metrópole industrial pós-fordista flexivelmente especializada; uma região urbana globalizada ou cosmópolis; uma exopólis pós-urbana ou megacidade; uma cidade fractal de desigualdades intensificadas e polarização social; um arquipélago 'prisioneiro' de cidades fortificadas; e uma coleção de 'simcities' hiper-reais"²²

A partir do caso de *Los Angeles*, testemunho do caráter composto dos processos urbanos, reflete sobre as condições e novas dinâmicas destes novos fenômenos. O autor considera que "a aglomeração e o espaço urbano (...) estendem os seus efeitos em três direções: "desde o centro em direção ao seu interior imediato (um efeito intraurbano); desde cada centro em direção a outros centros de tamanho relativamente similar (vínculos interurbanos) e entre a grande quantidade de assentamentos de distintos tamanhos na rede regional (um efeito hierárquico que quase sempre, mas não sempre, se filtra lentamente desde as cidades maiores até às mais pequenas)."²³ Argumenta ainda que a aglomeração é, além de um processo de atração, "um movimento interior em direção a um centro"²⁴. Conclui que "existe uma relação complexa e dinâmica entre as forças de aglomeração e centralização (forças centrípetas) e as forças de expulsão e descentralização (forças centrífugas), operando novamente numa variedade de escalas distintas, cujos efeitos resultantes diferem de um lugar a outro, ao mesmo tempo que mudam com o passar do tempo."²⁵

Los Angeles é testemunho, após os anos 80, de uma dinâmica de desindustrialização e reindustrialização, com o fim da indústria de cadeias de montagem de automóveis e com a posterior instalação de pequenas indústrias têxteis, cinematográficas

18 SOJA, 2008, p. 39

19 Ibidem, p. 40

20 Ibidem.

21 Ibidem.

22 Ibidem, p. 22

23 Ibidem, p. 48

24 Ibidem.

25 Ibidem.

cas e militares. Estes fenómenos delatam a pressão contínua das novas formas de capital e a consequente tendência de segregação da pós-metrópole.

"A nova geografia do urbanismo metropolitano é vista, portanto, tanto como o produto de uma descentralização como da recentralização, da desterritorialização como da reterritorialização, da contínua expansão e de uma nucleação urbana intensificada, de uma crescente homogeneidade e heterogeneidade, da integração socio-espacial e desintegração, etc." ²⁶

Afirma que os termos 'cidade exterior' e 'cidade central' são cada vez mais difíceis de definir ou "cartografar com clareza ou confiança." ²⁷

A análise urbana atual deve, portanto:

"Manter o âmbito o âmbito de interpretação crítica radicalmente aberto a perspectivas muito diferentes, enquanto ao mesmo tempo, são guiadas por um projeto político, por interpretações da pós-metrópole que podem ajustar na prática a conseguir uma maior justiça social e espacial." ²⁸

26 SOJA, 2008, p. 355

27 Ibidem.

28 Ibidem, p. 356



EL CABANYAL

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO



Figura 1 - Fotografia da praia do *Cabanyal*, 1935; Fonte: página web - <<http://zonamaritima.blogspot.com/>>

Figura 2 - Fotografia da rua *Nicolas Monsoriu*, 1974; Fonte: <<http://zonamaritima.blogspot.com/>>

Figura 3 - Fotografia *Cabanyal*, 2021; Fonte: Elaboração própria

CONTEXTUALIZAÇÃO

Fruto do estudo das questões acima expostas, surge como caso de estudo o conjunto urbano *El Cabanyal*. Este é um caso de estudo que reflete as consequências da realidade urbana em que vivemos e o resultado do sistema político e capitalista do mundo ocidental, assim como os respetivos caminhos da urbanidade do século XXI. Este conjunto situa-se na frente marítima da cidade de Valência, na costa este de Espanha.

A sua implantação primária surge a partir do assentamento de um povoado que, primeiramente se dedicava à indústria pesqueira e que, mais tarde, alberga também trabalhadores do porto da cidade que é, ainda hoje, um dos portos mais importantes da Europa. O primeiro testemunho deste assentamento data de 1271 e era um conjunto de barracas autoconstruídas e auto-organizadas de *canyes y fang*²⁹ que se foi implementando em linhas paralelas à linha de costa, tal morfologia geral capaz de manter-se até à atualidade. Desde a sua situação de linhas paralelas ao mar, preenchidas de barracas e os seus respetivos habitantes, até à implantação mais física e dos alinhamentos posteriores, já se presenciava uma morfologia geral bastante favorável a nível de ventilação e iluminação das casas. Posteriormente, com os realinhamentos desta zona presencia-se uma rede retiforme formada por ruas e travessias perpendiculares, com direção norte-sul, este-oeste.

“Cabanyal não era ainda mais do que um grupo de algumas barracas habitadas por pescadores (...) A barraca é um modelo de habitação, adotado pelos pescadores da praia”³⁰

Tendo sido desde sempre um bairro feito por e para os seus habitantes, presenciámos hoje, com a globalização dos mercados imobiliários, o alto risco de gentrificação e a preponderância e omnipresença dos setores económicos e políticos, uma ameaça à própria habitabilidade deste bairro. Entre planificações *verticais*³¹, conflito de interesses e a estigmatização do bairro como “barreira às pretensões marítimas da cidade”³², encontra-se um conjunto urbano que reflete ainda as consequências do seu passado e presente: abandono de edificações, a insegurança dos seus habitantes – por um lado, potencializada pelo grande interesse do mercado imobiliário, por outro, pela ocupação indevida dos edifícios abandonados e pelas atividades ilícitas cada vez mais presentes - pelo conflito interno e o perigo cada vez mais significativo de gentrificação.

29 *Canyes y fang* – canas e barro; HERRERO GARCÍA, 2016

30 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 27

31 Termo utilizado e explorado por Luis Herrero García, para explicar a atitude dos planeadores como um olhar vertical sobre as mudanças e consequências reais dos mesmos, um planeamento que se baseava nas duas dimensões de uma planta, na ignorância dos fatores sociais existentes e do caráter devastador das suas pretendidas demolições.

32 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 122

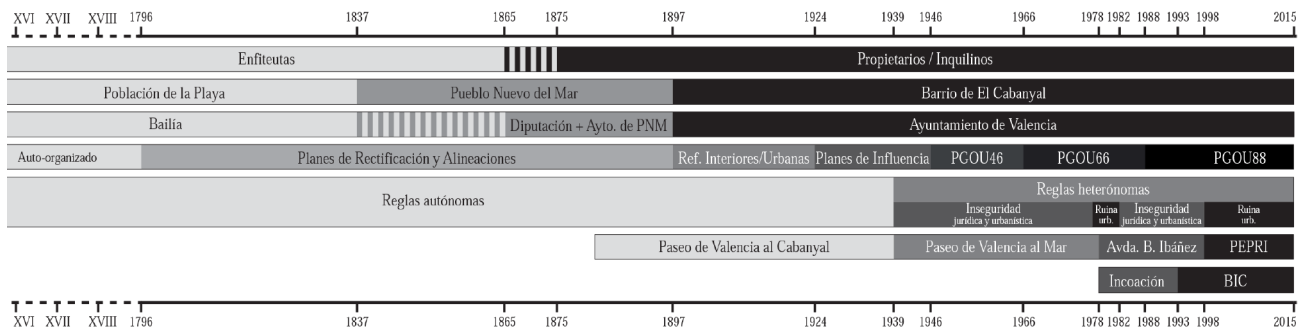


Fig. 4 - Fotografia satélite da zona litoral de Valência; Fonte: Google Maps

Fig. 5 - Localização do conjunto *El Cabanyal*; Fonte: elaboração própria sobre imagem de Google Maps

Fig. 6 - Cronologia *Cabanyal*; Fonte: HERRERO GRACÍA, 2016

Assim sendo, o seguinte capítulo aportará uma análise do caso de estudo, tendo por base o seu contexto histórico, social e a atualidade e aplicação dos temas da condição urbana atual. Entre estes temas podemos sinalizar o crescimento autónomo e, de certa forma, estigmatizado, do conjunto, a prepotência de alguns planos urbanísticos e as suas respetivas consequências no desenvolvimento do mesmo e, interdependente destes acontecimentos, o processo informativo e participativo dos vários planos e intervenções já como resposta ao impacto da sua inexistência.

CRONOLOGIA DO LUGAR

Através da figura 6 podemos analisar a cronologia geral do conjunto urbano e os diferentes intervenientes no seu desenvolvimento. Assim sendo, apresenta-se uma cronologia baseada em diferentes parâmetros: desde (1) o sistema de propriedade, (2) a toponímia, ou seja, o nome que este conjunto teve, (3) a governança e gestão, (4) planeamentos, (5) 'regras' que regiam o desenvolvimento urbano, (6) projetos que albergavam a ideia de Passeio ao Mar e (7) o valor patrimonial.

Tendo em conta os primeiros séculos de existência e reconhecimento deste 'Povoamento da praia', deparamo-nos com um povoado auto-organizado, gerindo-se através de contratos enfiteúticos pela *Bailía General*³³, onde as regras autónomas de desenvolvimento do bairro prevaleciam. É já em 1837 que se torna um município independente com o nome de *Pueblo Nuevo del Mar*, assim governado pela delegacia e pela respetiva prefeitura - o *Ayuntamiento del Pueblo Nuevo del Mar*. Este momento insere-se no que foram os planos de retificação e alinhamentos desta zona urbana, em vigor desde 1796 até 1897. Última data esta onde o município se anexa ao município da grande Valência, dando lugar a planos de reformas interiores e urbanas até 1924 e planos de influência até 1946. A partir desta data aparecem os *Planes Generales de Ordenación Urbana*, que se apresentarão sob várias versões até 2015. Em toda estas épocas, este conjunto passa a ser o bairro *El Cabanyal*, assim a cargo do *Ayuntamiento de Valencia*, onde agora o sistema de propriedade é uma relação entre propriedade e inquilinos. Estas oscilações no campo dos planeamentos trazem, a partir de 1939, um espectro de regras heterónomas, aliado a uma insegurança urbanística e jurídica que se interrelacionava com uma crescente ruína urbanística. Estas sequências de insegurança e ruína relacionavam-se com uma ideia de passeio de conexão direta da cidade de Valência ao *Cabanyal*, materializando-se nos novos planos pós anexação do município, mais tarde apelidada de *Avenida Blasco Ibáñez*. Esta ideia de passeio pretendia em todas as suas diferentes formas, demolir uma zona deste bairro, já construída e habitada. Fruto dessas intenções e da necessidade de proteção de um bairro que estaria em risco de destruição e significativa mudança da vida da sua população, aparecem medidas protetoras, a nível patrimonial, como a declaração de algumas zonas do mesmo como *Conjunto*

33 Uma das entidades administrativa mais importantes do reino de Jaume I, à qual correspondia o direito entre o físico e os particulares, assim como a administração do Património Real.

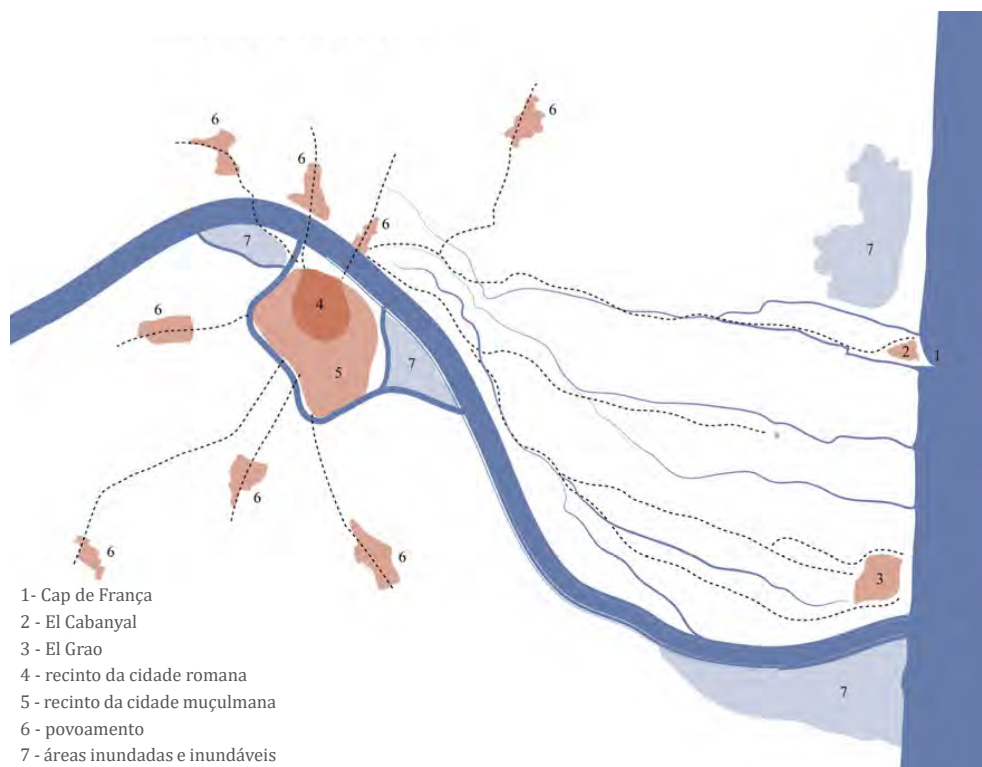


Fig. 7 - Hipótese de origem do Cabanyal no Cap de França; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Fig. 8 - Divisão do conjunto El Cabanyal. 1- Cap de França; 2 - Cabanyal; 3- Canyameler; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Histórico Protegido, assim oficialmente declarado de *Bien de Interés Cultural* em 1993.

SURGIMENTO E IMPLANTAÇÃO

Em 1271, todos os terrenos do reino de Valência são declarados propriedade do rei Jaume I e, consequentemente, do *Real Patrimonio*, albergando como entidade gestora destas propriedades, a *Bailía General*. Esta entidade terá uma grande importância no domínio e gestão dos terrenos da zona marítima.

“O Real Património (...) deve ser reputado como possuidor legítimo das praias de Valência, enquanto não esteja compreendido dentro da zona marítima”³⁴

O núcleo marítimo de Valência nasce de uma vontade do rei, em pleno século XIII de recuperar o comércio marítimo do reino, pretendendo assentar um núcleo de população estável infraestruturado no terreno baixo e pantanoso que caracterizava a frente marítima da grande cidade. Este assentamento ajudaria a suplantar os problemas de navegabilidade do rio principal da cidade: o rio *Turia*, que rodeava o núcleo central da cidade. Nasce, primariamente, através da autoconstrução, por parte dos próprios habitantes, que erguiam barracas alinhadas em linhas paralelas que, mais tarde, por impulso oficial se tornaram construções de obra sólida, alinhadas e infraestruturadas.

Este núcleo chamar-se-ia *Vila Nova Maris Valentiae*, tendo sido este nome a primeira referência de um núcleo populacional na zona litoral sendo que, a finais do século XIV, havia já um núcleo marítimo, dotado de infraestruturas, mais tarde conhecido como *El Grao*, atualmente o núcleo mais a sul do distrito *Poblados Marítimos*.

Ao longo das épocas, este núcleo foi-se oficializando, tornando as casas existentes em obra sólida, com os planos de alinhamento, crescendo em área, tanto a oeste, como ganhando terreno a este, assim permitido pelo recuar da linha do mar. Atualmente este distrito subdivide-se em cinco bairros principais, sendo eles, de norte a sul: *Malvarrosa*, *Cabanyal*, *Beteró* (a oeste), *El Grao* e *Nazaret*. Sendo que, atualmente referencia-se o *Cabanyal* a todo o conjunto que compõem as três zonas indicadas na figura 8: (1) *Cap de França*, (2) *Cabanyal*; (3) *Canyamelar*.

A primeira referência bibliográfica do *Cap de França* aparece em 1422 e só no sé-

³⁴ Do domínio real exceptuavam-se as praias no domínio marítimo-terrestre onde teria jurisdição a Marina; Danvila, Manuel: *El Libro Del Proprietario*; mencionado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 41

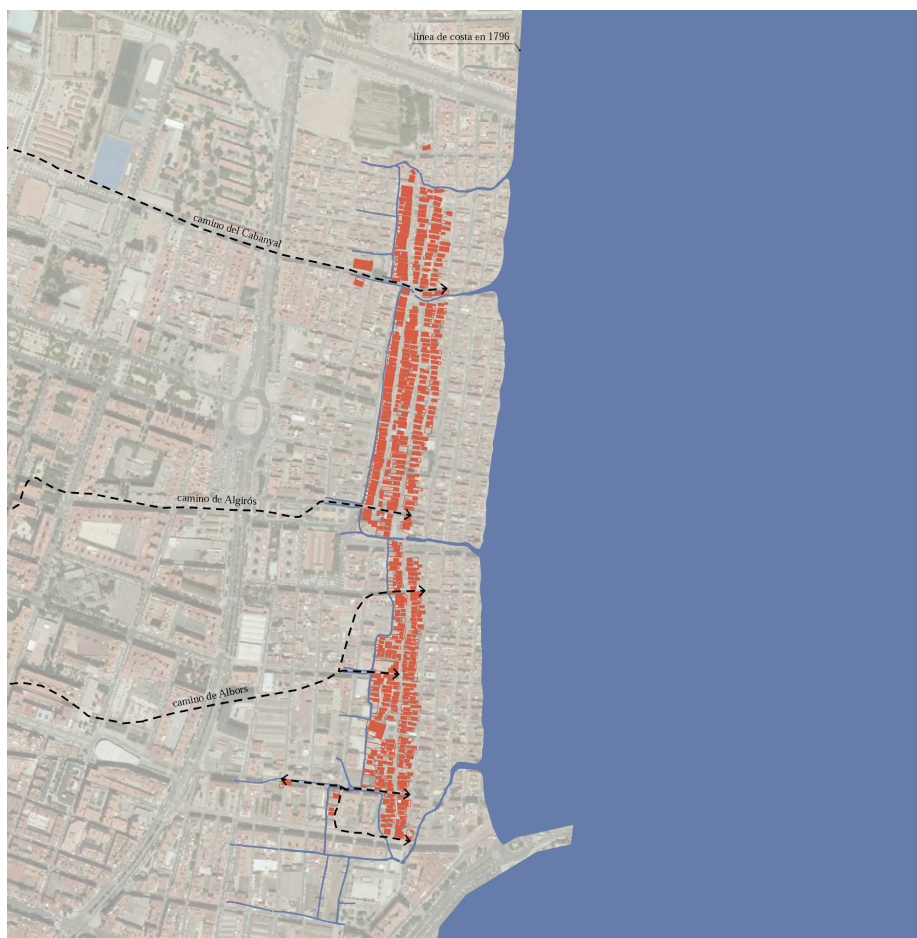
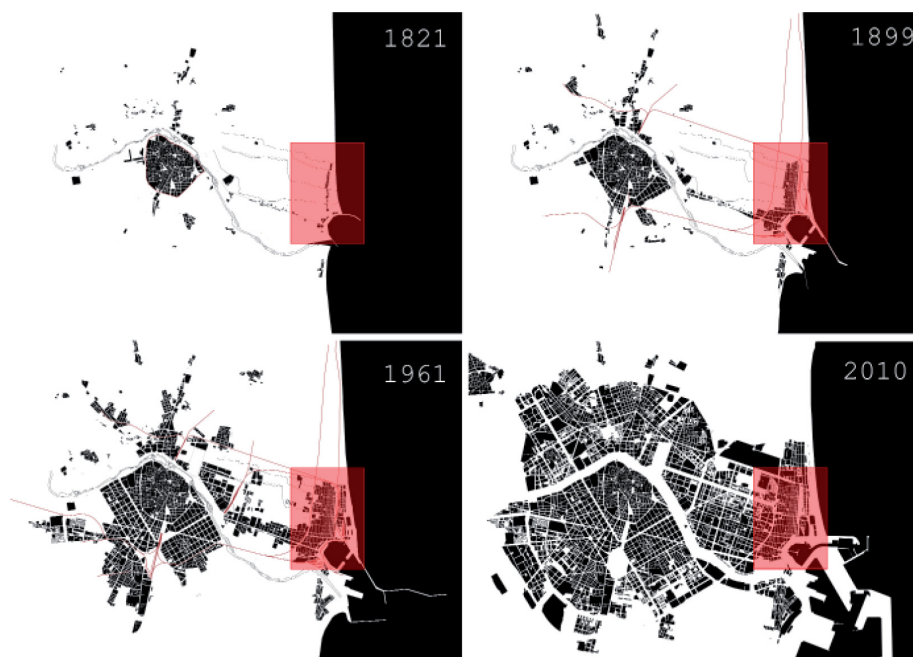


Figura 9 - Evolução do território; Fonte: VAREA ORO, 2015

Figura 10 - Escala do bairro em 1796; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

culo XVII as primeiras referências desenhadas. Apesar disto, é ao longo do século XVIII que começa a haver uma informação mais detalhada e um estudo topográfico e populacional da zona litoral. Aitor Varea Oro descreve este núcleo como “um humilde povoado de pescadores configurado assim por linhas de barracas paralelas à praia que formavam uma fachada marítima em conjunto com o núcleo amuralhado de *Vila Nova del Grao*.”³⁵

A meados do século XVI havia já um núcleo com setenta casas na frente marítima, entre eles, militares, comerciantes e trabalhadores da hotelaria. A princípios do século XVII Valência tinha o seu núcleo amuralhado central, religioso e administrativo e um núcleo marítimo, *El Grao*, sendo que a perceção do mesmo era de um bairro forte que se auto sustentava através do seu próprio comércio local e hoteleiro. Sendo que ainda eram consideradas como duas cidades distintas. A frente marítima não era parte da grande Valência.

“*Cabanyal* ainda não era mais do que um agrupamento de algumas barracas habitadas por pescadores, separada por um tiro de artilharia do *El Grao*, com o qual se comunicava mediante um caminho.”³⁶

Apesar da atividade económica deste núcleo se ter baseado na pesca e na indústria do porto, a finais do século XVII surge uma nova atividade complementar no núcleo *El Grao*: excursões desde o centro da cidade, através do antigo *Camino del Mar*, atual rua *Islas Canarias*. Uma indústria que cresceu e tem ainda atualmente um papel bastante influenciador no núcleo, tendo em conta que a cultura do ócio de verão, praia e turismo são fatores económicos bastante importantes no bairro.

³⁵ VAREA ORO, 2015, p. 160

³⁶ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 27-28

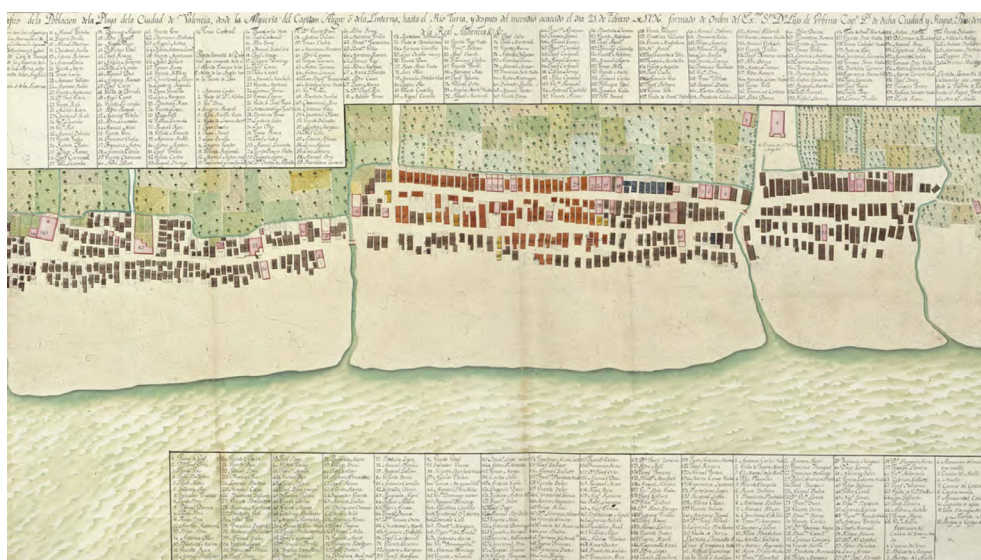


Figura 11 e 12- Plan Geográfico de la playa de Valencia, 1796; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016
Figura 13 - Fotografía Cabanyal de 1858; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

ENQUADRAMENTO SOCIAL

O conjunto urbano do *Cabanyal* aparece referenciado pela primeira vez na época do rei *Jaime I*, na segunda metade do século XIII. Sendo que, todos os terrenos eram propriedade real, os modelos de ‘contrato’ dos mesmos faziam-se através da entidade ‘gestora’ do *Patrimonio Real*: a *Bailía General* e eram feitos em modelo de contratos enfitêuticos³⁷. Sendo que o próprio enfitauta, depois de reconhecer o domínio direto do rei sobre a propriedade do solo, adquire domínio sobre esse solo, em troca do que classificaríamos hoje como um imposto, uma renda - “cânon anual, do luismo”³⁸.

Sendo assim, o enquadramento social era o de um assentamento populacional administrado, através do laudémio, pelo reino e da sua intenção de assentar um núcleo populacional estável e infraestruturado na zona costeira da cidade.

A relação deste núcleo com o que se tornaria centro administrativo e religioso da grande cidade estabelecia-se através de uma rede de caminhos que penetravam um largo terreno de horta que estava entre ambos – posteriormente intitulada de *huerto del partido de Santo Tomás*. Esta rede de caminhos colmatava a necessidade de comunicação entre a frente marítima e o núcleo central da cidade, tendo sido uma solução à perda de navegabilidade do rio *Turia*.

Ao longo dos séculos a população do bairro cresceu significativamente. Em 1683 *El Grao* triplicava já o número de famílias do século anterior, fazendo com que se alcançasse já a condição de povoamento, com 163 famílias.

A sua situação deste povoamento é documentada por *Luis de Urbina*, a finais do século XVIII, através de um plano detalhado do conjunto: em *Cap de França*: 84 vizinhos, 87 barracas, 5 casas-fazenda; *Cabanyal*: 205 vizinhos, 195 barracas, 24 casas-fazenda; *Canyamelar*: 201 vizinhos, 230 barracas, 27 casas-fazenda; e *El Grao*: 68 vizinhos, 69 barracas, 32 casas-fazenda; tudo isto daria totais de 558 famílias e 669 barracas. (ANEXO 1)

A abolição do regime feudal em 1837 pressupunha o confiscar dos direitos de propriedade do *Real Patrimonio*, mas em 1841 o feudalismo permanecia no bairro, exercendo o seu poder sobre a propriedade e continuando a cobrar o laudémio. É apenas em 1865 que se publica a lei confiscadora do *Patrimonio Real*, fazendo desaparecer a *Bailía General*, obrigando a venda ou cedência dos censos enfitêuticos: a *Ley de Desamortización del Patrimonio Real*.

³⁷ Este tipo de contrato é um contrato derivado do aluguer, a longo prazo ou perpetuamente, de terrenos públicos a indivíduos, no qual os indivíduos têm obrigação de pagar uma renda e de manter o imóvel em boas condições.

³⁸ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 23



Handwritten survey document titled "Estado demonstrativo da rua de la Reina". The document is organized into a grid with columns labeled "Vila 1.", "Vila 2.", "Vila 3.", "Vila 4.", "Vila 5.", "Vila 6.", "Vila 7.", and "Vila 8.". Each column contains a list of names and addresses, with handwritten notes and signatures interspersed.

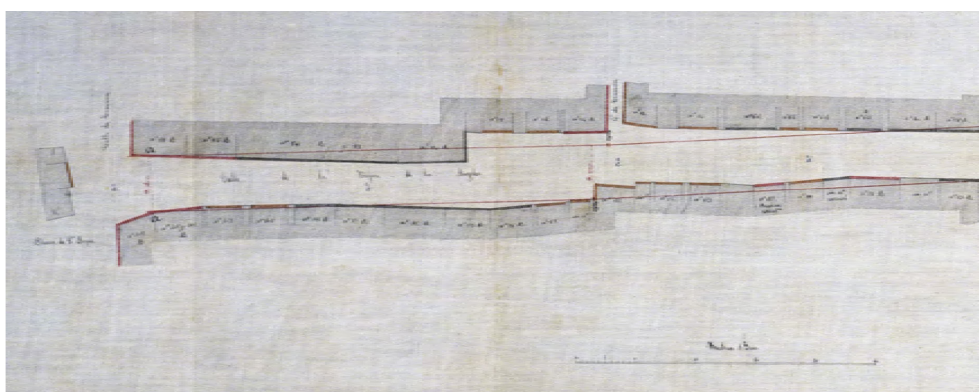


Figura 14 - Fotografia *Acequia del Gas*, 1867; Fonte: CALVER, 1911

Figura 15 - Estado demonstrativo da rua de la Reina; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 16 - Plano Geométrico da Calle de la Virgen e Los Angeles, 1867; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Em 1837 forma-se o *Pueblo Nuevo del Mar* - um município marítimo independente, que exerceu competências urbanas sobre o território que atualmente forma o distrito *Poblados Marítimos*. Este município é anexado ao município de Valência em 1897, albergando já um 7% dos habitantes de Valência (com 2903 edifícios, 2567 casas e 336 barracas, sumando um total de 14 000 pessoas).

partida	casas		barracas		familias	
	1796	1897	1796	1897	1796	1897
canyamelar	27	1196	230	58	201	1220
cabanyal	24	952	195	155	205	1032
cap de França	5	419	87	123	84	572

Tabela de evolução do número de barracas, casas e famílias entre 1796 e 1897³⁹

Tendo em conta a ignorância deste território como parte integrante de Valência e, tendo estado sessenta anos como município independente, o distanciamento e isolamento desta zona tornaram-se algo inevitável. As consequências desta distância e isolamento traduziram-se rapidamente no território e na vida quotidiana do bairro: a autossuficiência e o reforço dos sentimentos de pertença, identidade e memória social. Luis Herrero expõe, ao longo do seu trabalho, estes conceitos como elementos de grande importância no desenvolvimento do bairro, assim como em posteriores acontecimentos que afetariam diretamente os seus moradores e a sua própria habitabilidade.

Os habitantes aqui presentes, já a finais do século XIX eram maioritariamente trabalhadores da indústria pesqueira, do porto e do comércio nas suas proximidades. A cerca de 1860 a *Deputación* do *Pueblo Nuevo del Mar* exercia uma pressão para que se substituíssem as barracas por habitações de 'obra sólida' e que esas edificações sejam agora desenhadas por técnicos municipais, segundo as respetivas licenças de construção. Algo que em toda a existência deste conjunto não tinha acontecido.

A partir da segunda metade do século XX, as oportunidades de emprego no porto e indústria trouxeram novos habitantes ao bairro. Entre estes estavam os proletários industriais que se tornariam, na época, a classe média - assim com maior poder aquisitivo, para edifícios de mais que a tradicional planta baixa e primeira por exemplo - o que traz o conflito entre a permanência das regras autónomas características do núcleo (com casas de poucas plantas, a tradição unifamiliar do edifício e a importância do espaço público como espaço de convivência) e a imposição das regras heterogêneas, cada vez mais presentes nos processos de urbanização (como a construção para maior número, com mais plantas, casas unifamiliares e a clara distinção do espaço público e do privado). Na década de setenta o bairro albergava já 30 000 valencianos.

Entre planeamentos de realinhamento e reordenação desde 1860, até à materialização de uma avenida de conexão direta do núcleo histórico com o marítimo,

39 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 85



1 - Projeto *Avenida de Valencia al Mar*

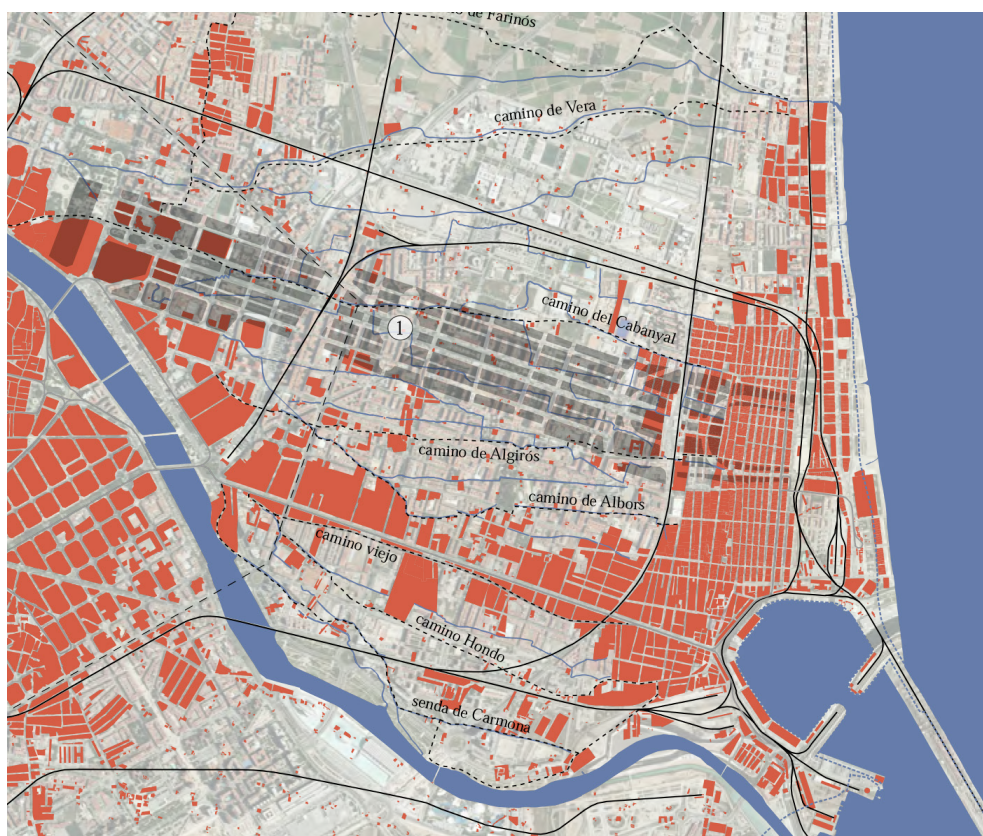


Figura 17 - Fotografia Cabanyal da década de 30; Fonte: <http://zonamaritima.blogspot.com/>
Figura 18 - Situação da cidade em 1939; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

o *Ayuntamiento* praticava continuamente um planeamento com uma visão bidimensional e que insistia em ignorar os habitantes deste bairro e as consequências das suas previstas intervenções. Dividiam “uma população que é precisamente o orgulho de Valência quanto ao traçado das suas ruas.”⁴⁰, expulsavam os seus habitantes e planeavam demolir quarteirões que albergavam milhares de vivendas que reuniam “excelentes condições de habitabilidade”⁴¹

“Condenar-se-á a toda uma população à maior miséria”⁴²

No final da guerra civil, em 1939, este conjunto mantinha um distanciamento em relação a Valência, perpetuado pela sua autossuficiência e sentimento de pertença, tendo como consequência direta uma memória social coesa, com as características formas de povoar e habitar o espaço privado e público.

O período da ditadura franquista teve um grande impacto sobre o rumo da cidade de Valência e, consequentemente, sobre a sua zona marítima. É durante este período que se afirma a ideia de construção de um caminho que conectasse diretamente Valência ao núcleo marítimo que, tinha como primeira versão o *Camino-Paseo de Valencia al Mar*, em 1893. Perante a distância total do bairro com a cidade, este caminho e os seus planeadores fomentavam uma ideia de que “Valência vive de costas ao mar”⁴³ e, em 1939, o *Ayuntamiento* torna homogêneo este discurso com a ideia de que apenas a construção deste passeio solucionaria este problema. É, portanto, neste momento que se implementa e se fortalece a estigmatização do bairro como “barreira às pretensões marítimas da cidade”⁴⁴, sendo que, após a guerra civil os planeadores perpetuaram este relato e os apresentavam sucessivos planos de construção e prolongamento desta avenida. Durante este período aparecem planos de alinhamentos e extensão urbana que insistiam em negligenciar a estrutura urbana já existente, desde a insistência de construção deste passeio, até à construção de uma avenida na atual *calle Progreso* e *José Benlliure*, supondo a demolição de toda a propriedade já existente.

“não tem justificação o seu traçado, nem compensação o dano que se infringe à propriedade e às Economias Valencianas.”⁴⁵

Com o desaparecimento da ditadura, as eleições democráticas em Valência de 1977 supunham uma mudança no sentido destes planos hegemónicos, que ignoravam as edificações existentes e as consequências das demmolições propostas. É neste

40 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 145

41 Registo 134, apresentada em 14-03-1953 por José Pascual Chiner e respaldada por umas 150 assinaturas; referenciado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 144

42 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 146

43 Ibidem, p. 122

44 Ibidem.

45 “Informe que la Junta de Gobierno del Colegio Oficial de Arquitectos de Valencia emite sobre el proyecto de alineaciones de los Poblados Marítimos y Zona de Extensión Urbana”, referenciado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 124

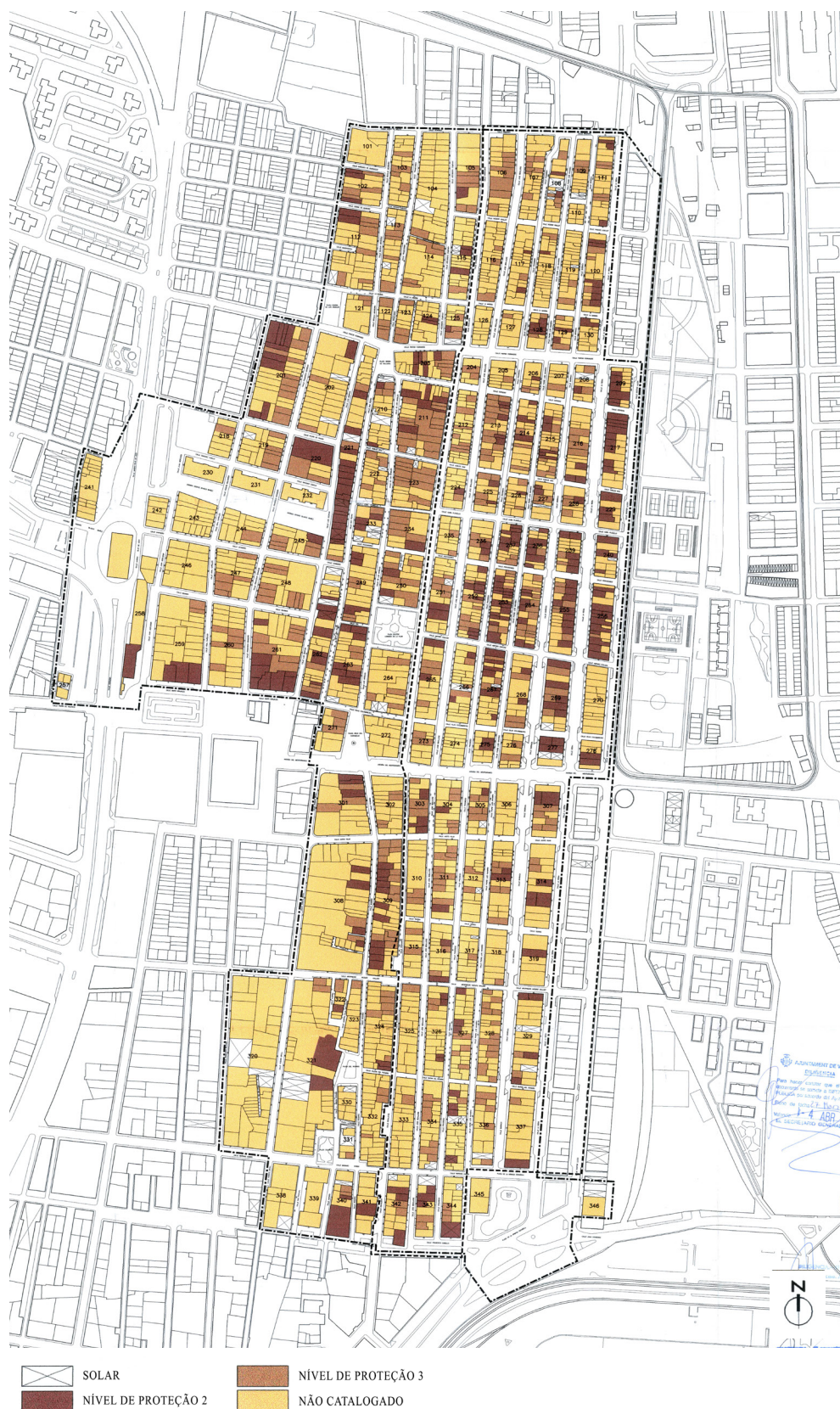


Figura 19 - Catálogo de edifícios protegidos PGOU 88; Fonte: Documento de apresentação pública do PEPR (em detalhe em anexo 3)

período que surge nas cidades europeias uma nova cultura das cidades, formulada por novos conceitos: centro histórico, monumento, arquitetura, edificação. Assim aliada à urgente necessidade de requalificação deste conjunto urbano, a burocracia ainda do período ditatorial apresentava uma dificuldade significativa para o começo deste processo.

Em 1978 a *Dirección General del Patrimonio Artístico*, arquivos e museus do *Ministerio de la Cultura* publica uma resolução⁴⁶, em que os bairros do *Poblados Marítimos* se incluíam como ‘zona de interesse’.

Entre 1979 e 1984 acude-se a um 'urbanismo de emergência' pela impossibilidade de esperar por um novo *Plan General*, expressando-se através de 'planos remediais'. Estes planos incluíam a melhora dos bairros das periferias que os planos do anterior regime ditatorial tinha deixado isolados, com falta de infraestrutura e equipamentos básicos.

Entre 1986 e 1992 emerge a primeira "borbulha imobiliária"⁴⁷, devido às posições mais liberais da esquerda (que governava em Valência nesse momento), através do questionar do urbanismo de austeridade que estava explícito no espectro dos planos urbanísticos dos anos setenta. Fruto destes fatores surge o *Plan General de Valencia*, aprovado em 1988 que, apesar de tomar uma posição intermédia entre as propostas iniciais e as derivadas das novas ideias, priorizava o fator económico perante outras considerações.

Este plano apresenta-se como *Plan General de Ordenación Urbana* e teria um impacto significante sobre idealização da avenida e o seu respetivo prolongamento. Reduzia-se aqui a questão da relação do núcleo histórico com o bairro a um dilema: manter um traçado urbano de quase um século de existência ou a integridade do bairro. Um falso dilema, pois uma terceira hipótese, na opinião de Luis Herrero, era possível e passaria por adotar um novo discurso que não estivesse meramente vinculado às questões morfológicas do plano. Com este dilema, o fracasso da ‘ciência urbanística’⁴⁸ teria um forte impacto social sobre a população do *Cabanyal*, população que não teria papel no debate da redação e desenvolvimento do plano, visto que seria dirigido pelos planeadores e pelas entidades político-económicas envolvidos.

Uma vez mais, podemos afirmar que o planeamento urbanístico se envolvia numa panóplia de decisões políticas e económicas, na total negligência dos habitantes, das suas necessidades reais e o desconsiderar das consequências da destruição de edificação já existente. Implementavam uma lógica de respeito ao património algo arbitrária, sendo através de demolições para construção um boulevard transversal ao conjunto, sendo quase total a invisibilidade destes habitantes - que eram agentes ativos na construção e consolidação da sua estrutura urbana característica e da

46 Declaração de Bien de Interés Cultural de 1978

47 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 172

48 Ibidem, p. 177



Figura 20 - Fotografia aérea 1992; Fonte: Visor cartográfico *Generalitat Valenciana*

riqueza, tanto arquitetónica como social. Esse era o património que deveria ser testemunho da próprio processo de transformação histórica. Esse era o património declarado como Bem de Interesse Cultural e património protegido de Espanha.

Com a chegada do governo do *Partido Popular*, com Rita Barberá, chega um novo ‘Plano de Protecção’ do conjunto, tendo sido um dos elementos mais impactantes e influenciadores no futuro desenvolvimento do bairro. A redação deste plano em 1992, o *Plan Especial de Protección y Reforma Interior do Cabanyal*, ou *PEPRI*, deu a conhecer diversas alternativas, todas elas contemplando a demolição de quarteirões inteiros para ‘habilitar’ a zona de contacto do bairro com a ‘nova avenida’, hoje *Avenida Blasco Ibáñez*. Estas alternativas eram inalteráveis e sustentavam a mesma vontade irrevogável do desenho e prolongamento da mesma avenida que estava presente no anterior *PGOU*. Contudo, no processo de informação pública do mesmo, 98,72% dos assinantes apresentavam-se contra qualquer das alternativas expostas. Apesar disso, é elegida a alternativa mais apoiada, sendo que apenas 1,28% se apresentava realmente a favor. Em 1998, a prefeitura encarga a redação definitiva do plano que, no momento da sua finalização reunia 72 834 alegações (6 692 pessoas), das quais 72 226 solicitavam a retirada do projeto, opondo-se à generalidade do plano. Em conjunto com estas alegações o arquiteto *José Ignacio Casar Pinazo*, arquiteto da *Conselleria da Cultura* apresenta um informe em contra do caráter geral do *PEPRI*.

"Informe desfavorável ao *Plan Especial de Protección y Reforma Interior del Cabanyal-Canyamelar* por quanto infringe o conteúdo da *Declaración del Conjunto Histórico del Cabanyal* integrado no *Conjunto Histórico de Valencia*, declarado pelo Decreto 57/93 do Governo da *Generalitat Valenciana*, e incumprir os mandatos legais que para o desenvolvimento do planeamento de um conjunto histórico estabelece a Lei 4/98, de 11 de Junho, da *Generalitat Valenciana*, do *Patrimonio Cultural Valenciano*, especialmente por alterar a estrutura do Conjunto declarado e por desestimar a qualificação dos bens de relevância local."⁴⁹

No processo de informação pública, entre todas as alegações, a falta de compatibilidade entre as necessidades reais do bairro e as intenções do plano era a que tinha mais assinaturas em comum. Perante isto, forma-se um entremeado social que tentava refutar o seguimento das propostas. Mesmo assim, em 1998 a redação definitiva de uma das alternativas apresentadas trouxe um período muito negativo para o bairro no desenvolvimento deste plano. Consequência da aprovação dos planos, começaram as demolições e, por consequência, o abandono e a constante insegurança de viver no bairro.

Em 2001 aprova-se definitivamente o plano, incluindo, na sua memória justificativa dois objetivos fundamentais: A regeneração e revitalização dos bairros *Cabanyal-Canyamelar* e a resolução da adequada conexão da *Avenida Blasco Ibáñez* com

⁴⁹ Casar pinazo, José Ignacio (arquiteto inspetor de Património), referenciado em: HERRERO GARCÍA, 2016, p. 195

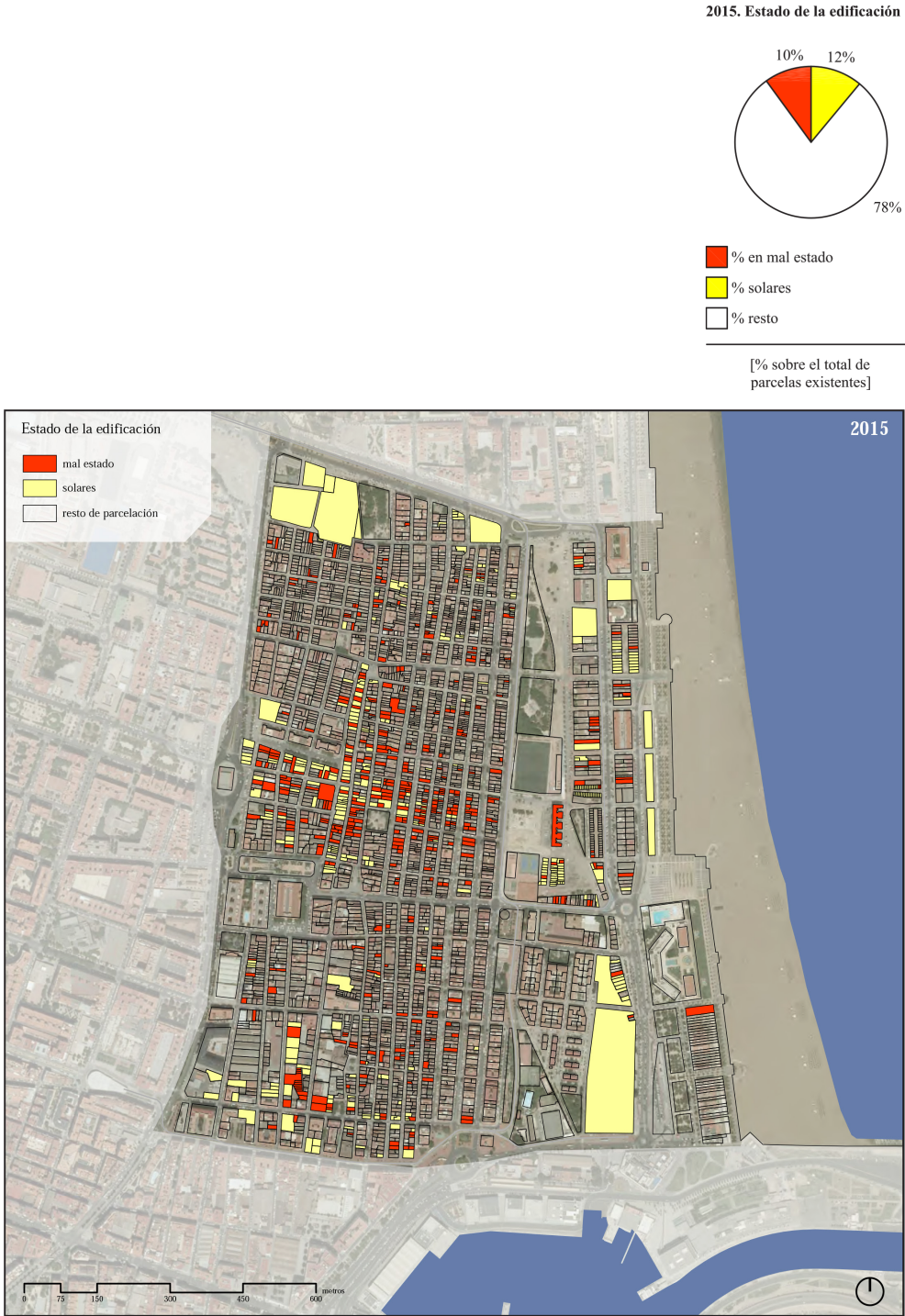


Figura 21 - Estado da edificação na zona do *Cabanyal-Canyamelar* em 2015; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

a frente marítima da cidade.

“O seu enfoque morfológico, mesmo que exaustivo, é arbitrário”⁵⁰

Luis Herrero afirma que, mesmo sendo obrigatório o estudo das consequências sociais e económicas do plano, este limitou-se a uma “sorte de humanização do mecanismo de expropriação previsto para a obtenção de solo”⁵¹ e todo o processo de informação e justificação do plano se baseou na legitimação do plano a partir da legítima escolha deste partido, por parte da ‘sua população’, por maioria absoluta. Apesar disso, uma outra consequência desta ‘revitalização e requalificação’ do bairro, foi a “valorização económica, tanto da velha, como da nova vivenda”⁵² baseada em critérios do mercado imobiliário do momento. Valorização essa que provocou e potencializou as tendências de migração para fora do bairro, por impossibilidade económica dos seus habitantes, tendo sido um dos primeiros sinais do perigo de gentrificação do mesmo.

Visto que o processo de concertação⁵³ podia ser simultâneo à execução de cada atuação, iniciavam-se demolições e o levantamento de muros antes de que todos os vizinhos tivessem aceitado, em plenitude, as suas condições. Tudo isto trará o abandono de edifícios, construções incompletas, parcialmente demolidas, atraindo setores vulneráveis e atividades ilícitas, fazendo emergir e prevalecer uma perceção do bairro como um lugar incómodo e perigoso. Um caso que Luis Herrero classifica de *Mobbing imobiliário*⁵⁴, que favorecia o objetivo desta concertação, que era o de agilização dos processos de urbanização. Este *Mobbing* vinha favorecer, em parte, a perceção da necessidade de uma reforma urgente que o governo tentava difundir. Tudo isto era feito “através do exercício de um poder forte com os débeis e débil com os poderosos, forçando concertações indesejadas”⁵⁵, tentando ter influência psicológica sobre os moradores que se negariam a esta concertação.

O *PEPRI* supunha a demolição de 1651 casas habitadas e de 787 parcelas, assim como a deslocação da sua população. Supunha a substituição da estrutura urbana característica do *Cabanyal* por outra distinta e é com base neste argumento que surgirão os primeiros movimentos sociais de plataformas e associações como a *Salvem el Cabanyal-Canyamelar*⁵⁶ na luta contra a concretização desta intervenção.

50 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 196

51 Ibidem, p. 201

52 Ibidem, p. 201

53 “O plano propõe uma concertação prévia à expropriação, onde o *Ayuntamiento de Valencia*, através do seu escritório de reabilitação do *Cabanyal-Canyamelar*, dependente da sociedade municipal AMUSA, promoverá e facilitará mediante todos os meios técnicos e económicos ao seu alcance os acordos prévios de permuta e realojamento que se considerem necessários para evitar, sempre que seja possível, a expropriação dos imóveis afetados que se situam nas áreas que se reservam para atuações a realizar mediante expropriação” – Memória Justificativa *PEPRI* Março 2000, p. 64; referenciado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 201

54 Prática do setor privado, exercido desde uma instituição pública, que deveria visar evitá-lo; mobbing : “descrever formas severas de assédio nas organizações”

55 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 201

56 Esta era uma plataforma que nasce para lutar contra a o *PEPRI* e à respetiva destruição do património que



Figura 22 - Fotografia *Cabanyal* 2021; Fonte: elaboração própria

Com a aprovação definitiva deste plano, esta plataforma translada o conflito aos tribunais de justiça, alegando que o plano supunha expropriação⁵⁷ do conjunto histórico do *Cabanyal*. O Ministério da Cultura emite uma ordem consequente: “Obrigação do Ayuntamiento de Valencia de proceder à suspensão imediata da execução de dito *Plan Especial de Reforma Interior*”⁵⁸. Dá-se então um novo período de inatividade que, além do impedimento de renovação e manutenção, sofre já as consequências diretas das demolições executadas até então. Além disto, suspendem-se as licenças de construção, fazendo com que alguns quarteirões destinados à demolição se tornassem propícios à ocupação informal, uma vez que se deixavam ao abandono neste 'entretanto'. Estes acontecimentos contribuíram para o sentimento de insegurança e desconforto desta zona urbana.

César Mifsut García apresenta uma adaptação deste plano em 2014 que, apesar de diminuir o número de demolições, voltava a negligenciar os habitantes e as necessidades reais do bairro. “A expropriação não é uma questão quantitativa, mas sim qualitativa”⁵⁹, não bastaria passar de 1651 vivendas demolidas a 1222.

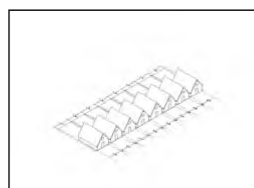
Em 2015, as eleições municipais evitaram o progresso ou rejeição do plano. A eleição de uma nova equipa de governo municipal fez com que o bairro já não estivesse destinado à demolição, tornando-se protagonista na difusão de um novo relato: construir para a demanda necessária de habitantes, para que se aproxime à sua densidade potencial.

causaria. <http://cabanyal.com/>

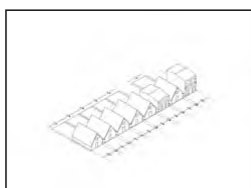
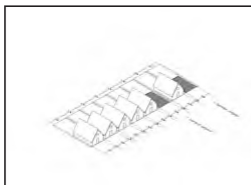
57 Expropriação: apropriação de algo que pertence a outra pessoa de forma violenta ou injusta.

58 *Orden del Ministerio de Cultura CUL/3631/2009*, referenciado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 215

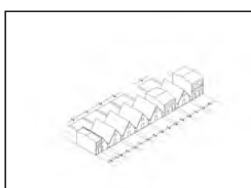
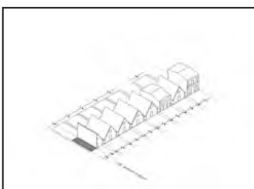
59 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 217



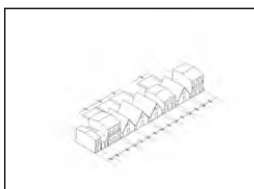
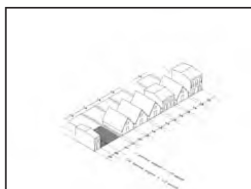
Estado 0
anterior a 1796



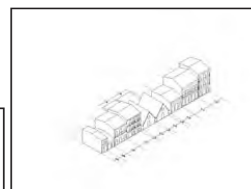
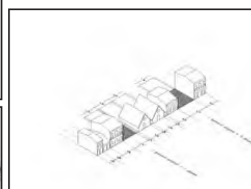
Estado 1
ca. 1796



Estado 2
ca. 1837



Estado 3
ca. 1860



Estado 4
ca. 1897



Estado 5
ca. 1939

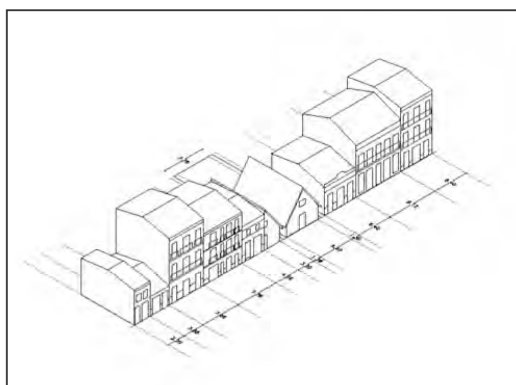


Figura 23 - Evolução do estado das barracas;
Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

MORFOLOGIA E DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO BAIRRO

A morfologia do *Cabanyal* foi e permanece ainda bastante característica e testemunho da história dos seus habitantes e do caráter participativo da sua construção. Em traços gerais, a sua morfologia desenha uma retícula de ruas principais paralelas à linha de costa, com orientações norte-sul, e as suas ‘transversais’ a este-oeste. Esta orientação remonta à época das barracas primárias e prevalece até à consolidação de um núcleo populacional mais estável e infraestruturado. Após este assentamento espontâneo do núcleo trabalhador da indústria pesqueira, os planeamentos de ordenação e alinhamentos, por parte das instituições de poder de cada época, foram surgindo como meios de oficialização destas casas.

Os primeiros planos desenhados do bairro aparecem como *Planes Topográficos de la Población* que, apesar de terem aparecido primariamente por intenção de oficializar os números de habitantes e casas, apresentavam já propostas de alinhamentos, ordenação e formalização das barracas em casas de obra sólida. Assim sendo, utilizando as casas de obra sólida já existentes como pontos de referência, alinharam-se as ruas e *travesías*, paralelas e perpendiculares ao mar.

O primeiro *Plan Topográfico* para a praia da cidade de Valência surge como o reconhecimento das consequências de um incêndio no núcleo em 1796. O planeamento que apresentariam procurava a substituição da sua população por outra, não contemplando a situação física real visto que “para aplicar as suas ferramentas, eliminavam todas as edificações existentes na praia”⁶⁰. Vicente La Corte e Juan Bautista Gascó projetaram *travesías* para facilitar a relação dos habitantes do povoado da praia com a linha de costa e o acesso à praia. Estas ruas atravessavam desde as hortas a oeste (hortas do Partido de *San Tomás*), pelo povoamento até à linha de costa.⁶¹ Tudo isto proporcionaria um melhor acesso e comunicação entre o núcleo central e a praia, tanto por parte do setor trabalhador e da indústria, como do setor turístico.

Este planeamento propunha uma destruição total das propriedades já existentes, obrigando os próprios habitantes a construir posteriormente, sob a sua própria responsabilidade e sem qualquer apoio financeiro, as suas casas *de obra sólida*.

Após os planeamentos topográficos e de alinhamentos, aparece em 1855, o primeiro Plano de Expansão da cidade de Valência que, “reduzida a um pequeno espaço, não cabe já em si mesma.”⁶² Estes planos estavam regulados por leis e dotados de potentes instrumentos jurídicos e económicos.

⁶⁰ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 49

⁶¹ Plan de Rectificación de la población de la playa, exposto em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 53-62

⁶² HERRERO GARCÍA, 2016, p. 89

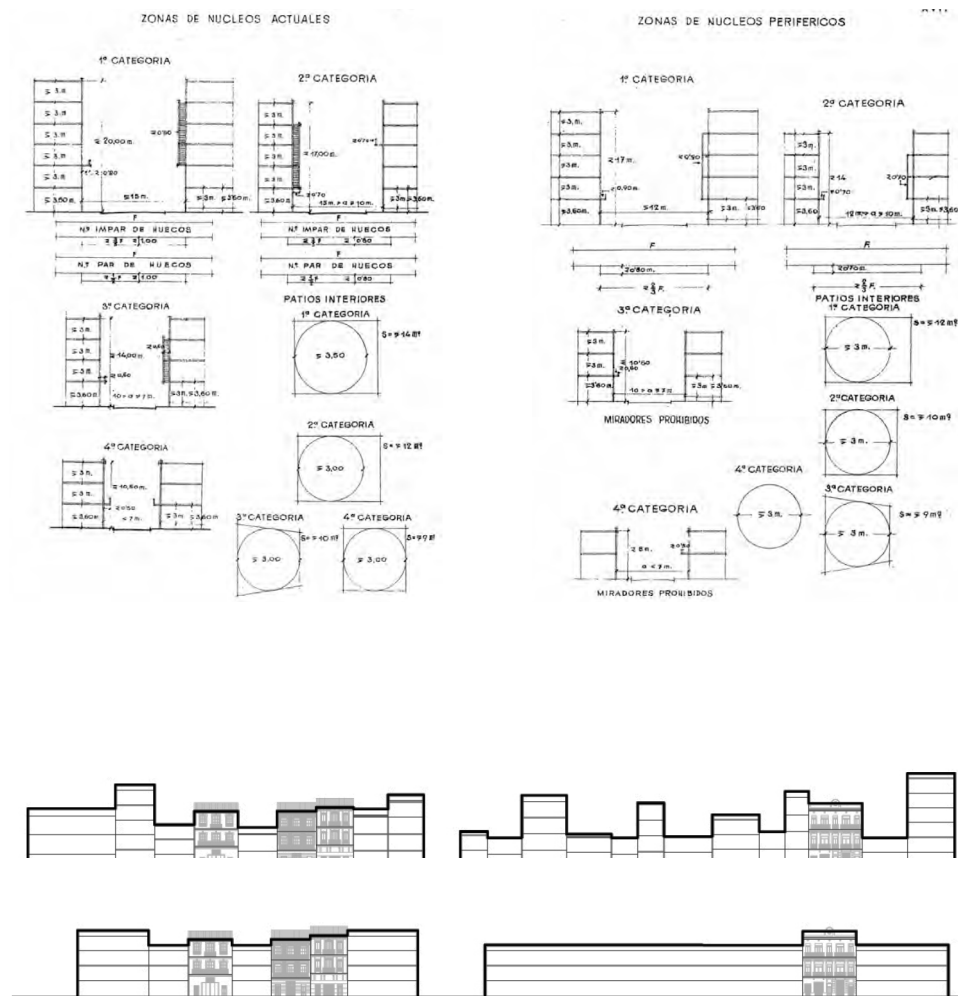
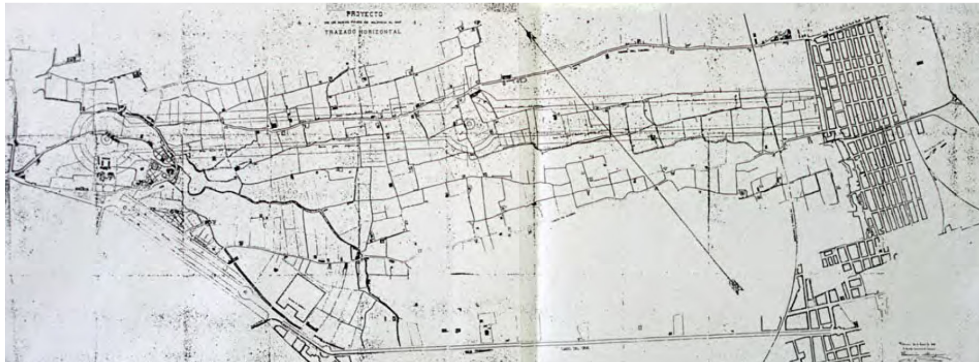


Figura 24 - Projeto *Camino Paseo de Valencia al Mar*, Casimiro Messeguer, 1833; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 25 - *Ordenanzas gráficas* para núcleos atuais e núcleos periféricos, 1955; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 26- Perfil característico da rua Josep Benlliure (acima). Perfil da rua Josep Benlliure, segundo o *PEPRI*; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Resultado destes planos de expansão surge a ideia que deixou até hoje o seu rasto no desenvolvimento do bairro: a ideia de conectar o núcleo histórico com o marítimo, através de uma avenida. A primeira referência oficial à criação de uma via de acesso direto aparece em 1883, na formalização de um plano municipal de caminhos e passeios por Valência. Em 1893 é aprovado o *Camino Paseo de Valencia Al Mar* desenhado por *Casimiro Meseguer*. Um passeio com 100m de largura que se justificava pela necessária mobilidade entre os dois núcleos, tanto pela facilidade de acesso às atividades de ócio e à praia, como por questões de transporte e indústria. A sua primeira redação é em 1893 como um passeio arvorado que, posteriormente em 1931, na sua última redação, planeava já albergar uma nova população moderna - a burguesia mudar-se-ia para *chalets de grande porte* e casas particulares, nas bandas laterais deste mesmo passeio, apresentando-se com uma lógica de cidade-jardim.⁶³

A partir de 1929 as *ordenanzas* municipais definiam dimensões de solar mínimo edificável, onde os pátios interiores deveriam ser 20% da área da parcela. Apesar disto, era aplicado um regime de alturas consoante a largura das ruas, até três plantas no casco antigo e seis nas ampliações do século XIX, nas periferias. (figura X)

“Resolução simplista de um problema complexo - facilita tarefa do planeador e satisfaz o negócio imobiliário”⁶⁴

O esquema de alturas que se aplicava ao conjunto do *Cabanyal* no *Plan General* de 1946 era o de núcleos periféricos e aplicava-se à sua parte ocidental. Apesar disso, em 1950 todo este conjunto é 'reclassificado' como 'núcleo atual', o que pressupunha uma grande mudança, tendo em conta que a altura máxima permitida aumentava significativamente.

Sistema de alturas 'núcleos periféricos' do PGOU 46

Largura da rua	+ de 12m	9 - 12m	5 - 9m	- de 5m
Altura máxima permitida	Piso térreo + 3	Piso térreo + 2	Piso térreo + 1	Piso térreo

Sistema de alturas de 'núcleos atuais' novos ordenamentos 1950

Largura da rua	+ de 15m	10 - 15m	7 - 10m	- de 7m
Altura máxima permitida	Piso térreo + 5	Piso térreo + 4	Piso térreo + 3	Piso térreo + 2

⁶³ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 121

⁶⁴ Ibidem, p. 132



Figura 27 - Polígono da Avenida de Valencia al Mar de Fernando Moreno Barberá, 1959; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 28 - Perpetiva da rua da Reina, segundo o projeto de linhas da zona do porto e Poblados Marítimos; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

A partir de 1939 a indústria imobiliária aproveitará as possibilidades das *ordenanzas* municipais de 1929 nas zonas que não foram afetadas pela ruína urbanística que as determinações do *Proyecto de Alineaciones de los Poblados Marítimos y zona de extensión urbana* tinham causado, que seguia vigente até 1946.

“Os planificadores municipais pôr-se-ão ao serviço do relato hegemónico e dispor-se-ão a formular sucessivos traçados para prolongar o Passeio até ao mar sobre o que era, para eles, a invisível estrutura urbana do bairro”⁶⁵

Este passeio não traria apenas a conexão do núcleo histórico com o marítimo, tendo submergida a intenção de prolongar esta avenida até ao mar. Em 1960 apresenta-se um *Proyecto de Prolongación de la Avenida de Valencia al Mar*, contemplando a destruição completa do que estava inserido no polígono de 300m² de encontro dos dois traçados. O plano incluía torres de 16 andares, nas quais habitantes dessa zona não poderiam corresponder aos preços das vivendas, vendo-se obrigados a deslocar-se.

“Com o seu espetacular formalismo, este projeto, muito aplaudido pela profissão pela modernidade das suas imagens e perspectivas, é exemplo da interpretação da autonomia disciplinar absolutamente desconsiderada com o existente e os seus habitantes, ao serviço exclusivo da classe dominante”⁶⁶

Em 1950 Camilo Grau Soler descreve o bairro:

“com um traçado e vida característicos e que noutro tempo, formavam povoados de pescadores independente da Capital”⁶⁷

Em 1962 – Julio Bellot Senent:

“ordenação antiga, tem bom sentido ainda que com ruas estreitas, particularmente as transversais, sendo as de circulação, paralelas à praia, com o qual, as casas têm orientação a nascente e poente. Os quarteirões são pequenos, mas de proporção alargada e muito conveniente dado o seu tamanho.”⁶⁸.

Frutos dos consecutivos planos de ordenação, construção e respetiva intenção de prolongamento de uma via direta à zona marítima de Valência surge um falso dilema: *Paseo al Mar* versus *Cabanyal*, sustentando a ideia de que o bairro “só poderá ser resgatado submetendo a morfologia do seu espaço parcelado privado a normas urbanísticas heterogêneas”⁶⁹. Quer isto dizer, submetia-se a normas que descaracterizavam a morfologia e utilização dos espaços públicos e privados por não se basear nos critérios que fizeram evolucionar o bairro primeiramente. Entre estas regras estava o intenso uso dos espaços públicos por parte das famílias, como

65 HERRERO GARCÍA, 2016, p.122

66 Ibidem, p.126

67 Ibidem, p.141

68 Ibidem, p. 142

69 Ibidem, p.132

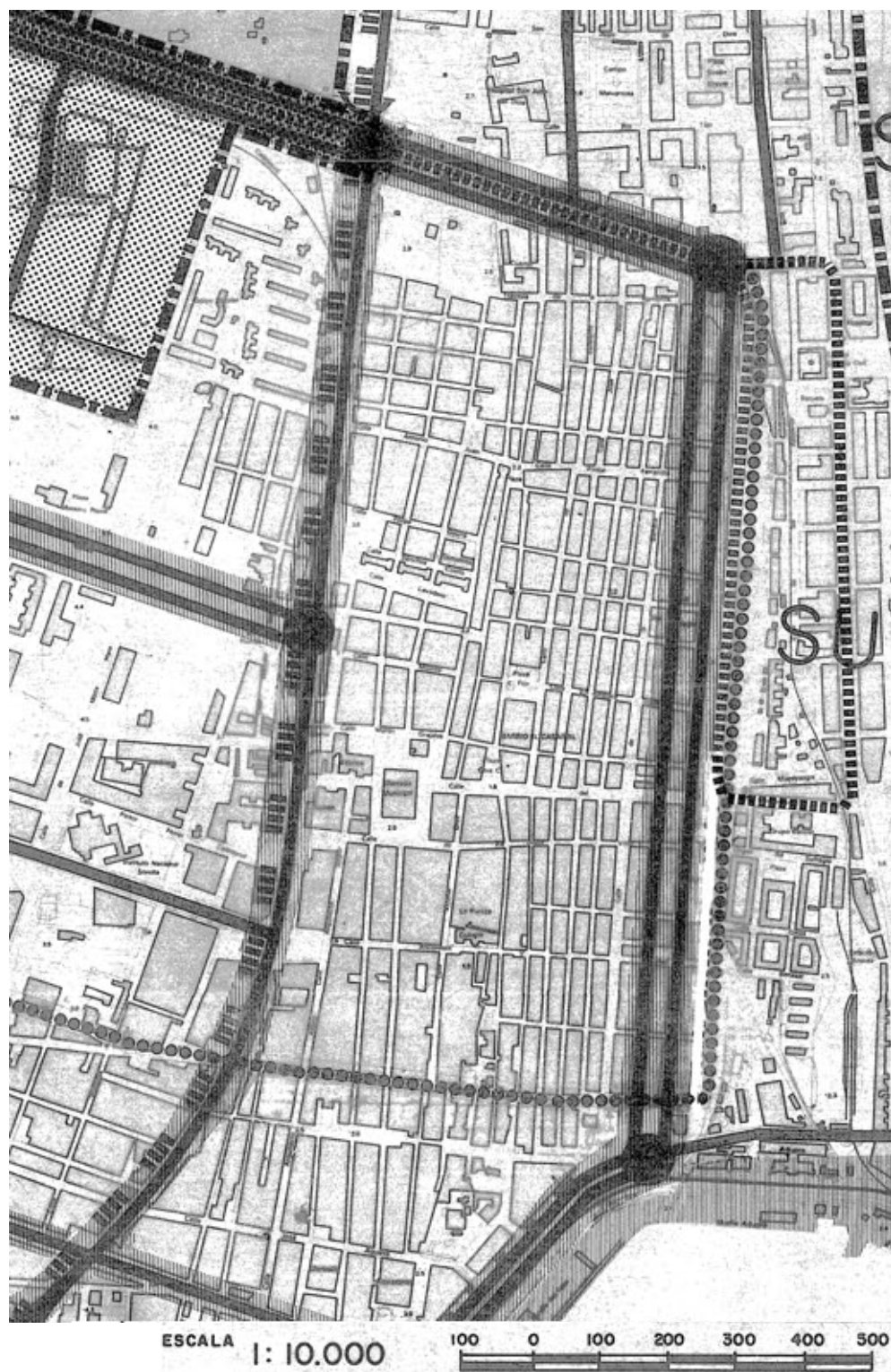


Figura 29 - Plano PGOU88; Fonte: Página web da área de urbanismo do Ayuntamiento de Valencia

espaços de convivência e partilha da vida quotidiana; a tradição unifamiliar das habitações; os sistemas de alturas dos edifícios com as ruas, naturalmente de um a dois pisos. Estas regras eram fruto das necessidades e capacidades construtivas dos habitantes, desde a época em que se transformavam em casas de obra sólida.

“O *Cabanyal* é como uma cidade dentro de outra”⁷⁰ que, com uma identidade em constante transformação, era compatível com uma dinâmica de crescimento autónoma, desde as construções do casco antigo do século XVIII, até às periferias e ampliações do século XX. Esta morfologia e dinâmica de crescimento relacionavam-se diretamente com a evolução da sua Memória Social.

PLAN GENERAL DE ORDENACIÓN URBANA - PGOU

Um dos planos mais pertinentes neste estudo é o *Plan General de Ordenación Urbana PGOU*. Este plano é redigido posteriormente ao plano de expansão da cidade de Valência, o *Plan de Ensanche del Este* e surge pela necessidade de melhorar a conexão entre Valência e os seus *Poblados Marítimos*, tendo tido como objetivo principal estruturar o crescimento a nascente da cidade, articulando-o mediante paralelas e perpendiculares ao *Camino al Grao*.

O *PGOU*, primeiramente redigido em 1966, expõe bastante bem a incerteza que houve sobre o bairro, com uma indefinição extrema, com o objetivo irrenunciável do prolongamento da avenida. Este plano, ao longo dos anos passa por várias reformulações tendo passado por um estado de “urbanismo de emergência materializando-se em planos remediais”⁷¹ entre 1979 e 1984. Estas reformulações pretendiam equipar os bairros periféricos que, nos planos do anterior regime ditatorial, foram deixados isolados e sem infraestruturas. Os primeiros movimentos cidadãos dão-se neste período, frente à abordagem dos bairros deste núcleo marítimo com um “proteccionismo excessivamente formalista”⁷² dos *Planes Especiales* e com a “penúria económica do primeiro município democrático, sem recursos para incentivar a reabilitação privada, nem para financiar a pública”⁷³.

Entre este processo de 1966 a 1988 esteve o *Plan Parcial 13*, aprovado em 1977 e suspenso definitivamente em 1982, com cinco anos de plena legalidade. Este plano “aproveitaria para ampliar o bairro”⁷⁴, projetando um bairro que podia ter “dignidade suficiente sem chegar ao luxo”⁷⁵, demonstrando o carácter residencial destes terrenos. Os técnicos municipais mantinham a sua intenção de uma avenida de 100m de largura, mas evitando acompanhar o seu traçado com bandas edificadas de

⁷⁰ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 116

⁷¹ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 167

⁷² Ibidem, p. 168

⁷³ Ibidem, p. 168

⁷⁴ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 139

⁷⁵ Ibidem, p. 139



Figura 30 - Plan Parcial 13, redatado por Julio Bellot, 1962; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 31 - Zonificación del Plan Parcial 13 no momento de aprovação inicial em 1968; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

Figura 32 - Zonificación del Plan Parcial 13 em 1974; Fonte: HERRERO GARCÍA, 2016

100m a cada lado. Este plano teve, portanto plena legalidade de 5 anos, sumando-se aos 30 anos de insegurança urbanística. Após a suspensão deste plano, em 1983 encarrega-se o documento *Conjuntos arquitetónicos, urbanísticos y paisagísticos de Interés*, por parte do Ministério da Cultura. Este documento sublinhava imóveis, partes e agrupamentos que os autores do mesmo consideravam de interesse, com alta densidade, “na sombra do prolongamento da avenida Blasco Ibáñez, onde a incerteza urbanística tinha preservado da especulação a edificação construída.”⁷⁶

O *Plan General de Ordenación Urbana* de 1966 é aprovado definitivamente em 1985 como *Modificación del Plan General en el Sector Litoral*. Esta modificação supunha a divisão do núcleo em duas zonas: zona de proteção dos bairros de *El Grao* e *El Cabanyal*, “com a intenção de manter a sua arquitetura tradicional no marco de um *Plan Especial*.”⁷⁷

“Valor arquitetónico cosmético”⁷⁸

Para este *Plan General* os urbanistas municipais propuseram diferentes alternativas com dois denominadores comuns: um salão-boulevard, como uma espinha verde longitudinal ao bairro, planteado desde 1955 e a transformação de nove quarteirões a poente do mesmo boulevard de *San Pedro* para implantar uma grande praça. Ambas soluções se limitavam a endereçar aspetos formais não às consequências sociais das propostas.)

Este Planeamento Geral é, em 1988, aprovado definitivamente, sendo que simultaneamente a esta aprovação, inauguram-se também o polidesportivo e o parque no limite oeste atual do bairro, na atual rua Serrería. Esta construção impedia a conexão das ampliações do século XIX com a periferia das ampliações do século XX. Assim sendo, esta rua toma um caráter de barreira perante uma solução de conexão fluída entre a trama intensa e característica do bairro, com a trama das ampliações urbanísticas da antiga zona das hortas do partido de San Tomás e, consequentemente, uma barreira na conexão entre o interior do bairro com a cidade central de Valência.

⁷⁶ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 167

⁷⁷ Alcañiz Moscardó, Mercedes: Junta Municipal Del Maritim; Ayto Valencia. Valencia, 1985, referenciado em HERRERO GARCÍA, 2016, p. 171

⁷⁸ Ibidem, p. 172

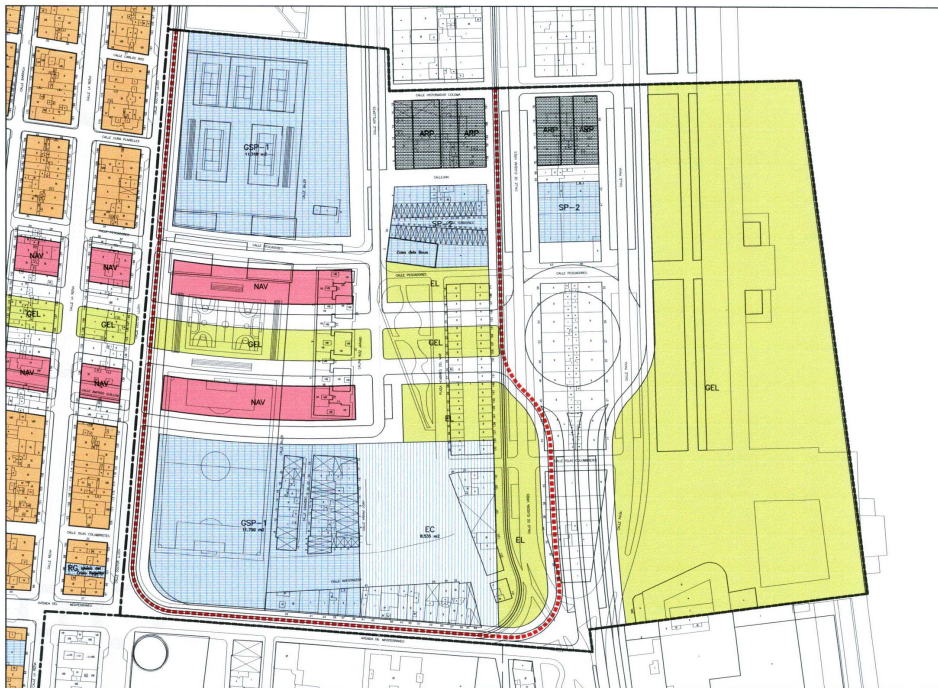


Figura 33 - Planeamento geral *PEPRI* 1998; Fonte: <[http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/\\$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritimo.pdf?OpenElement](http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritimo.pdf?OpenElement)>

Figura 34 - Zonificação *PEPRI* na frente marítima; Fonte: <[http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/\\$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritimo.pdf?OpenElement](http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritimo.pdf?OpenElement)>

(ver anexos 2, 3, 4)

PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN Y REFORMA INTERIOR DEL CABANYAL-CANYAMELAR

No ano após a aprovação definitiva do PGOU, 1989, dá-se um Congreso Internacional sobre ideias para a conexão entre Valência e a frente marítima. Em 1992, a *Oficina Técnica del Servicio de Planeamiento del Área de Urbanismo y Medio Ambiente del Ayuntamiento de Valencia*: o *Plan Especial de Protección y Reforma Interior del Cabanyal-Canyamelar*. Este é fruto de uma nova equipa de governo municipal, agora constituída pelo *Partido Popular*, responsável por posteriores mudanças e consequências urbanísticas importantes no bairro. Entre outros objetivos fundamentais, este plano insistia no prolongamento da Avenida *Blasco Ibáñez*, atravessando a trama característica do bairro. Sendo que esta intenção de prolongamento traria consequências físicas e sociais no bairro, as alegações contra a mesma apareciam cada vez com mais. Como resposta, entre 1994 e 1997 apresentam-se várias reformulações e novas formas do plano. Estas alteravam a largura da mencionada avenida, mas insistiam em sacrificar nove quarteirões a poente da rua *Lluís Despuig* para deixar esta nova avenida 'entrar' numa parte do interior do bairro. A esse espaço estaria destinada uma grande praça, desconsiderando o existente e a importância do mesmo na vivência quotidiana do bairro.

Segundo o *PEPRI 01*, o prolongamento da avenida geraria 31 000m² de solo destinados a património municipal – sendo 150 000m² de teto residencial, mas seria necessário demolir 165 000m² de teto já existente, com mais de 1600 vivendas.

A ausência de planeamento e a insegurança urbanística, jurídica e económica, em conjunto com as consequências protetoras fizeram com houvesse um congelamento da paisagem urbana tal qual como estava, sem investimento público ou algum tipo de reabilitação.

Entre as modificações e a sua definitiva aprovação em 2001, o bairro sofreu várias demolições que, apesar das contínuas 'reformulações', adaptações e alterações ao plano, continuavam a supor a alteração da sua imagem característica. Estas alterações supunham o incuprimento da regra que o Ministério da Cultura impôs quando este bairro foi declarado *Bien de Interés Cultural*: Este argumento foi um dos argumentos-base utilizados pelas plataformas de movimentos cidadãos na luta contra o *PEPRI* os respetivos planos posteriores.

A aprovação definitiva deste plano, a 2 de Abril 2001, apresentava na memória justificativa dois objetivos fundamentais: A regeneração e revitalização dos bairros *Cabanyal–Canyamelar*, com um foco meramente morfológico. “O seu enfoque morfológico, mesmo que exaustivo, é arbitrário”⁷⁹ Os planos apresentavam condições de volume e forma, com normas reguladoras de altura, mas a ausência de proteção do parcelamento existente e indefinição da parcela máxima alterariam a

⁷⁹ HERRERO GARCÍA, 2016, p. 196



Figura 35 - Fotografia rua *Poble Nou del Mar*, uma das zonas mais afetadas pelas demolições do *PEPRI*; Fonte: elaboração própria

Figura 36 - Fotografia da demolição de uma casa em 2010; Fonte: '*Cabanyal, paisaje tras la batalla: cuando todo está por hacer*', 2018, em <<https://valenciaplaza.com/cabanyal-paisaje-tras-la-batalla-cuando-todo-esta-por-hacer>>

silhueta característica das ruas do *Cabanyal*. Este enfoque morfológico alteraria a utilização dos edifícios e do espaço público, alterando, portanto, a imagem e identidade.

Este enfoque morfológico ignorava a relação do edifício com os habitantes e com a utilidade dos mesmos, do espaço público e o impacto social, económico e ambiental que teriam estas alterações. As fachadas protegidas são a única referência morfológica.

“Não se tem em conta as fínas de várias plantas como parte da morfologia e, ao não se respeitar o parcelamento e permitir um ordenamento de quarteirão, suprime-se o perfil característico do conjunto e o especial protagonismo de cada edifício no espaço público.”⁸⁰

O segundo objetivo era resolver a adequada conexão da *Avenida Blasco Ibañéz* com a frente marítima da cidade. Neste objetivo os planeadores definem o que, para eles, significa estrutura urbana: “traçado das vias públicas, regime de alturas da edificação, regime de usos estabelecidos, espaços livres de uso público”⁸¹, voltando a negligenciar a importância da construção social do espaço, desde o privado ao público.

“O *Paseo al Mar* melhorará muito sensivelmente a escala urbana, a habitabilidade e as condições meio-ambientais do traçado urbano atual, dotado de uma trama densa e mal ventilada”⁸².

O plano referia-se à conexão de núcleo histórico-administrativo e do marítimo, através do aparecimento e prolongamento de uma avenida que se pretendia como uma ‘adequada’ imagem de frente marítima. Ocultava os restos petrificados do *Cabanyal* nas suas traseiras, que já eram consequência direta da insegurança urbanística e jurídica deste bairro. Não resolvendo estes ‘restos petrificados’, planteava-se ainda a demolição de vários quarteirões do bairro na área de prolongamento da avenida.

No final do ano de 2009 o *PEPRI* é revogado definitivamente, por parte do Tribunal Supremo, uma vez que o Ministério da Cultura declarava, oficialmente, que o mesmo supunha a expropriação do conjunto histórico do *Cabanyal*.

No momento da revogação do *PEPRI*, as demolições efetuadas para dar lugar ao *Boulevard de San Pedro*, permeabilizavam o casco antigo do bairro, atravessando alguns solares existentes.

A adaptação de *César Mifsut García*⁸³ em 2014 apresentava como base dois argu-

80 HERRERO GARCÍA, 2016, legenda fig. 47, p. 272

81 Memória Justificativa do *PEPRI*, referenciada em: HERRERO GARCÍA, 2016, p. 202

82 Art 39.2.a) da Ley 4/1998 do Património Cultural Valenciano, mencionado em: HERRERO GARCÍA, 2016, p. 202

83 “A sociedade *Plan Cabanyal Canyameler* é a herdeira da sociedade mista *Cabanyal 2010*, criada em Julho de 2005 para concretizar todas as atuações urbanísticas e de edificabilidade necessárias para a reabilitação dos espaços compreendidos no âmbito do *Plan Espacial de Protección y Reforma Interior* do *Cabanyal*”

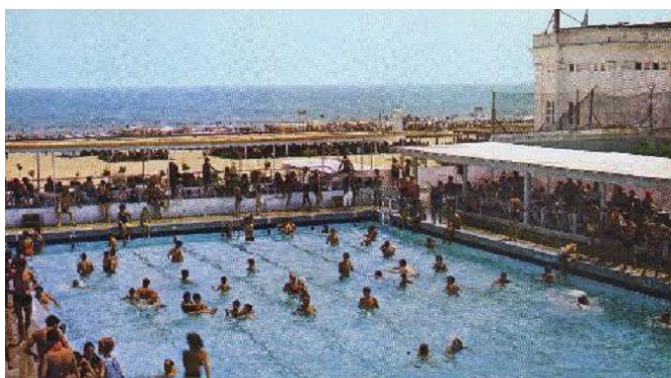


Figura 37 e 38 - Fotografias dos antigos Balneários *Les Arenes*; Fonte: Fundación Goerlich, em <<http://fundaciongoerlich.blogspot.com/>>

Figura 39 - Fotografia rua *Sant Pere*, 2021; Fonte: elaboração própria

mentos: o traçado da avenida desviar-se-ia para se incorporar na retícula do bairro e manter-se-iam os alinhamentos atuais entre a rua *San Pedro* e a fachada oeste e a este de *Dr Lluch*. O autor insistia em defender que, com a sua adaptação não se alterava o conceito de retículo protegido no decreto de *Bien de Interés Cultural*. Apresentava dois argumentos: que o traçado do passeio desviava-se para incorporar-se à retícula e que se mantinham os atuais alinhamentos entre a fachada oeste da rua *San Pedro* e a fachada de *Dr Lluch*. Apesar disto, não renunciava a sacrificar a outra fachada este da rua de *San Pedro* e a demolição de oito quarteirões situadas nesses alinhamentos, afirmando que nos mesmos não havia edifícios protegidos.

“Confunde a realidade espaço-temporal da cidade com a geometria concetual das linhas do seu traçado num plano”⁸⁴.

Na primeira linha de praia, ‘resgatavam’ os balneários *Les Arenes*, privatizando os terrenos para a construção de um hotel de cinco estrelas que aumentava significativamente o tamanho inicialmente proposto.

Em 2015, o *Boulevard de Serrería* era o limite entre a morfologia de crescimento do núcleo histórico-administrativo e o núcleo marítimo. Esta avenida adotou, por inércia, um papel de barreira, tanto a nível de edificações, como a nível de tráfego rodoviário, já mais intenso.

Assim sendo, os limites do bairro ficariam definidos, a nascente pela linha litoral, a norte pelo que é hoje a Avenida dos *Naranjos*, solucionando o acesso rodoviário ao bairro, através do desembocar da *Ronda Norte* nesta mesma avenida, a poente pela rua *Serrería*, com caráter de barreira da conexão mais fluida das duas zonas urbanas que separa e a sul pelo limite com a zona do porto, pela rua de *Franscesc Cubells* e *Dr Marcos Sopena*.

ESTRATÉGIA DE DESARROLLO URBANA SOSTENIBLE INTEGRADO - EDUSI

Luis Herrero García defende na sua tese que as aquisições efetuadas pelo *PEPRI* constituíam uma oportunidade para estimular objetivos de um novo relato desde a iniciativa pública. Apresentando uma superfície potencial para construção de uso residencial de nova planta de 143 356m² de teto – dos quais 109 054m² de gestão pública e uma superfície potencial para reabilitação/reconstrução de edifícios em mau estado de 78 396m² – dos quais 24 699m² são de gestão pública. Esta oportunidade representava gestão pública de 133 753m², o que poderia minimizar a especulação imobiliária e os riscos de gentrificação.

-*Canyamelar*. Durante os seus anos de atividade, sob a direção de *Mifsut*, dedicou-se maioritariamente a comprar casa na zona afetada para demolir, tapizar, ou pô-las à disposição dos serviços sociais que alojam a coletivos marginais sem as devidas condições de habitabilidade: foi o braço executor do mobbing imobiliário institucional.”, HERRERO GARCÍA, 2016, p. 216, nota de rodapé 91.

84 HERRERO GARCÍA, 2016, p. 216



Figura 40 - Mapificação de edificios habitacionais para possível reabilitação ou reconstrução, 2015; Fonte: HERRERO, 2015

Segundo este sentido de oportunidade e acompanhada pela mudança de governo local desenvolve-se, em 2015, a *Estratégia de Desarrollo Urbano Sostenible Integrado – EDUSI* – para o bairro *Cabanyal*, pela equipa *Va Cabanyal*⁸⁵. A partir da pareceria do *Ayuntamiento de Valencia* e da *InnDea* – uma start-up que apoiava o desenvolvimento das cidades, através da inovação as diversas vertentes, em benefício dos cidadãos, segundo a sua descrição.⁸⁶

Esta estratégia traçava como objetivos gerais a melhora e regeneração do bairro através do aproveitamento dos terrenos vazios existentes e da grande oportunidade que supunham os m² de gestão pública.

Através da análise e diagnóstico do bairro, tanto a nível morfológico como social, expunha várias pautas de intervenção. Entre elas, a melhora das redes de transportes e das vias de acesso (priorizando as vias pedestres e de bicicleta), a criação de novos espaços verdes, a melhoria de eficiência energética das edificações e a procura de sustentabilidade era transversal em toda a estratégia.

Elabora uma análise detalhada da situação urbana do bairro. Desde a exposição da área dos espaços livres, a demonstração das debilidades dos espaços públicos e privados, a escassez de espaços verdes e a inadequação dos existentes, acompanhada pela análise da situação climática da área. Além disto, analisa também as situações demográficas e sociais, mantendo um paralelo com outros bairros da cidade de Valência. Identifica as oportunidades, como já referido, mas também os instrumentos já existentes.

A estratégia denuncia duas problemáticas principais no bairro: ter sido alvo de abandono e de estrago, causado pela ameaça de prolongamento da Avenida *Blasco Ibáñez* e o processo de agressão que sofreu, ao que intitulam de *mobbing inmobiliário*.

Estas problemáticas trouxeram a deterioração geral do bairro, tanto a nível físico como social. Através da análise, denuncia várias consequências destas problemáticas, entre elas: o abandono e descuido de edificações, serviços e instalações urbanas; ineficácia energética dos edifícios e dos serviços; escassez de estacionamento; uma sensação de isolamento em relação ao resto da cidade; falta de equipamentos; envelhecimento da população; alta taxa de desemprego; falta de manutenção da edificação; perda de população e de vários comércios; venda de propriedades à *Administración*; edifícios em ruína e solares abandonados; a falta de condições de várias famílias; aparecimento de atividades criminosas; substituição da população original por população em risco de exclusão.

⁸⁵ <http://www.fentestudi.com/va-cabanyal>

⁸⁶ <https://startupxplore.com/es/servicios-startups/comunidades-startups/fundacion-inndea>; consultado em 01/03/2021

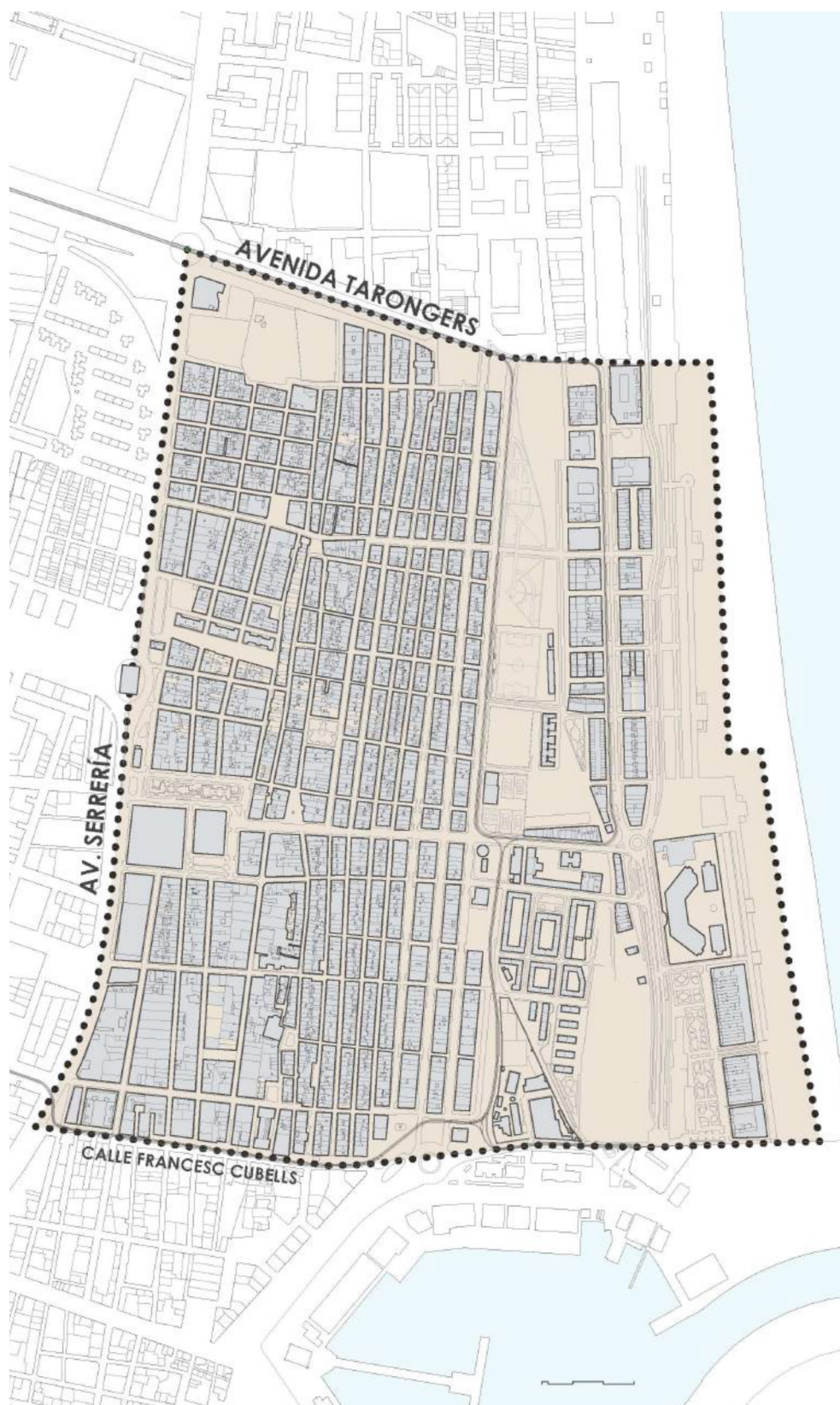


Figura 41 - Área de atuação da estratégia EDUSI; fonte: Documento de apresentação pública *EDUSI*, em < <http://edusi.es/content/desarrollo-urbano-sostenible>>

(ver anexos 5, 6)

Apesar destas análises refletirem diversos aspetos negativos, expõem também diversos aspetos positivos: A qualidade urbanística, arquitetónica e patrimonial do bairro; a boa inércia térmica dos edifícios tradicionais; o mar como fator de atração; o pouco tráfego motorizado; o sentimento de identidade e tradições culturais; Vontade generalizada de recuperar a convivência e de reabilitar e regenerar o bairro; a persistência da tradição do uso intenso do espaço público e da convivência na diversidade.

Após definir os diversos desafios a que se propunha, a estratégia dividia-se em onze linhas de atuação. Entre estas encontravam-se: a regeneração física do bairro, através da reabilitação, reurbanização e reconstrução; reequipamento do bairro; reurbanização dos espaços deteriorados, adaptando-o às suas necessidades reais; recuperação de elementos naturais, como a praia e a horta; melhora do meio-ambiente, intervindo no solo, vegetação urbana, tráfego e estacionamento; reconexão do bairro com a praia; melhoria de mobilidade sustentável; apoio à recuperação comercial, empreendimento e à formação; criação de recursos de prevenção comunitária; e atenção à população dependente.

Ao longo da elaboração da estratégia propunham também um processo de participação dos cidadãos e dos respetivos coletivos. Na sua apresentação pública a 22 de dezembro de 2015 descreve-se como “totalmente inovadora e assenta um precedente de participação cidadã e elaboração colaborativa permanente entre os vizinhos, Administração e técnicos.” Nesta apresentação assume um pressuposto de cerca de 30 milhões de euros, assim financiados pela *FEDER – Fondo Europeo de Desarrollo Regional*, fundo este destinado ao apoio financeiro com objetivo de fortalecer a coesão socioeconómica dentro da União Europeia, corrigindo os desequilíbrios entre as suas regiões. Esta apresentação afirmava priorizar as propostas dos vizinhos e dos agentes sociais dos bairros incluídos nos âmbitos da atuação, referindo mais de sessenta reuniões, com mais de cem coletivos. Este documento deixa apresentando também, em resumo as suas linhas de atuação:

“Acesso universal às TIC em condições de igualdade e eliminação da lacuna digital; mobilidade urbana sustentável; redução das emissões de CO2 priorizando o tráfego intermodal pedestre, ciclista e transporte público; melhoria da eficiência energética e aumento das energias renováveis; intervenção na edificação da área; proteção, fomento e desenvolvimento do património cultural de Cabanyal-Canyamelar-Cap de França; melhoria e reabilitação do meio ambiente urbano; regeneração física, económica e social do entorno urbano mais degradado do bairro; regeneração social do bairro através de apoio aos programas existentes de reabilitação, reconstrução e acesso à vivenda; revitalização do bairro através de infraestruturas e programas culturais; melhoria da empregabilidade e da integração socio laboral, com apoio ao empreendimento e a criação de emprego; fomento da reativação comercial e apoio integral às famílias: inclusão e prevenção comunitária desde a perspetiva de género.”⁸⁷

⁸⁷ Apresentação Pública da estratégia *Va Cabanyal! De Desenvolupament Urbà Sostenible Integrat*, p. 2

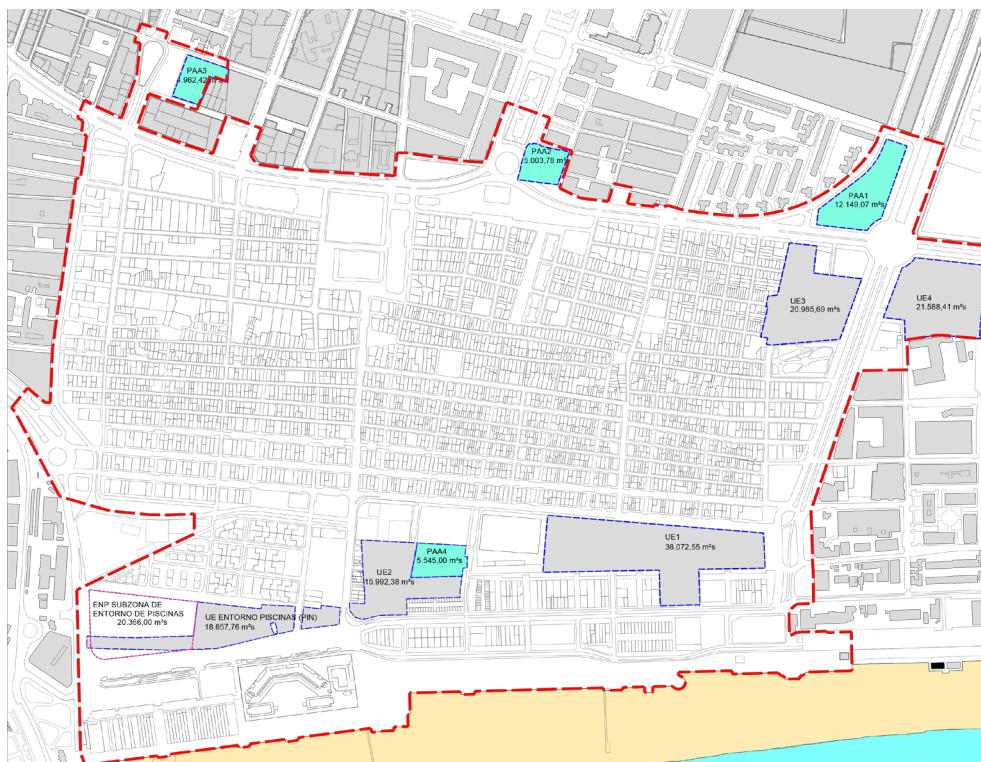


Figura 42 - Plano de Unidades de Execução PEC; Fonte: <<https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>>

Figura 43 - Plano de zonas verdes PEC; Fonte: <<https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>>

(ver anexos 7, 8)

PLAN ESPECIAL DEL CABANYAL

O *Plan Especial del Cabanyal PEC* apresenta-se quase como uma “consequência” da estratégia anterior *EDUSI*, uma vez que apresenta muitos objetivos em comum e se baseia nas principais problemáticas. Os moldes de intervenção deste plano desenham-se sobre as mesmas linhas: o pensamento da intervenção no espaço público como grande contributo à comunidade, a necessidade de melhoria e criação de espaços verdes, a preocupação com o comércio de proximidade, e, transversal a quase todos os planos de requalificação das cidades europeias em que vivemos, o perigo da gentrificação – uma realidade já bastante incrementada na vida do bairro.

Visitando o bairro reconhecem-se os traços deste perigo já implementado, conjugado com uma realidade de demolição e abandono de muitos terrenos, assim como um estado de grande degradação dos espaços públicos e das próprias infraestruturas.

Este plano especial é apresentado e aprovado ao longo de 2019, com um âmbito de atuação similar ao *EDUSI*, incluindo Unidades de Execução divididas em diferentes intervenções. Estas intervenções traçavam alguns objetivos como a construção de edifícios de estacionamento, a construção de vivenda de aluguer social (ainda que com propostas de aluguer livre), o aumento de espaços verde (tanto privatizados como públicos) e, uma das mais relevantes, pelo seu peso histórico e pela necessidade urgente de resolver esta conexão de forma adequada: a resolução do ponto de encontro entre a Avenida *Blasco Ibáñez* e a trama característica do bairro.

As Unidades de Execução repartiam-se entre melhorias nos espaços verdes já existentes, em construção de habitação coletiva de baixo aluguer, assim como atuações isoladas e o incentivo do comércio local, através da introdução de locais de comércio na planta baixa das edificações de vivenda e habitação.

O âmbito de atuação do plano tinha uma superfície total de 1 643 244,69 m², com uma superfície protegida de 283 130m². Inclui neste âmbito pequenas áreas de atuação fora do regular entorno do bairro afirmando, na sua memória justificativa, ter a finalidade de facilitar a conexão com o seu entorno imediato. Descrevia como objetivos principais a regeneração e melhoria urbana em todo o bairro, complementando com objetivos complementários como a criação de dinâmicas sustentáveis, tornar o bairro num bairro eclético, através da recuperação da sua relação com o mar, da sua população autóctone e do espaço público.

Numa primeira abordagem ao plano, verificamos que os âmbitos de intervenção quase não tocam o núcleo do bairro do *Cabanyal*, intervindo muito em pontos de encontro com o bairro. O facto da área *BIC Bien de Interés Cultural* e da área de *Conjunto Histórico Protegido* pode estar na origem desta falta de reabilitação do conjunto mais habitacional do bairro, uma área de grande importância de interven-



Figura 44 - Render PEC; Fonte; '*Urbanismo mantiene el hotel de 15 plantas del Plan del Cabanyal pese a las reservas de Costas*', 2020, em <<https://valenciaplaza.com/hotel-plan-cabanyal-urbanismo-costas>>

ção. Isto pode dever-se uma consequência do ‘estancamento de intervenções’ e ao ‘proteccionismo exacerbado’ que se testemunha no Centro Histórico Protegido.

Apresentam algumas atuações isoladas dentro do núcleo histórico, mas limitam-se a áreas “a obter”, ou seja, que ainda não têm total propriedade do solo ou autorização para a intervenção. Esta construção fora dos limites regulares de intervenção no bairro leva-nos a questionar a necessidade de ocupar terrenos vazios que, primeiramente, não pertenciam ao âmbito de atuação do bairro *Cabanyal*, quando a maior necessidade era a reabilitação e requalificação de habitação já existente, na criação e melhora de infraestruturas e na proteção dos habitantes já existentes no bairro. A construção de um novo conjunto habitacional, a Unidade de Execução 4 por exemplo, traz o questionamento do seu real propósito, uma vez que é um terreno que atualmente alberga parcelas horticolas e que plantea a implementação de um espaço verde, mas que acaba por estar fora dos limites do bairro.

A requalificação do espaço urbano é já visível em algumas ruas na visita ao bairro. Vêm-se também alguns investimentos na reabilitação de edifícios habitacionais e edifícios que se dedicarão à cultura, como é o exemplo do antigo Matadouro, no qual o atual alcade de Valencia, Joan Ribó, discursa positivamente na sua visita:

“De alguma forma é o símbolo da regeneração do *Cabanyal*, de que o *Cabanyal*, modernizando-se, mantenha todas as suas regras, seguramente a sua trama urbanística e não padeça do processo de autodestruição. Ainda há muito por fazer, mas já é um símbolo de que já se fizeram muitas coisas.”⁸⁸

Apesar de ser visível o investimento, tanto privado como público na reabilitação das ruas e algumas vivendas, as críticas a alguns dos programas de atuação do plano e certa inadaptação das mesmas à realidade do bairro aumentam e são, mais uma vez, testemunho de algumas visões 'verticais' das entidades planeadoras e que o termo de participação, atualmente, tenha a mera utilidade de propaganda do que realmente o seu significado dita.

As críticas estão formuladas em torno de algumas destas unidades de execução: Questiona-se a verdadeira necessidade e adaptação do hotel de quinze andares projetado no *Entorno Piscinas*, uma vez que nenhuma das construções circundantes tem um valor de altura semelhante. O departamento de Urbanismo do *Ayuntamiento* de Valência não se opõe a nada desta unidade de execução, mesmo que a Direção Geral de Costas afirme que não é recomendável alterar a perspetiva litoral. A nível económico, o argumento defensor baseia-se no facto de que o 'retorno' económico irá diretamente para o Ayuntamiento e não para nenhuma empresa de construção. Valor esse estimado de doze milhões de euros, dos quais 8,7 são fruto da venda de solares que se dedicará ao uso hoteleiro e de restauração.

⁸⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=KJ1Lu1FTQOs> ; visita oficial ao edifício após a sua reabilitação – tradução livre

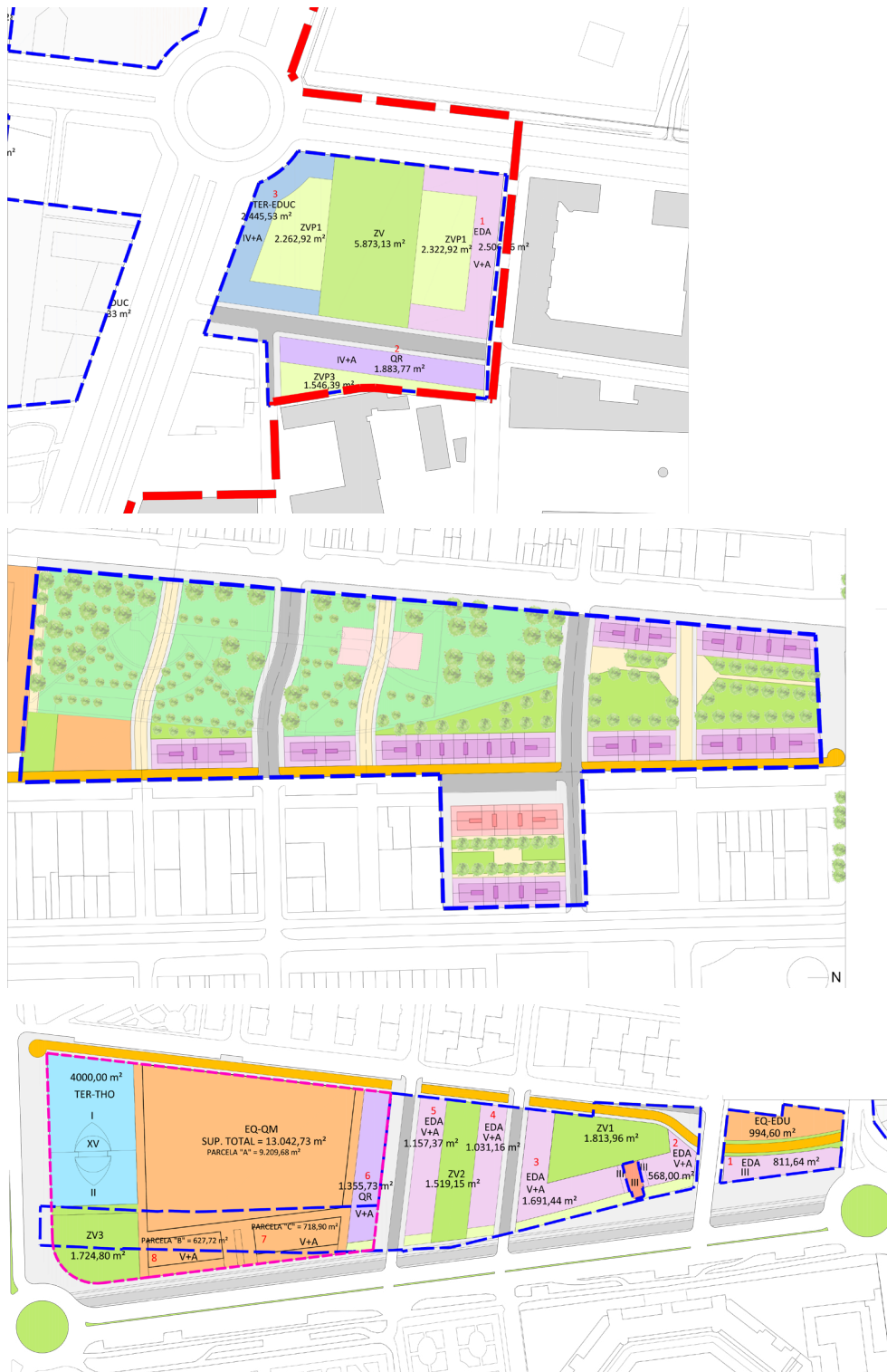


Figura 45 - Unidade de execução 4. do PEC; Fonte: Planos de Ordenación PEC, em < <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>>

Figura 46 - Unidade de execução 1. do PEC; Fonte: Planos de Ordenación PEC, em < <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>>

Figura 47 - Unidade de execução *Entorno Piscinas*. do PEC; Fonte: Planos de Ordenación PEC, em < <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>>

Outra questão, por parte das associações de vizinhos é a necessidade dos novos edifícios habitacionais, previstos nas Unidades de Execução 1, 2, 3, no entorno Piscinas e no Programa de Atuação Isolada 2, 3 e 4. Este descontentamento nasce frente à necessidade de reabilitação integral do *Cabanyal* e à melhora das condições de vida dos atuais habitantes, dado que deveriam estar entre os primeiros níveis de prioridade em planos de requalificação do bairro.

Felip Bens descreve bem estas discordâncias, através de uma notícia que subscrive uma visão de desconfiança das entidades administrativas e políticas que se encargam destes planos. Nesta notícia refere que, como Conjunto Histórico Portegido, caso do *Cabanyal*, os planeamentos posteriores deveriam ser sempre planos de proteção, pelo qual torna, de certa forma, o *PEC* inviável, em termos legislativos. Denuncia ainda que apresentam um catálogo patrimonial incompleto, onde faltam edifícios e que não se teve em conta que a proteção das casas tradicionais já existentes seria a melhor forma de proteger o bairro e não deixar qualquer possibilidade aberta à demolição de alguns edifícios tradicionais. Referencia também o sistema de alturas que projeta, que não se adequa ao entorno e às características tradicionais de planta baixa, primeiro piso e sótão. Afirma que as volumetrias previstas não são totalmente fidedignas, tendo em conta que a entidade construtora, em realidade, pode modificar estes valores, desde que mantenha os metros quadrados previstos. Além disto, fixa a altura do conjunto histórico protegido às duas plantas, mas deixa em aberto a possibilidade de construir uma terceira, a critério dos técnicos municipais. Como conjunto protegido, deveria bloquear-se as alturas no plano, em cada parcela, defende o autor. Outra contradição seria a do afirmar que este plano apoia a tradicional vida e relação da vivenda com o espaço público. No entanto, estas edificações de habitação não mantêm este carácter desde logo por não apresentar nenhuma vivenda no piso térreo e consequentemente, sem acesso direto à rua. Por fim, critica também a falsa transparência e participação que oferecem na teoria do plano, justificando que em qualquer plano de regeneração urbana a atenção ao público é muito importante e, neste momento, não há nenhum 'escritório' de proximidade que tenha "plenas competências do plano"⁸⁹.

⁸⁹ BENS, Felip; *Plan del Cabanyal: el inexplicable error del tripartito*, 2019, consultado em <<https://valenciaplaza.com/plan-del-cabanyal-el-inexplicable-error-del-tripartito>>



- 1-Docas
- 2- Paseio Marítimo
- 3- Horta Cabanyal
- 4- Mercado e Casa dos bois
- 5- Parque Dr. Lluch
- 6- Tarongers/Malvarrosa



Figura 48 - Mapa geral da proposta Vía Verde *Cabanyal*; Fonte: < <https://www.viaverdecabanyal.com/> >

Figura 49 - Desenho geral da via verde *Cabanyal*; Fonte: < <https://www.viaverdecabanyal.com/> >

PROPOSTA VÍA VERDE CABANYAL

Em simultâneo aparece uma proposta formada por equipas de vizinhos em conjunto com diferentes associações, como uma proposta de melhoria do *Plan Especial del Cabanyal*. Fundamentavam a sua estratégia num espaço verde contínuo desde a zona da Marina até ao bairro da *Malvarrosa*. Desenham este espaço como uma grande via verde, onde implantam também edificação, afirmando inspirar-se no antigo traçado de *Trenet*, o antigo traçado das vias de comboio. Este parque conectaria os espaços verdes do bairro, potencializando a ideia do *PEC* de conectar o bairro transversalmente de este-oeste. Esta via apresenta um suporte desportivo, de ócio e com preferência de mobilidade pedestre e de bicicleta.

Trabalhando sobre a proposta do *PEC*, relocalizam os edifícios de forma mais orgânica em torno desta via. Além disto, propõem transladar o campo de futebol e substituir por edifícios habitacionais. Propõem a substituição dos *Blocos Portuários* por edifícios de maior área, mas com menos altura.

Estas intervenções melhorariam tanto a mobilidade dos habitantes, como a biodiversidade do bairro, a partir das zonas verdes propostas e da recuperação das ‘dunas’, um dos ecossistemas mais modificados pela pressão humana sobre os espaços litorais. Teriam também um papel de elemento protetor no passeio marítimo, tendo em conta o contexto de mudança climática em que nos encontramos e o consequente avançar da linha de costa. O plano refere também o lado positivo da autogestão destes novos espaços, o que, por consequência direta, incrementaria a relação mais próxima e a consciencialização dos vizinhos do bairro, com o meio ambiente em que vivem.

Na plataforma da proposta, especificam alguns aspetos das atuações que se adaptam melhor a algumas necessidades dos habitantes, mas que, por vezes não se adaptam à realidade do bairro. A nível de nova edificação alegam que as suas novas construções se adaptam ao parque e não seguirão os sistemas de alturas definidos pelo *PEC*. A nível do traçado das ruas apresenta a intenção de conectar todo o bairro através de um grande passeio-jardim paralelo à linha de costa. Perante o Bloco dos Portuários e da substituição que planeia o anterior *PEC* por edifícios de alturas desnecessárias e inadequadas, o qual pretendem adequar a sua altura, como exigido pelos vizinhos. Em relação ao polémico tema do hotel de quinze plantas considera também a falta de necessidade desta altura, mas assume a possibilidade de redesenho e adaptação deste edifício. Por outra parte, em contrapartida com o *PEC*, concretiza a dita maior acessibilidade e sustentabilidade do transporte, através do aumento da área de caminhos pedestres e ciclovias.



REFLEXÃO TEÓRICA

APLICAÇÃO DA PERSPETIVA TEÓRICA AO CASO DE ESTUDO

O presente caso de estudo é um ponto de partida para o estudo da produção social do espaço urbano e da importância dos movimentos sociais e de um processo de análise mais abrangente do que a clássica abordagem 'técnica' à antiga cidade.

Henri Lefebvre introduz estas questões sociais na análise e debate urbanísticos, em 1968 com "O direito à cidade" e em 1974 com "A produção do espaço", e fundamenta posteriores abordagens na análise dos diferenciados fenómenos urbanos que surgiam. Este trabalho baseia-se em algumas das ideias principais da sua perspectiva. Vindo de um quadrante ideológico marxista, interessou-se sobre a produção social do espaço urbano e sobre a leitura das contradições do sistema capitalista em matéria de desigualdade e (in)justiça social: temas como o direito à cidadania plena, à justiça social, à equidade, às condições dignas de habitação, ou à acessibilidade aos serviços coletivos, são aprofundadamente desenvolvidos no seu trabalho.

Descrevia um direito à cidade, baseando-se na ideia de que este não correspondia a um direito à cidade já existente, mas sim direito a uma nova vida na cidade, onde estivessem involucrados direitos como: “direitos de género e idades, direitos de condições, de treino e educação, direito ao trabalho, à cultura, ao descanso, saúde e habitação.”⁹⁰

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou como um retorno às cidades tradicionais. Pode apenas ser formulado como um transformado e renovado direito à vida urbana.”⁹¹

Podemos considerar o caso de estudo como exemplo prático que a formulação de planeamentos de transformação urbana têm, idealmente, uma direta relação com o tecido social do lugar onde se inserem. O tecido social do *Cabanyal* lutou pelo reconhecimento do quotidiano, da 'realidade social' do conjunto como elemento substancial de planeamento urbano. Foi através da 'praxis', segundo identifica Lefebvre, que os vizinhos deste conjunto conseguiram inserir na esfera do debate público, em Valência e em Espanha, a importância do pensamento sociológico na discussão de futuros urbanos. Apesar disso, esta conquista deu-se já num contexto de desigualdade e injustiça social, consequência do sistema capitalista e de um contexto específico: a hegemonia da entidade de poder político e a continuada estigmatização do conjunto.

Exige-se, portanto, através da luta social e da formação de tecidos associativos, o direito a uma 'nova cidade' onde se involucrassem alguns dos direitos acima referidos: direito à habitação que, através de fenómenos de expropriação estavam a

⁹⁰ LEFEBVRE, 1996, p.158

⁹¹ Ibidem, p. 158

ser suprimidos; direito às condições de vida adequadas, tendo em conta a falta de infraestruturas generalizada no bairro e a degradação das edificações; direito ao trabalho, no sentido em que o comércio de proximidade se desvanece, por consequências dos novos circuitos de capital.

Lefebvre defendia que o pensamento sociológico procurava a “compreensão e reconstituição das capacidades integrativas do urbano, assim como as condições da participação prática.”⁹² Afirmava que apenas as classes sociais e as frações capazes de iniciativas revolucionárias poderiam assumir o controlo e trazer soluções para os problemas urbanos e é a partir destas forças sociais e políticas que a cidade renova-se e tornará a ‘obra’.⁹³

Esta 'obra' não pode existir sem "coisas, sem algo para moldar, sem a realidade prático-material, sem um sítio, sem uma 'natureza', sem uma zona rural, um ambiente. As relações sociais são conseguidas a partir do sensível.”⁹⁴ Mesmo assim, estas não podem ser reduzidas a este mundo sensível.

"Se as relações sociais sugerem formas e relações, se não podem ser concebidas de forma homogênea ao objeto isolado, sensível ou técnico, não sobrevive sem laços, sem ligação a objetos ou coisas. Devemos insistir neste ponto metodológico e teórico importante.”⁹⁵

Lefebvre expõe também o problema de uma sociedade que busca a plenitude, ou ‘completitude’, com objetos e bens duradouros, quantidade, satisfação e racionalidade. Esta sociedade, na verdade, fomenta a criação de uma fissura colossal, onde as ideologias se agitam a si mesmas e a névoa do retórico se espalha. Considera que “a desintegração da cidade manifesta a profundidade da desintegração social e cultural. Considerada como um todo, esta sociedade encontra-se incompleta.”⁹⁶

Edward Soja, no seu livro ‘Third Space: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places’ apresenta a ideia de que o direito à cidade deve procurar-se baseado em questões mais amplas do que apenas a luta anticapitalista, demonstrando que a condição urbana atual se forma de variados elementos e forças económicas, políticas e culturais. Soja expõe as três categorias de Lefebvre: espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. Propõe que o espaço percebido é aquele que engloba o mundo material e real; o concebido o que inclui as representações mentais e imaginárias; e o vivido aquele gerado a partir dos anteriores e que rompe o dualismo entre o concebido e o percebido e que permite aproximar-se à complexidade da experiência vivida. Afirmar ainda que é neste último espaço, marcado pelo oposto e pelo contraditório, o que possibilita a criação das alternativas ao capitalismo e o direito à cidade.⁹⁷ É no espaço vivido que está a diversidade e

92 LEFEBVRE, 1996, p.153

93 Ibidem, p. 154

94 LEFEBVRE, 1968, p. 28

95 Ibidem, p. 28

96 Ibidem, p. 156

97 MOLANO CAMARGO, 2016, p. 12

os consequentes paradoxos espaciais, dando lugar a novas formas de habitar e de experienciar o espaço urbano. Considera ainda que nascem novas expressões de justiça social nos interstícios dos espaços regulados, e que a diversidade traz uma cidade multidimensional. Esta diversidade trouxe movimentos sociais, a luta por direitos de igualdade, direitos laborais e salariais e, consequentemente, a procura de novas formas de justiça espacial. Assim sendo, considera necessário endereçar questões de inclusão e igualdade espacial e novas políticas urbanas, considerando agora questões de etnia, cultura e género. Expõe que o direito à cidade não poderá reduzir-se à luta anticapitalista, tendo em conta que há agora uma grande diversidade de forças que dão forma às geografias injustas – desde o racismo, fundamentalismo religioso, discriminação de género, injustiça ambiental.

"Produziu-se a irrupção de algo muito mais significativo, o surgimento de uma prática activa e situada de uma política cultural que está dirigida conscientemente por noções cada vez mais especializadas de justiça social, democracia participativa e direitos e responsabilidades dos cidadãos. O impacto destas práticas espacialmente conscientes não foi ainda muito grande, mas há indícios suficientes que sugerem que terão seguramente um papel maior na formação da pós-metrópolis do futuro." ⁹⁸

El Cabanyal insere-se nesta permissa de diversidade, cada vez mais. Desde sempre visto como um bairro de pescadores e obreiros, encontra-se, naturalmente, a tendência das zonas litorais de gentrificar-se e substituição da sua população primária, por um novo conjunto de poder aquisitivo mais alto. Apesar disso, o conjunto que hoje vemos incorpora ainda vizinhos que resistiram a estas transformações abruptas no sistema económico e social do conjunto. Este bairro, segundo as estatísticas de 2014, apresentava a segunda taxa mais alta de 'população estrangeira' do Município de Valência entre os 13 e os 15,4%. Esta diversidade deve-se aos efeitos da gentrificação, mais visível ainda atualmente, tendo em conta que a compra de edifícios dirige-se a um público com poder aquisitivo bem mais alto que o de maior parte, senão a totalidade, dos vizinhos. Apesar disto, há outro grande fator que influencia estes dados: a alta percentagem de população de etnia cigana que, já desde as décadas de 40 a 60 representavam já um número importante.

Esta realidade social de diversidade e a evolução do espaço público como dinamizador das relações sociais, assim como de confronto de divergências. Estas vivências trouxeram aos moradores uma sensação de pertença e identidade própria, acentuadas pelo distanciamento e isolamento, que se refletiria na auto-suficiência do conjunto.

"A distância e isolamento explicam a auto-suficiência necessária, afirmarão nos moradores o sentimento de pertença ao seu bairro, e reforçará a sua identidade e a sua memória social." ⁹⁹

⁹⁸ SOJA, 2008, p. 559

⁹⁹ HERRERO, 2016, p. 81

Luis Herrero explica que "as estruturas urbanas vivas, produto do fazer arquitetónico, proporcionam à cidade matéria prima para gerar memória social inclusiva que, por sua vez, otorga significado ao físico" ¹⁰⁰

"O espaço público não parcelado era quase o único lugar possível para partilhar os relatos individuais que produzem a memória social que identifica aos moradores como pertencentes a uma comunidade coesa, capaz de se auto-organizar para sobreviver num entorno difícil e auto-construir uma estrutura urbana funcional. O espaço público teve de ser o suporte eficaz das relações sociais dos moradores e a relação direta das vivendas com o espaço público facilitava esta função." ¹⁰¹

É verdade que o ambiente urbano e as suas novas formas e contextos caracterizam-se por uma grande diversidade e que é nas diferenças e divergências que podem surgir novas soluções e novas abordagens, como sugere Soja. No *Cabanyal* a convivência destes grupos tão distintos viu-se afetada pela degradação a que o bairro se viu submetido quase durante duas décadas. Assim sendo, nasce um conflito no 'interior' do tecido social do bairro. Este conflito caracterizava-se pelas diferentes perspetivas e pelo aparecimento de atividade ilícitas que se associavam popularmente a todo o coletivo de etnia cigana. Aitor Varea Oro explora este conflito no seu trabalho "Los entramados sociales como herramienta de proyecto". Demonstra que, apesar do conflito e das divergências ideológicas, culturais e quotidianas, estes dois 'grupos' foram capazes de desenvolver um corpo social ativo que lutasse contra os efeitos da degradação e contra a repetida da intenção de prolongar a Avenida *Blasco Ibáñez*. Estes acontecimentos corroboram a ideia de Lefebvre que as frações capazes de trazer iniciativas revolucionárias são capazes de trazer novas soluções e a ideia de Soja que a diversidade é capaz de trazer movimentos sociais, luta por direitos e a procura de novas formas de justiça espacial.

"A própria evolução do conflito, através da interação dos discursos e das práticas dos seus implicadas, tem a capacidade de gerar novos universos simbólicos que podem reformular de forma estrutural tanto o sentido do conflito, como as interpretações que os distintos atores tenham dele." ¹⁰²

No seguimento da importância do pensamento sociológico na análise e intervenção urbana, surge a necessidade de refletir sobre o conceito de 'participação comunitária'. A discussão deste conceito na arquitetura surge na década de 60. Para um melhor entendimento deste conceito é necessário analisar que significam as duas palavras, individualmente. Nick Wates define 'comunidade' como "um grupo de pessoas que partilham interesses comuns e que vivem entre uma área geográfica definida." ¹⁰³ Nabil Hamid define que este termo "tem ambas as dimensões sociais e espaciais e que, geralmente, as pessoas que vivem numa comunidade juntam-

¹⁰⁰ HERRERO, 2016, p. 14

¹⁰¹ Ibidem, p. 43

¹⁰² VAREA ORO, 2015, p. 191

¹⁰³ WATES, 2000, p. 184

-se para conseguir um objetivo comum, mesmo que tenham certas diferenças." ¹⁰⁴ Charles Abrams define este conceito como um "estado mítico de completitude social no qual cada membro tem o seu lugar e no qual a vida é regulada através da cooperação e não através da competição e conflito." ¹⁰⁵ Assume que geralmente tem dois elementos: limite físico e interesses sociais em comum. Apesar disto, Hamdi considera que as comunidades "não são necessariamente organizadas e coesas, sendo que às vezes há a falta de 'sentido de comunidade' e 'identidade social', alegando que este sentido de comunidade pode ser obtido em processos de participação durante um projeto." ¹⁰⁶

Em relação ao termo de participação, Wates define-o como o "ato de estar envolvido em algo". ¹⁰⁷ N. J. Braken argumenta que este termo tem duas definições e ambas com significados opostos: "pode representar atribuir papéis decisivos aos usuários, onde podem partilhar responsabilidade de toma de decisões com profissionais" ¹⁰⁸ ou "é onde não há nenhuma mudança das responsabilidades entre os profissionais e usuários, mas apenas a opinião do usuário é considerada, em momentos de decisão." ¹⁰⁹

Abrams define participação comunitária como a teoria de que "a comunidade local deveria receber um papel ativo em programas e melhorias que lhes afetassem diretamente." ¹¹⁰ Hamdi define este conceito como uma "ideia poderosa que se refere ao processo no qual profissionais, famílias, grupos comunitários, oficiais governamentais e outros se juntam para resolver algo, preferivelmente, numa parceria formal ou informal." Sendo que esta participação "nasce como resultado da pressão pública que exigia 'justiça ambiental'." ¹¹¹

A discussão dos processos de participação exigia trazer a tentativa de estruturação do processo participativo. Podemos, portanto, identificar as suas 'fases' e 'níveis'. John F. C. Turner divide este mesmo processo em três componentes básicos: planeamento, construção, gestão. Hamdi apresenta cinco fases: iniciação, planeamento, desenho, implementação e manutenção. "Iniciação como primeira fase - onde se definem objetivos e o alcance; a fase de planeamento - onde se trabalha nos detalhes do projeto, orçamento e identificação de recursos; fase de desenho - desenvolve-se mais tarde, com a execução do projeto e a implementação da fase de construção; fase de manutenção - os processos a longo prazo que envolvem a manutenção do projeto e dos seus resultados." ¹¹² Tendo isto em conta, o que definiria o nível de participação nestes projetos seria o grau de envolvimento das comunida-

104 HAMDI, 1997, p. 67

105 ABRAMS, 1971, p. 60

106 HAMDI, 1997, p. 67

107 WATES, 2000, p. 194

108 HABRAKEN, p. 139

109 HABRAKEN, p. 139

110 ABRAMS, 1971, p. 63

111 HAMDI, 1997, p. 75 - 76

112 Ibidem, p. 72

des nas diferentes fases.

As abordagens destes processos podem ser definidas em dois tipos: 'Top-Down' e 'Bottom-up', as quais contrárias, diferenciando-se na base de quem tem o controlo geral do programa: governo/agências implementárias ou as comunidades.

B. L. C. Johnson explica que a abordagem 'Top-down' é "um processo onde todas as decisões são tomadas pelo governo/agências, procurando o consentimento da comunidade."¹¹³ Já nas abordagens 'Bottom-up' "as pessoas envolvem-se mais nos processos de decisão e podem tomar decisões."¹¹⁴ Pode concluir-se que um destes desenvolvimentos é imposto e o outro é escolhido.

G. Narayana Reddy apresenta um modelo alternativo de participação que intitula de 'modelo de parceria', "onde o governo e a comunidade trabalham em conjunto no planeamento e na toma de decisões, no qual resultam resultados duradouros."¹¹⁵

C. O. N. Moser descreve o conceito de participação como um meio e como um fim:

"Onde a participação é interpretada como um meio, geralmente torna-se uma forma de mobilização para que as coisas sejam feitas... Onde a participação é identificada como um fim o objetivo não é um objetivo de desenvolvimento fixo e quantificável, mas sim um processo em que o resultado é uma participação cada vez mais significativa no processo de desenvolvimento."¹¹⁶

É também pertinente o reconhecimento dos problemas envolvidos no desenvolvimento das abordagens participativas: uma vez que a participação seja abordada como um fim, o gasto de tempo é muito alto e, tendo em conta que atualmente o tempo tem também um valor monetário, torna-se difícil justificar esta abordagem, pelos altos custos que apresenta.

Para que estes problemas sejam colmatados é importante reconhecer a participação desde uma perspetiva mais abrangente confrontando os seus benefícios com as suas limitações. Exigiria mais tempo para um projeto 'inteiramente participativo', mas seria algo bastante importante para um resultado em forma de empoderamento comunitário. Os benefícios sociais seriam bem mais significativos que os físicos.

Perante estas questões parece necessário a reformulação dos papéis do governo e das agências 'planeadoras', assim como a integração e orientação da comunidade em relação aos processos de planeamento, participação e decisão.

Manuel Castells reflexiona sobre o papel do Estado, afirmando:

"o Estado, ainda que atravessado constantemente pela luta de classes, é um aparato que

¹¹³ JOHNSON, 1983, p. 15

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ REDDY, 2002, p. 5-6

¹¹⁶ MOSER, 1983, p. 84

resulta, ao longo da história, da cristalização da hegemonia social das sucessivas classes dominantes. Este aparato efetua uma série de funções essenciais à reprodução da ordem social existente, numa dialética dupla com respeito às classes dominadas (...) Com respeito às classes dominantes, o Estado assegura o exercício do poder a favor dos seus interesses (função de domínio) e regula as contradições internas do bloco no poder, assim como as contradições entre as distintas exigências dos mesmos interesses dominantes (função de regulação). Com respeito às classes dominadas, o Estado trata de maximizar a legitimidade da ordem por ele representado (função de integração), embora assegure, em todo o caso, o seu apoio pela força (função de repressão)."¹¹⁷

Apesar disto, nem sempre é capaz de manter esta ordem social, perdendo legitimidade e tornando-se incapaz de reproduzir a ordem existente, dando lugar a uma 'crise urbana'.

"Há crise urbana a partir do momento em que a organização das grandes cidades contradiz os valores e necessidades da maior parte dos grupos sociais, enquanto, de forma simultânea, dificulta o desenvolvimento do sistema económico e social debilita as suas fontes de legitimação política."¹¹⁸

117 CASTELLS, 1981, p. 101

118 Ibidem, p. 1



Figura 50 - Rita Barberá, líder do *Partido Popular*; Fonte: ' *El último órdago de Rita Barberá en El Cabanyal* ', 2014, em < - <https://www.publico.es/politica/ordago-rita-barbera-cabanyal.html>>

Figura 51 - *Cacerolada* contra a prefeita Rita Barberá; Fonte: ' *La lucha vecinal del Salvem el Cabanyal, en imágenes* ', 2019, em Noticiário Levante < <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=16>>

PROCESSO PARTICIPATIVO NO EL CABANYAL

Podemos afirmar que, face às novas realidades urbanas, os processos participativos surgem em diferentes momentos de um planeamento urbano. Tendo em conta o caso de estudo do presente trabalho, o processo de participação e integração da comunidade nos processos de informação e decisão aparecem, primeiramente, em forma de luta social, fruto da exigência de direitos e justiça espacial.

El Cabanyal sobrevive a uma larga fase em que esta participação é nula ou, de certo modo, impedida e negligenciada. Assim sendo, aparece na esfera do debate público já como resposta às consequências existentes e futuras de certos projetos urbanísticos. A integração da população e da respetiva participação nos planeamentos que, nas perspetivas de análise urbana atuais, deve ser algo inerente e indispensável ao projeto, tornou-se também um elemento de grande importância no desenvolvimento da identidade deste conjunto urbano, nomeadamente nas últimas duas décadas. À medida que estes habitantes lutavam pela sua presença no desenho e na toma de decisões urbanísticas, deixavam cada vez mais claro que a reabilitação e requalificação de um conjunto urbano não podia estar apenas vinculada às entidades planeadoras, sejam estas instituições administrativas, de poder político ou privadas de poder aquisitivo, uma vez que se tornam os principais elementos portadores de meios e capital. Sublinharam como a participação e inclusão das ideias e opiniões dos habitantes é tão importante como o redesenho do espaço público, a reabilitação das edificações e requalificação das zonas verdes. Espaço público este, que será percorrido e utilizado pelos mesmos habitantes, não pode, portanto, responder a um desenho algo independente da sua situação e utilização real. Este redesenho pode implementar novas formas de experienciar este mesmo espaço, mas deve respeitar e priorizar as dinâmicas e formas de o habitar já existentes.

Como exemplo podemos relacionar a relação do indivíduo com a comunidade através do espaço público, tendo em conta que é algo inerente à vida quotidiana do bairro desde a sua formação. É um dos elementos-chave deste conjunto na sua função de espaço de confronto, divergência e discussão, mas também de convivência e reconhecimento de ideias transversais a todos. Este reconhecimento de ideias comuns abre a possibilidade da construção de um discurso que lute por um objetivo comum. Algo fundamental num processo de participação comunitária perante uma hegemonia política e económica que sobrepassa as capacidades individuais dos membros destes coletivos.

Estes objetivos comuns e ideais compartilhados tornam possível a construção de um discurso mais coerente que pudesse 'congelar' as divergências e os problemas de convivência dos diferentes grupos que integravam esta comunidade. Fruto do fluxo de emigração da população primária, do abandono de muitas edificações e, consequentemente, da ocupação informal dos edifícios abandonados, o bairro alberga

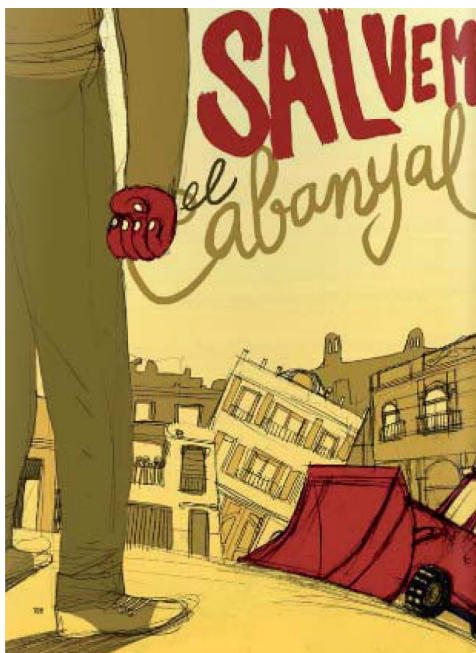


Figura 52 - Vinheta do catálogo *Cabanyal Portes Obertes*; Fonte: VAREA ORO, 2015

Figura 53 - Envolvimento do mundo artístico na defesa do bairro; Fonte: VAREA ORO, 2015

Figura 54 - Manifestação contra a aprovação do *PEPRI*, 1998; Fonte: *La lucha vecinal del Salvem el Cabanyal, en imágenes*, 2019, em < - <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=16>>

atualmente grupos bastante distintos, a nível de etnia, cultura e transfundo económico. Este entorno poderia ser, na base da diversidade, mais propício para o surgimento de novas abordagens, perspectivas e, por isso, novas soluções.

Numa tentativa de impedir a destruição do bairro e as consequências sociais associadas aos planeamentos de requalificação urbana em vigência, aparecem movimentos e iniciativas sociais que tentavam combater a onipotência das 'vontades individuais' políticas. Estas "iniciativas revolucionárias" aparecem no próprio espaço público, aceitando e convivendo com as diferenças ideológicas e culturais, para seguir um objetivo base e comum: a reabilitação do bairro sem custos sociais tão acentuados.

Aitor Varea Oro afirma:

“A cidade, como objeto de disputa, aparece aqui em toda a sua dimensão, visto que não só o espaço, mas também os procedimentos técnicos, a burocracia ou a identidade cultural são objeto de apropriação.”¹¹⁹

Uma das plataformas fulcrais neste processo é a *Salvem el Cabanyal*. Esta plataforma nasce a 22 de Abril de 1998, fruto da vontade de “evitar o prolongamento da Avenida *Blasco Ibáñez* que supunha a destruição do bairro *El Cabanyal*”¹²⁰ assim proposto pelo *PEPRI*. Na sua plataforma online, apresentam-se como um espaço aberto à colaboração de todos aqueles que queiram participar na defesa da integridade deste bairro. Assim sendo, opunha-se desde o primeiro momento ao projeto municipal de prolongamento da Avenida *Blasco Ibáñez*, defendendo uma reabilitação integral do bairro que lhe permitisse um desenvolvimento sustentável, racional e que respeitasse as características sociais, históricas como arquitetónicas do conjunto.

Durante o período de luta contra a futura degradação do bairro surge, naturalmente, um debate público onde se pode identificar um "eixo dominante de discussão", como expõe Oro.

Os movimentos e iniciativas da comunidade do *Cabanyal* contra o *PEPRI* e o consequente prolongamento da avenida afirmam-se através de alegações contra o mesmo plano, eventos de consciencialização e valorização do conjunto, até ações judiciais que ancoraram a construção e desenvolvimento do seu discurso. Em contrapartida, os discursos a favor do plano tratavam de respaldar o plano e enumerar razões pelas quais deveria ser materializado - por parte da 'entidade planeadora' - e que apoiasse os ideais da parte da população que o defendia.

Varea Oro expõe o longo do seu trabalho, "*La Arquitectura del Territorio: . Los entramados sociales como herramienta de proyecto*", as diferentes posições discursi-

119 VAREA ORO, 2015 p. 165

120 <http://cabanyal.com/>

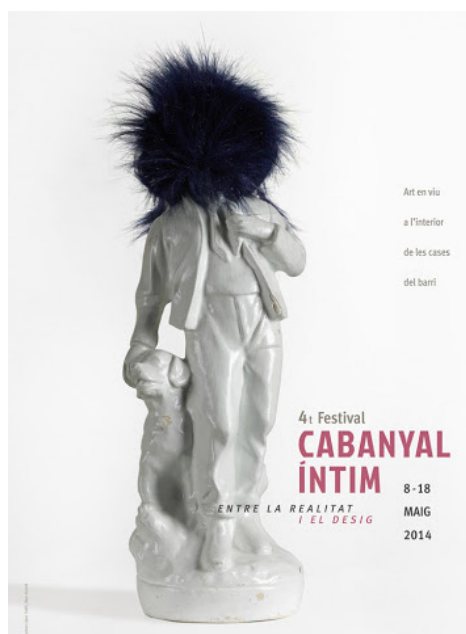


Figura 55 - Cartaz Cabanyal Portes Obertes 2014; Fonte: página facebook Cabanyal Portes Obertes

Figura 56 - Cartaz Cabanyal Íntim 2014; Fonte: página web Cabanyal Íntim, em < <http://cabanyalintim.com/>>

Figura 57 - Manifestação 2014; Fonte: La lucha vecinal del Salvem el Cabanyal, en imágenes', 2019, em < <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=15>>

vas com os respectivos argumentos que formavam um eixo dominante da discussão e a respetiva legitimização das duas 'partes'.

É necessário entender como evoluciona o confronto entre o movimento cidadão e a administração local. Segundo Oro, há quatro grandes razões para isto: É importante sinalizar que, apesar da importância que é concedida às disciplinas técnicas de um programa de reestruturação urbana, as relações de poder têm um papel importante na disputa do espaço urbano. Em segundo lugar, "o papel destas relações de poder não se limita a gerar condições para o desenvolvimento dos processos técnicos, mas encontram-se na mesma base das operações, onde impregnam um caráter determinado." ¹²¹ É necessário também demonstrar "o modo em que estas relações são onnipresentes e dialéticas" ¹²². Ou seja, que a construção da imagem na qual se propõem reformas técnicas não é apenas fruto de vontade do poder dominante, mas "mais como uma junção social de conhecimento elaborado de forma coletiva." ¹²³ A quarta razão seria porque deste processo surge, não só "o conteúdo destas operações, mas também o modo de realizá-las e o público a que vão dirigidas." ¹²⁴

"O conflito urbano pode ser analisado como uma batalha pela legitimidade em que cada bando fala aos seus na sua própria linguagem, tentando fazer seus determinados símbolos reconhecidos por todos." ¹²⁵

Podemos iniciar a análise desta dualidade do debate com as posições a favor do *PEPRI* e do respetivo prolongamento da avenida: deste 'lado' do debate estava, naturalmente, o *Partido Popular*, promotor da ideia de que este plano era o caminho para voltar a dignificar o bairro e a cidade de Valência.

"É um projeto que a cidade necessita para recuperar a sua autoestima" ¹²⁶

Este partido construiu um discurso que se baseava no apelo ao 'orgulho de Valência', baseando as razões do planeamento na intenção de dar à cidade e aos seus habitantes uma frente litoral finalmente 'digna'. Baseava, portanto, o seu discurso numa 'campanha democrática' que tentava conquistar apoiantes através de um sentimento de pertença ao bairro e com a premissa estigmatizadora, desde logo, de que a zona litoral existente não era digna suficiente.

Para a legitimação desta posição a favor, esta estratégia de 'campanha' foi utilizada, alegando que o plano era fruto de uma vontade popular, uma vez que era parte do programa de governo do partido que, por sua vez, tinha sido eleito com maiorias absolutas desde 1995. Ou seja, a legitimação do plano estava na simples legitima-

¹²¹ VAREA ORO, 2015, p. 164

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem, p. 165

¹²⁶ Rita Barberá. Notícia publicada no jornal *Levante* 31-3-2000, referenciado em VAREA ORO, 2015, p. 166



Figura 58 - Manifestação 2010; Fonte: *La lucha vecinal del Salvem el Cabanyal, en imágenes*, 2019, em <<https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=14>>

Figura 59 - Moradores tentam impedir a demolição de algumas edificações, 2010; Fonte: '*Cabanyal, paisaje tras la batalla: cuando todo está por hacer*', 2018, em <<https://valenciaplaza.com/cabanyal-paisaje-tras-la-batalla-cuando-todo-esta-por-hacer>>

ção da entidade que o propunha.

“A vontade popular é a base da democracia e ninguém pode substituir essa vontade, muito menos um informe de uma só pessoa. Nem um único critério técnico nem científico pode substituí-la.”¹²⁷

Através destas 'técnicas' de confundir os aspetos técnicos do projeto e as correspondentes irregularidades dos procedimentos, impediam a transparência de um processo de transformação urbana, que teria um forte impacto no tecido social do conjunto. As irregularidades de procedimento na petição de informes técnicos para a aprovação do plano *PEPRI* (técnicos escolhidos pelo *Ayuntamiento* e não pela Direção Geral - a quem competia esta tarefa, mas que era crítica com o *PEPRI*), as mudanças no funcionamento da justiça e a suspensão das licenças trouxeram a rápida degradação do bairro a partir do ano 2010. Esta degradação vinha acompanhada de práticas orientadas a silenciar ou desautorizar as vozes que estavam em desacordo, desprestigiando-as ou acusando-as de confiscar competências que eram legitimamente do governo local.

Além desta 'confusa' realidade que pretendiam criar, demonstravam também a intenção de eliminar toda a referência crítica ao *PEPRI*. Começavam através dos meios de comunicação pública, dando lugar à criminalização do *Salvem*, acusando-os de querer revalorizar o património, de ser radicais e violentos ou de estarem financiados pela oposição política. Outro método que utilizavam para a legitimação do plano eram os ataques às administrações de distinto signo, ou seja, lideradas por outro partido político. Faziam-no ora acusando de castigar a *Comunidad Valenciana* por votar no *Partido Popular*, ora alegando orgulho regionalista valenciano, acusando o governo central de colaborar com o governo da Catalunha, presidido pelo *Partido Socialista* entre 2003 e 2010, oposição política da equipa de governo de Valência.

“A esquerda desta comunidade utiliza o *Cabanyal* como desculpa para atacar o Partido Popular. Vamos continuar abertamente naquelas partes ou lugares onde estejamos amparados, estando-o pelas sentenças e pela vontade dos vizinhos do *Cabanyal*.”¹²⁸

Torna-se evidente que a legitimação da proposta se limitava à legitimação do governo como elegido democraticamente com maiorias absolutas e pela falta de validade de outros elementos externos e alheios às razões técnicas e pormenores sociais do plano. O plano surgia como "vontade popular", tendo sido esta 'vontade' que escolheu o partido político para governar Valência. Torna-se um argumento bastante contraditório na realidade, visto que a totalidade e tecnicidade do plano não eram de total conhecimento da alegada vontade popular e este elemento 'popular' não tinha sido considerado nas planeadas demolições de mais de 1600 vivendas e na desnecessidade do prolongamento desta avenida numa reabilitação 'protegida'

¹²⁷ VAREA ORO, 2015, p. 167

¹²⁸ Ibidem, p. 168



DEBILIDADES	FORTALEZAS
Falta de comunicação dos vizinhos/administração Deterioro das vivendas e ruas Há pessoas que se vão do bairro Desconhecimento sobre o bairro Pouca diversidade do setor económico (muita restauração) Arbitrariedade das licenças (falta de segurança, burocracia maliciosa) Muitas vivendas vazias Há vandalismo – não se fomenta o cuidado do entorno Falta de comunicação entre vizinhos (falta de perspectiva global) Faltam iniciativas para a pluralidade social – falta de generosidade Desinformação entre coletivos desfavorecidos Falta visibilidade de coletivos desfavorecidos – medo a mobilizar-se Utilizado como bairro dormitório	Espírito de bairro Movimentos sociais de resistência Localização Gente com capacidade de luta Orgulho histórico e cultural do bairro Há algumas uniões Uma aldeia dentre de uma cidade Semana santa, mercado, <i>Fallas</i> , negócios: cuidam do bairro
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Podem crescer as divisões internas Rita Barberá Que isto se converta num bairro de moda Associação do porto Fórmula 1	Abrir caminhos de comunicação entre coletivos (culto, escola, criar Organizar dinâmicas inclusivas – mostrar a diversidade Aproveitar valor humano do bairro Enamorar os próprios vizinhos

Figura 60 - Fotografia rua San Pere, 2021; Fonte: Elaboração própria

Figura 61 - Fotografia rua San Pere, 2021; Fonte: Elaboração própria

Figura 62 - Tabela da análise SWOT- DAFO em castelhano - da reunião de vizinhos de Março de 2013; Fonte: VAREA ORO, 2015

do conjunto, como promete o próprio nome do plano.

Este discurso defensor do *PEPRI* fundamentava-se em alguns argumentos que construíam um conjunto de significados que se poderia resumir em: 'Melhorar' o bairro era materializar esta avenida e defender a reabilitação do bairro apenas supunha problemas ao planeamento. Segundo os defensores do plano, a dignidade dos valencianos deveria ser defendida perante as tentativas do governo de Madrid de intrometer-se, assim como alegavam que a justiça sobre o plano resolvia-se nas urnas e não em informes técnicos ou nos tribunais e, por isso, os vizinhos do bairro que estavam de acordo com o plano eram considerados os 'vizinhos legítimos'. Todo este mediatismo, na tentativa de avançar com o plano, através de práticas e discursos prepotentes e bastante distante na inclusão dos habitantes no processo de informação e desenho é testemunho da contínua desconsideração da população deste conjunto. Pode afirmar-se que o *Cabanyal* vivia ainda numa espécie de 'feudalismo' onde o solo onde construíram uma vivenda, uma vida e identidade, ainda não lhes pertencia na sua plenitude.

Apesar do mediatismo e da tentativa de implementar um discurso hegemónico sobre o futuro do bairro, os seus habitantes deram início a iniciativas e movimentos que tentavam combater esta prepotência. Estes residentes, através de coletivos e pequenas oficinas, reuniam-se para debater e evitar as consequências futuras deste planeamento. Desde logo, tinham algo fundamental em comum: eram a favor da reabilitação do bairro, mas com planos de maior proximidade às necessidades reais do bairro e dos seus habitantes. Baseando-se neste objetivo comum tentavam combater a substituição da população do bairro e a destruição ou desvirtuamento das características naturais do bairro.

Passa a expôr-se as posições a favor da reabilitação. Estas estavam mais vinculadas ao entorno da plataforma *Salvem el Cabanyal* e declaravam que este conjunto tinha um valor histórico inegável e uma forte personalidade. Estavam de acordo com o anterior *PGOU* de 1988 em que a execução da avenida "supunha um custo social que não se pode ocultar e requer uma inversão que a cidade precisa, de forma provavelmente mais peremptória, em outros lugares e setores."¹²⁹

Esta posicionamento defendia dois pontos fundamentais: a avenida não era a solução, mas sim a origem dos problemas e que a novidade não estaria na revitalização incorporada nas lógicas de metrópole, mas sim no valor da revitalização do bairro, a partir das suas características e valores próprios inerentes.

Assim como houve uma construção de legitimidade para o *PEPRI*, a plataforma *Salvem* baseou a sua em alianças com distintos setores da sociedade civil: instituições académicas, de vizinhança e cidadania consciencializada. A construção desta rede esteve vinculada a dois elementos-chave: ao aproveitamento do capital social

¹²⁹ Memória Justificativa do *Plan General de Ordenación Urbana de Valencia de 1988*. p. 47-54, referenciado em VAREA ORO, 2015, p. 171

- tanto em membros individuais, como membros do conjunto da plataforma- e à construção de um discurso público que tentou ir mais além da defesa de um território concreto, convertendo o *Cabanyal* num símbolo de problemáticas, com as quais se poderiam identificar tanto potenciais simpatizantes da causa, como rivais políticos do *Partido Popular*. A criação deste símbolo tornou possível a materialização de um objetivo em comum no tecido social que pudesse ser relativamente independente das divergências ideológicas, políticas ou culturais dos habitantes como indivíduos.

Além desta fundamentação do discurso houveram também várias práticas que se vinculavam à construção do mesmo: Quando o *Ayuntamiento* tentava omitir o *Cabanyal* do debate público, o *Salvem* tentou pô-lo na esfera pública, através de estratégias como greve de fome, protestos populares, *caceroladas*¹³⁰ e iniciativas artísticas como *Cabanyal Portes Obertes* e o *Cabanyal Íntim*¹³¹, tentando chamar a atenção dos meios de comunicação de um ponto de vista mais positivo. Outra iniciativa foi o processo legal, em 1999, que tinha como objetivo travar o *PEPRI*, tornando-se uma ferramenta essencial para o debate público na inclusão da questão do respeito à lei no projeto. Além destas, a defesa do património beneficiou também de um "contributo bastante importante do mundo académico e das instituições de prestígio"¹³². As contribuições do mundo académico deram-se através de jornadas temáticas, oficinas de projeto e congressos. Já desde as instituições de prestígio foi algo bastante importante a inclusão do bairro em listas de património em perigo, como a *Lista Roja*, de *Hispania Nostra*¹³³ ou a *Watch List*, de *World Monuments Fund*¹³⁴.

Estas instituições académicas "não só pela sua natureza legitimadora ou pelo efeito do campo burocrático, mas também pela função desempenhada pelo seu corpo teórico, conseguem garantir uma continuidade de ações entre o movimento livre dos profissionais dentro do campo e os interesses das forças dominantes que o estruturam."¹³⁵

O autor considera que, fazendo do bairro um universo simbólico, a plataforma *Salvem* fez surgir novos significados, amplificando a sua rede de contactos. Planeava o seu discurso numa estratégia semelhante à legitimização do próprio *PEPRI*, na medida em que se 'afastava' da perceção mais técnica do projeto, baseando-se nos seguintes argumentos: o plano era uma operação especuladora, o responsável era o *Partido Popular*, o *Cabanyal* tinha de ser recuperado através dos seus valores

130 Protesto público com ruído de tachos e caçarolas

131 "*Cabanyal Portes Obertes* - uma mostra de arte de carácter anual, que ao expôr as obras no interior das casas, contribui a difundir o modo de vida do bairro; *Cabanya Íntim* - um festival de teatro no interior das casas com um objetivo idêntico.", VAREA ORO, 2015, p. 172

132 VAREA ORO, 2015, p. 172

133 <https://listarojapatrimonio.org/>

134 <https://www.wmf.org/project/barrio-del-cabanyal-canyamelar>

135 VAREA ORO, 2015, p. 65

próprios e a defesa do bairro era um projeto cidadão de defesa da legitimidade do próprio bairro.

Apesar da criação deste universo simbólico e da luta por um objetivo comum, acompanhando o desenvolvimento das novas perspectivas, os discursos no tecido social do bairro vão-se polarizando.

A construção destes discursos e o confronto entre eles refletia a complexidade da luta pelo espaço público, com as diferentes caras de cada entidade que participava nesta disputa. Tendo em conta o poder das entidades administrativas e políticas na atualidade, o trabalho do tecido social neste conjunto urbano teria que elaborar um discurso legitimador, tal como as entidades político-administrativas que disputavam o espaço urbano deste conjunto. Assim sendo, haveria que compatibilizar as ações e os símbolos, conciliando práticas, requerendo que cada bloco elaborasse um discurso público que "torne coerentes as intenções próprias com as expectativas dos grupos sociais a que se dirigisse." ¹³⁶

Através do que Oro intitula de 'Analísadores Situacionais' comprova-se a polarização de discursos existentes neste conflito. Situa como exemplo os acontecimentos de 6 e 8 de Abril de 2010, quando uma concentração de vizinhos tentava impedir, de forma pacífica, a demolição de algumas casas, na qual agentes da polícia nacional interferem com violência física. O autor explica como esta situação sintetiza alguns elementos relevantes para a compreensão do referido conflito urbano:

De que forma a Administração Pública pode utilizar a seu favor o poder burocrático, criando e moldando uma imagem a favor dos seus interesses. Por exemplo, as demolições basearam-se na "interpretação ambígua de uma *Ordem Ministerial*, o que obrigou à intervenção do Delegado de Governo." ¹³⁷ Assim sendo, a administração local aproveitou para representar a suspensão destas demolições, "não como consequência de uma ilegalidade, mas sim como uma interferência do governo central" ¹³⁸, fomentando uma imagem de valentia, patrocinada pelos militantes do *Partido Popular*, à prefeita que "defende os direitos dos valencianos" e criticar os socialistas, por "recorrer à violência para paralisar as demolições" ¹³⁹

Demonstra também que o interesse dos grupos de cidadãos na tentativa de interferir na administração vem justificado "pela existência de vazios de poder, indeterminações legais ou na própria toma de decisões baseada em *interpretações ambíguas*" ¹⁴⁰. A intervenção destes grupos da comunidade traz a obrigação da entidade de poder, neste caso o governo central, de coordenar-se internamente e de definir a sua posição, sem lugar a ambiguidades.

A difusão destes acontecimentos contribui para a polarização das imagens sobre o

¹³⁶ VAREA ORO, 2015, p. 173

¹³⁷ Ibidem, p. 174

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 175

bairro a uma escala agora internacional. *El Cabanyal* é reconhecido como um bairro de pescadores de Valência, onde o espaço público teve e mantém uma grande importância na vida comunitária e que se vê agora ameaçado pelos planos de um governo autoritário, tanto a nível social, como a nível arquitetónico.

“A luta do *Salvem* já não é apenas pelo *Cabanyal*, é uma luta contra a especulação, o autoritarismo, a homogeneização das cidades e culturas e uma batalha a favor da diversidade, inclusão, da pluralidade, do direito dos cidadãos a decidir e o direito a existir de um conjunto de casas ensolaradas, bem ventiladas e representativas do modernismo popular valenciano.”¹⁴¹

No presente contexto de polarização, de tentativa de intervenção sobre a comunidade e da aplicação parcial do plano, surgem alguns paradigmas, onde se pode decifrar três elementos-chave:

"A falta de inversão no bairro, primeiramente na zona de prolongamento da avenida, uma vez que a incertidumbre e as demolições avançavam e que, mais tarde se proliferou por todo o conjunto.

O deterioro físico acentuado nas zonas destinadas ao prolongamento da avenida, manifestando-se no proliferar da imagem de casas demolidas ou abandonadas.

O deterioro social evidente, na existência de bolsas de pobreza e tráfico de drogas, protagonizado por grupos sociais que vêm de fora e ocupam estas casas abandonadas em distintos graus de ilegalidade.”¹⁴²

Outro fator que contribuiu para esta polarização dos discursos é o fato de que as visões sobre a degradação são variadas. Isto porque a percepção do próprio conceito de degradação não é a mesma dentro e fora do bairro: "Está muito presente na vida quotidiana do *El Cabanyal* mas praticamente ausente do debate a escala nacional ou internacional"¹⁴³. E porque a presença da população em exclusão social não tem as mesmas consequências para todos, uma vez que as expectativas sobre o futuro do bairro também não são as mesmas para todos. Como resultado, observamos um espectro mais amplo de interesses e posicionamentos, tendo dois pontos importantes: a divisão entre os que estão a favor e contra a avenida "não é um critério válido para articular as posições em torno da degradação"¹⁴⁴ e que o "aparecimento de novos interesses, novos discursos e novas práticas derivadas desta situação provoca tanto mudanças de filiação dos atores, como a ampliação das perspectivas em torno do futuro do bairro."¹⁴⁵

Estas múltiplas leituras em torno da degradação refletiu-se numa reunião de diferentes coletivos do bairro a 1 de Março de 2013. A partir do problema específico da presença de grupos marginais no bairro demonstra-se "a complexidade de visões

¹⁴¹ VAREA ORO, 2015, p. 175

¹⁴² Ibidem, p.176

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Ibidem.

que podem implantar-se" ¹⁴⁶: a ocupação das casas abandonadas produzia a degradação do entorno e a administração deveria implicar-se. Os coletivos em exclusão social entendiam esta situação como "uma questão de pura sobrevivência e como uma forma de estigmatizar a pessoas de origem e condições distintas" ¹⁴⁷. Os professores do colégio constatarem que os desalojamentos das vivendas ocupadas não são uma solução, mas sim que "provocam um problema social, visto que uma das suas consequências primárias é o aumento da ausência e abandono escolar" ¹⁴⁸. Por sua vez, este abandono escolar vai ter um forte impacto no trabalho e progresso dos programas de integração social e apoio à educação destes coletivos, por parte de organizações sociais, como a *Cooperación Social Universitaria, CSU*. Outra visão era a do corpo policial, que alegava não poder responder a questões sociais, sendo que "a sua contribuição se limitava a avisar os serviços sociais em cada desalojamento" ¹⁴⁹.

É, portanto, evidente o surgimento de um conflito social, retratado pelo "clima disfuncional que se vive no bairro como consequência do chamado fenómeno de degradação". Para a "superação efetiva de um conflito social" Oro indica que deveriam transformar-se os discursos e as práticas sociais e não limitar-se a identificar afetados e responsáveis. Expõe ainda: "a tela complexa da degradação não pode ser dissecada mediante uma análise simples do discurso público" ¹⁵⁰. É necessário recorrer a outro tipo de técnicas que permitam conhecer outras dimensões adicionais: "Porque o dizem?, Para que o dizem? Se dizem umas coisas para não dizer outras? Como reagem outros perante o que se diz ou que se faz?" ¹⁵¹.

Os discursos públicos mais representativos dão-nos a conhecer a necessidade de interpretações distintas, por parte dos diferentes grupos sociais. Assim sendo, estes discursos podem ser analisados através dos seguintes elementos: estratégias, alianças e conflitos. A plataforma *Salvem* mantinha relações com um tipo de aliados e estratégias que demonstrassem que a sua tarefa era salvar o *Cabanyal*. Demonstravam uma proximidade aos setores progressistas que tivessem algum tipo de poder, tendo sido meios de comunicação, partidos políticos ou instituições de conhecimento e cultura. Em contrapartida, as relações com os grupos sociais de menos poder apareciam bem menos definidas.

Em 2011, a mudança da equipa de govern local supôs uma mudança significativa: o *Partido Socialista Obrero Español, PSOE* cede o governo ao *Partido Popular, PP*, o que trouxe o cessar da relação próxima que mantinha com o Ministério da Cultura. Este acontecimento tinha como consequência a tentativa, por parte do PP, de retirar a Ordem Ministerial que protegia o bairro da materialização do prolongamento da

¹⁴⁶ VAREA ORO, 2015, p. 177

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 179

¹⁵¹ Ibidem.

avenida, emitida pela equipa de governo anterior. Se antes de 2011 as instituições de poder económico do *Cabanyal* se aproximavam da 'tese' do *Ayuntamiento*, esta mudança de governo transformou o discurso e o apoio das mesmas. Uniam-se a outros coletivos, não para lutar pela mesma ideia de bairro, mas sim para opôr-se aos efeitos da degradação.

" A ACIPMAR, num comunicado em conjunto com a Asociación de Vecinos, exige poder fazer obras de reforma e reabilitação e acusa o Ayuntamiento de fomentar a degradação social e económica do bairro" ¹⁵²

Em 2013, estabelece-se uma aliança entre os políticos locais com o *Salvem*, mediada pela *Asociación de Vecinos*, contando também com o *Mercado Municipal* e a *Asociación de Comerciantes, Industriales y Profesionales del Marítimo -ACIPMAR* ¹⁵³. Este grupo trabalharia em conjunto no combate da degradação, a partir de um programa de cinco pontos essenciais: "Lutar contra a existência de focos delitivos no bairro, cessar a degradação urbanística do bairro, pôr em marcha um plano de reabilitação das vivendas, começar a implementar um plano para dinamizar, regenerar e potencializar o comércio local e procurar o máximo consenso possível entre os diferentes coletivos do bairro." ¹⁵⁴

Fruto destas mudanças no contexto político, nas perceções e posicionamentos individuais ou coletivos, manifestam-se novas interpretações, tanto respaldando o *PEPRI*, como contra:

"É uma tarefa que se fez pouco a pouco, (...) infiltrando, fazendo difamações, dizendo que a culpa desta situação é da plataforma... Isto supõe uma fratura e um enfrentamento (...) eu estou convencida de que, no início, muita gente que queria o prolongamento queria-o de boa vontade porque tinha acreditado na mensagem que enviavam desde o Ayuntamiento. Ou seja, se fazemos o prolongamento soluciona-se toda esta degradação... A plataforma não quer que se faça, portanto, quem é a má do filme? A plataforma." ¹⁵⁵

"Sempre houve uma mensagem de estigmatização em relação a nós... Consolidou-se tanto que incluso coletivos como o 15M ¹⁵⁶, acredito que absorveram essa... não como violentos, mas sim que o interpretaram noutro sentido. (...) O que quero dizer é que acho que se impregnou na sociedade, incluso muito mais do que nós pensamos, porque eu ouço coisas que

¹⁵² VAREA ORO, 2015, p. 181

¹⁵³ Uma associação que se descreve, na sua página web, como associação que agrupa grande número de empresas que desenvolvem a sua atividade no marítimo e que o seu objetivo é a reativação do comércio e outras atividades empresariais, tendo como finalidade contribuir para a regeneração económica dos bairros deste conjunto. Um grupo que trabalha, vive, estima e crê no potencial do bairro e que está comprometido com o seu futuro. Consultado em: <https://www.acipmar.es/acipmar>, a 17/03/2021, 14:30

¹⁵⁴ VAREA ORO, 2015, p. 182

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ O 15M foi um movimento cidadão, também apelidado de movimento dos indignados, com raiz numa manifestação a 15 de Maio de 2011 em várias cidades de Espanha, tendo sido em Madrid a mais numerosa. Esta manifestação exigia uma democracia mais participativa, criticando a importância dos bancos e o seu vínculo com as instituições públicas.

me desalentam. Eu acho que isso é uma mensagem que se vai forjando por baixo...”¹⁵⁷

Tudo isto, claramente não contribua para a união que deveria existir no tecido social para um discurso eficaz contra a degradação e contra o carácter geral do *PEPRI*, tornando-se mais evidentes as divisões existentes. É neste momento que a estratégia desenhada pelo *Salvem*, para que se defendessem os mesmos interesses, começou a encontrar limitações. Sendo que a sua estratégia consistia em neutralizar o poder da administração local e o combate do discurso estigmatizador – com a busca de apoios externos e campanhas de potencialização dos valores positivos e patrimoniais do bairro, encontra dificuldades para conciliar o discurso patrimonialista e positivo de carácter cultural com algumas dificuldades específicas do quotidiano dentro do bairro.

Por outro lado, o objetivo de aumentar a pressão do bairro sobre o *Partido Popular* tinha conseguido persuadir atores chave que, num princípio, mantinham afinidade ao que defendia o *Ayuntamiento* e por isso não estavam contra o plano, mas sim contra a degradação continuada deste conjunto urbano. Esta falta de articulação traduziu-se numa fragmentação das posições que se opunham ao carácter geral do *PEPRI*, favorecendo o aparecimento de linhas emergentes e pontos de divergência, o que não contribua no combate eficaz deste tipo de planeamentos. partir destas linhas emergentes Aitor Varea Oro distingue dois grupos: aqueles que pediam a revitalização do bairro, com critérios menos culturais e mais plurais e aqueles que pediam a conversão desta luta numa que combatesse o sistema económico por trás do *PEPRI*, mas também detrás de uma ideia de reabilitação que entendem ‘elitizada’. Apesar da diferente motivação política, o que questionavam ambos grupos era a construção social de uma ideia de bairro que conduziria à gentrificação.

É importante sinalizar que, apesar desta diversificação de discursos e ideologias, permaneciam algumas visões em comum com a plataforma *Salvem el Cabanyal*. Sendo que o processo de encontrar estas afinidades era fundamental, realizam-se oficinas e reuniões em 2016 com grupos e indivíduos¹⁵⁸ não pertencentes à plataforma onde aparece como resultado uma análise *DAFO*¹⁵⁹ que expõe, em linhas gerais o seguinte consenso:

O *Cabanyal* possui ainda um espírito de aldeia de uma grande cidade.

Os habitantes deste bairro possuem uma grande capacidade de luta.

O bairro destaca-se pela posição privilegiada que ocupa no território.

Parte dos problemas derivam de dificuldades burocráticas impostas pelo *Ayuntamiento* para reabilitar as casas (suspensão das licenças em 2010).

A ação política para grandes eventos, por parte do *Ayuntamiento*, que aposta na Fórmula 1 ou a *Copa América*, mas que descuida a inversão nos bairros

¹⁵⁷ VAREA ORO, 2015, p. 182

¹⁵⁸ Composto por integrantes do 15-M Pobles de la Mar, trabalhadores do Colegio Santiago Apóstol (com quase totalidade de estudantes de etnia cigana, pertencentes a famílias em exclusão social do bairro) e habitantes dos *Blocos Portuários*

¹⁵⁹ Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades.

que necessitam de atenção pública.

Apresentam-se também algumas visões além das da plataforma, como: a falta de comunicação entre vizinhos e a falta de iniciativas para a pluralidade social. Outra seria que de facto, os coletivos que são sinalizados pela degradação não têm as ferramentas para defender-se para além de um desconhecimento e medo frente às ações policiais, conduzindo à imobilidade dos mesmos. Alerta-se também sobre o tipo de economia que se está fomentando – por um lado, o excessivo peso do setor da hotelaria e restauração, por outro, alerta-se contra a imagem criada do bairro pelos meios de comunicação que poderá conduzir à elitização do bairro. Perante o futuro perigo de aumentar as divisões internas, destaca-se a necessidade de enamorar os próprios vizinhos do seu bairro. Esta última proposta denuncia, segundo o autor "a criação de uma imagem mais destinada para os de fora do que para os de dentro" ¹⁶⁰.

" Sob esta denominação (de bairro combativo) incluímos os posicionamentos que se manifestam tanto contra do prolongamento da avenida como o de reabilitação do bairro programada do bairro por considerá-los duas caras da mesma moeda: processos urbanísticos orientados a substituir o tecido social existente e a mudar o modo de vida do bairro." ¹⁶¹

Podemos encontrar este discurso tanto em indivíduos que integravam o movimento *okupa*, como do coletivo do 15M ou até em tecidos não associativos. Corroborando esta convergência em aparentemente discursos distintos é importante mencionar a manifestação de 6 de Abril de 2014, assim organizado pela *Salvem el Cabanyal* e pela *Associación de Vecinos* ¹⁶², sob a ideia de “Por um novo plano para o *Cabanyal* com participação cidadã” ¹⁶³. Apesar disto, havia ainda vozes discordantes com a posição da plataforma que questionavam a ambiguidade dos termos participação e cidadão. Estas vozes discordantes baseavam este questionamento com base em alguns argumentos: a criminalização que o *Ayuntamiento*, com certa cumplicidade de alguns setores de cidadania, realizava frente aos grupos mais marginais, entendendo esta prática como habitual para revalorizar certas zonas da cidade e não uma prática isolada neste bairro; consequentemente a cumplicidade da plataforma neste processo por duas razões: a aliança que mantinha com outro coletivo, o *Sí Volem* ¹⁶⁴, assim orientada a expulsar a população mais pobre, sem possibilidade de integração. Outra razão era a defesa das casas do bairro sem mencionar a população marginal que habitava estas casas e, paralelamente, a existência de atividades delitivas no bairro.

Alegavam ainda que o real objetivo da plataforma era:

¹⁶⁰ VAREA ORO, 2015, p. 185

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² <https://avvcabanyalcanyamelarblog.wordpress.com/>

¹⁶³ VAREA ORO, 2015, p. 185

¹⁶⁴ "Movimento social do *Cabanyal* a favor do prolongamento da Avenida Blasco Ibáñez e revitalização de todo o *Cabanyal-Canyamelar*." - <https://www.facebook.com/Els-veins-del-Cabanyal-S%C3%8D-VOLEM-la-prolongaci%C3%B3-de-BLASCO-IBA%C3%91EZ-315886666872/>

"realizar a ideia paradisíaca de um bairro rico, com comércio prósperos que inundem as ruas de turistas nórdicos que venham consumir a marca de um 'Poblos Marítimos' do qual não permanece nada senão o nome." ¹⁶⁵

Além disto, lamentava-se também a instrumentalização do conhecimento e da cultura para que operações urbanas encobertas fossem legitimadas, onde se fomentaria o consumo e o bem-estar das classes com poder aquisitivo mais alto e a apropriação do espaço urbano por parte das classes médias em vez de impulsionar os conceitos de justiça social, solidariedade ou a auto-organização.

"Dá a impressão de que a plataforma *Salvem el Cabanyal*, como bons 'progressistas' que são, pretendem com o *Cabanyal Portes Obertes*, fazer um creer a toda a classe média que um futuro poderia habitar o bairro. Dedicam-se, edição após edição, a desenhar uma fachada, uma imagem de um bairro apto para a chegada de jovens universitários, cultos ou ativistas, que venham a consumir e depois realizar a esperada revitalização económica." ¹⁶⁶

Outro argumento era que o verdadeiro culpável da situação do *Cabanyal* e das populações pobres como protagonistas da sua degradação é o capitalismo e que não se trata tanto de procurar a integração das populações marginais no sistema, mas sim combater o sistema em si entre todos.

Podemos afirmar que esta luta social teve os seus resultados: A aplicação da estratégia *EDUSI*, posterior ao *PEPRI*, apresentou um carácter participativo notável, tanto com reuniões e oficinas com os residentes, como na grande análise social, demográfica e territorial que refletia no seu documento de apresentação. A sua aplicação vê-se em algumas intervenções, apesar da demora de aplicação dos fundos económicos europeus. Entre elas: o investimento na reabilitação do espaço público, tanto em ruas principais, como em pequenas praças, como por exemplo a *plaza Calabuig*, *calle San Pere* e o passeio marítimo; o investimento em espaços culturais, como a requalificação do antigo Matadouro, a reconversão da *Fábrica de Hielo* em espaço socio-cultural, como edifício patrimonial do bairro - espaço dinamizador, patrocinador de eventos artísticos e que respeitou este valor patrimonial, mantendo a imagem característica da 'primeira linha' de edificação litoral do bairro.

Apesar disso, o novo plano *PEC* e a sua priorização da construção de novas edificações residenciais perante a necessidade urgente de reabilitação do existente, delata já alguma irrealidade do seu carácter sociológico e participativo. Além desta clara influência económica e imobiliária a associação de vizinhos e a plataforma *Salvem el Cabanyal*, em 2019, uma maior consideração pelo entorno do conjunto e que fossem estabelecidos limites mais bem definidos a nível da construção de novas edificações residenciais e a redução das alturas das novas edificações planeadas.

A 6 de Abril de 2019 emitem um documento de alegações acerca do PEC, através

¹⁶⁵ Posições críticas distribuídas em oitavas na manifestação, por parte de alguns setores críticos com a posição da plataforma *Salvem el Cabanyal*. VAREA ORO, 2015, p. 186

¹⁶⁶ VAREA ORO, 2015, p. 186

de uma análise detalhado do plano, onde tinham em conta temas como: o respeito dos edifícios protegidos, a redução das alturas de variados edifícios; em diferentes unidades de execução propostas; a reabilitação integral e não parcial de um complexo educacional; o aumento da porcentagem de 'vivenda acessível' em algumas edificações residenciais. Apesar disso, a junho de 2019, a plataforma 'põe fim' às atividades e manifestações públicas, alegando que continuará a trabalhar "no âmbito interno para completar o arquivo histórico da associação, assim como em todas as tarefas que tenham interesse nesse sentido" ¹⁶⁷.

¹⁶⁷ VÁZQUEZ, Cristina, ' Salvem El Cabanyal se despide de 21 años de resistencia ciudadana' 2019, <https://elpais.com/ccaa/2019/06/09/valencia/1560083200_421480.html>

O PAPEL DO TÉCNICO

A relação atual do técnico de intervenção no espaço urbano e o seu respetivo desenvolvimento é uma relação em constante mutação, na qual o técnico tem, cada vez mais, um papel primordial na adequação de cada intervenção. Atualmente, não tem apenas um papel de desenhador de realidades e espaços, mas sim de resposta às necessidades reais dos habitantes, tornando-se, de certa forma, um mediador de vontades, necessidades e de fluxos de capital. Além disto, o que é hoje urbano vive de diferentes realidades individuais, na convivência de diferentes grupos e comunidades e, consequência dos anteriores, do emergir de novas soluções, novas práticas, que resultam diretamente da diversidade que alberga a vida quotidiana dos ambientes urbanos atuais. Assim sendo, podemos afirmar que o planeamento do espaço urbano e da habitação e não é mais uma tarefa de uma só entidade responsável, mas sim o fruto de vários intervenientes e fatores que fazem surgir novos fenómenos urbanos e os 'ensinamentos' que os mesmos aportam à análise dos novos contextos urbanos e a sua posterior aplicação a novos ambientes.

O arquiteto certamente não deixa de trabalhar em torno da forma, função e estrutura, mas pode afirmar-se que é um corpo que gira a 360° em relação a várias disciplinas que complementam esta conceção 'tradicional' do arquiteto. Ou seja, há uma nova perspetiva que completa a tradicional função física do arquiteto, incluindo agora outros elementos que acompanham a análise e elaboração, como a sociologia, a psicologia, a importância do indivíduo e do coletivo, enquadramento económico, influência políticas e/ou empresariais. Têm hoje em conta o ambiente construído, as consequências e impacto reais de uma intervenção na população e na habitabilidade do 'lugar urbano', assim como as necessidades realmente concretizadas na sua construção.

Além disto, adotar novas perspetivas de análise, mais abrangentes, inclusivas, diversificadas. Atualmente, os técnicos têm de adaptar a sua análise às novas 'insígnias' do urbano. Estas podem surgir em contextos que anteriormente não classificá-riamos como urbanos. O técnico deve agora abrir o espetro de análise e conjugar as diferentes 'lições' que uma situação específica e contextualizá-las às especificidades de cada situação urbana.

Lefebvre, como impulsionador deste pensamento sociológico da arquitetura, sublinha a importância da prática da própria vida social como elemento-chave, único até, capaz de criar relações sociais. O que quer dizer que, o arquiteto pode desenhar os espaços públicos, privados e coletivos mais eficazmente (a nível de real função e utilidade) se tiver em conta as dinâmicas e vida social já existentes no espaço urbano em que pretende intervir. Afirma que o arquiteto tradicional “estabeleceu e dogmatizou uma panóplia de significados, entre estrutura, forma e função.”¹⁶⁸ Esses significados foram elaborados pela sua própria interpretação de habitar e não

¹⁶⁸ LEFEBVRE, 1996, p. 152

percebidos e vividos pelos seus habitantes.

Além disto, enuncia um dilema que permanece atual e se aplica ao caso de estudo: os arquitetos formam um corpo social, anexam-se a instituições, fazendo com que o seu sistema tenda a fechar-se sobre si mesmo, impondo e iludindo todo o criticismo. “Planear por extrapolação”¹⁶⁹.

John Turner descreve algumas das suas experiências e perspetivas individuais que trouxeram uma mudança na forma como praticava a sua profissão, como era o arquiteto. Expõe a ideia do arquiteto que, pelo seu academismo, acaba por desconsiderar a opinião e as capacidades daqueles que não têm esse mesmo percurso académico e profissional, mas que são agentes ‘de primeira linha’ destes espaços. Fruto disso é a redução da “sua habilidade de ouvir e aprender sobre as situações significativamente diferentes da sua experiência social e económica – com consequências que podem ser trágicas, quando ele tem o poder de impor as suas soluções sobre aqueles que não são fortes o suficiente para resistir.”¹⁷⁰ No seu capítulo ‘Housing as a verb’ expõe uma perspetiva de aprendizagem sobre a comunicação e o poder da linguagem – “Nós arquitetos somos surdos e até cegos às novas e evidentes diferenças entre a nossa própria linguagem e a dos nossos clientes.”¹⁷¹

“Eu parei de tentar trabalhar para e comecei a trabalhar com as pessoas.”¹⁷²

Ana Fernandes expõe também o surgimento do debate entre uma autonomia disciplinar e uma função social da disciplina arquitetónica. Sendo que, “a construção de discursos teóricos sobre a produção do ambiente construído e a intervenção nesses espaços físicos serão, possivelmente, sempre actos sociais e políticos, lidos no sentido abrangente em que de alguma forma, consciente ou inconscientemente, os discursos e as práticas da área disciplinar da arquitectura e do urbanismo – por tratarem a ocupação humana do espaço e a sua organização em sociedade – envolvem permanentemente questões sociais e políticas.”¹⁷³

Assim sendo, esta função social do arquiteto remete para uma intensificação de uma componente ideológica que encara “a arquitetura e o urbanismo como ferramentas que contribuem para um projeto de sociedade a que se aspira.”¹⁷⁴ A defesa desta função remete para a “intensificação de várias noções: intervenção no ambiente construído como forma de integração das preocupações sociais, um papel ativo na mudança social, um processo contínuo com base no apoio ao futuro, o desenvolvimento de uma consciência crítica e a promoção de articulação e

169 LEFEBVRE, 1996, p. 152;

Extrapolação: planeado com base em dados limitados ou reduzidos.

170 TURNER, 1972, p. 147

171 Ibidem, p. 134

172 Ibidem, p. 132

173 FERNANDES, 2015, p. 77

174 Ibidem.

comunicação" ¹⁷⁵. Estas noções vêm contribuir para estabelecer uma linguagem comum. A procura desta linguagem comum sublinha a importância da mediação nos processos de desenvolvimento e implementação de planeamentos de requalificação urbana que será bastante benéfico e oportuno na implementação dos processos participativos, como elemento 'integrador' da comunidade.

Ana Fernandes afirma que há um “um ressurgimento dessas preocupações sociais e do papel político do arquiteto” ¹⁷⁶ na discussão em torno das ideias de participação, colaboração, governança, capacitação. Apesar disso, o mercado e o Estado revelam-se incapazes de dar respostas às carências sociais e espaciais e há uma sensação de que as situações de disparidade se mantêm, ou até mesmo, se agravam, o que leva a autora a afirmar que há uma necessidade de repensar os papéis.

“Função social da arquitetura traduz-se numa preocupação com o impacto desencadeado não apenas pela transformação do espaço físico em si, mas, por um lado, por todo o processo (...) e, por outro, da própria visibilidade das questões da pobreza e da precaridade do ambiente construído colocando-as em debate na esfera pública e na consciência civil.” ¹⁷⁷

175 FERNANDES, 2015, p. 78

176 Ibidem, p. 91

177 Ibidem, p. 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo o aprofundamento das dinâmicas sociais impregnadas na prática da arquitetura e nos processos de transformação urbana. Tendo como ponto de partida a condição urbana atual e as diferentes realidades urbanas que se presenciam globalmente, conclui-se que o conceito tradicional de 'cidade' desvanece-se gradualmente em novas perspectivas de análise urbana. Este novo espectro de análise pretende 'aprender' das especificidades de cada situação urbana para melhorar adaptação de soluções às mais variadas necessidades de cada ambiente urbano. Deve ser pretendido hoje, portanto, a adaptação e contextualização de várias especificidades e não a universalidade de cada solução.

Esta nova concepção de análise e intervenção urbana só se completa com o espectro sociológico da realidade urbana. Tendo em conta que o ambiente urbano é hoje reflexo da diversidade, tanto económica, como cultural, a integração das comunidades nos processos de planeamento e nos processos de decisão é algo indispensável em processos de análise das transformações urbanas. Esta integração pode vir materializada nos processos participativos dos planeamentos e, segundo o nível de participação em cada fase do projeto, define-se o impacto e grau de materialização desta participação.

A inclusão destes processos participativos permite, idealmente, alcançar algum nível de justiça espacial e o 'combate' da tendência especulativa que atualmente se apresenta nos planeamentos de requalificação urbana.

O objeto de estudo permitiu, ao longo do trabalho, o aprofundamento teórico destas questões, mas também o confronto desta teoria com a realidade, que apresenta diversos fatores 'universais', como o peso do sistema capitalista e as suas consequências - mas também fatores específicos a nível histórico, característicos da identidade do conjunto urbano - a diversidade étnica, cultural e socio-económico do seu tecido social, a história de auto-construção e posterior luta contra a degradação do conjunto.

El Cabanyal apresenta-se no presente trabalho como símbolo de luta social contra planeamentos urbanos que perpetuariam a desintegração e desrespeito do valor patrimonial e dos direitos espaciais dos residentes deste conjunto urbano. Ultrapassa uma larga fase de planeamentos urbanísticos que patrocinavam a demolição de mais de 1500 vivendas para a construção de uma avenida que 'finalmente' dignificasse o bairro marítimo de Valência. Esta intenção dura décadas e patrocinou a continuada estigmatização do conjunto e dos seus residentes consigo, na total negligência e distanciamento do conjunto.

Os processos participativos aparecem aqui como resposta a um sistema desigual, mas ao mesmo tempo, como necessidade para a sobrevivência do conjunto urbano

e da sua comunidade. Aparece, desde o primeiro dia, como exigência de transparência destes processos e de integração do 'valor sociológico', continuamente ignorado.

Uma vez que nasce como manifestação contra o *PEPRI*, dá lugar a um conflito urbano. O presente trabalho analisou a evolução deste conflito desde iniciativas culturais e manifestações até à disputa pela verdade em torno das intenções especulativas e meramente estéticas do planeamento. Esta disputa dá-se com base na defesa das leis patrimoniais e com base na necessidade de requalificação urbana de todo o conjunto, uma vez que o *PEPRI* acentuava a degradação generalizada do bairro.

Podemos concluir que o processo participativo e combativo do bairro trouxe a implementação de uma nova realidade nos processos de regeneração urbana do bairro que se seguiriam ao revogado *PEPRI*. A estratégia *EDUSI*, proposta em 2015, incorpora uma análise bastante ampla, a nível territorial, demográfico e social. Pode afirmar-se que esta procura de transparência, inclusão e participação nos processos de planeamento urbano e na toma de decisões vê-se refletida nas intenções da estratégia.

Apesar disto, a realidade atual demonstra que a luta social e a revolução urbana não podem paralizar-se, tendo em conta o peso atual dos setores económicos e políticos, nomeadamente neste conjunto onde o valor da propriedade está em ascensão e que todo o território apresenta já consequências de especulação imobiliária. A estratégia *EDUSI* vê-se estagnada, por falta de fundos que, segundo o plano, já deveriam ter sido invertidas em obras no conjunto. Acompanhando estes atrasos, encontra-se a constante disputa deste território como elemento de campanha e a valorização deste conjunto urbano é outro dos fatores que faz com que a luta pela justiça espacial e por tentar evitar as consequências da gentrificação seja tão crucial, uma vez que as consequências da degradação e, contraditoriamente, da grande carga especulativa de que é alvo este território atualmente.

Outro dos planos consequentes ao *PEPRI* que apresenta ser uma consequência da luta social do conjunto - o mais recente *PEC*. Este plano 'especial' apresenta na sua memória descritiva objetivos semelhantes à estratégia anteriormente mencionada. Apesar disto, a realidade começa a transparecer outras intenções: o peso do setor económico e imobiliário no conjunto sobrepõe-se ao objetivo fundamental das plataformas contra o anterior *PEPRI*: a proteção e regeneração do bairro. Quer isto dizer que, as propostas megalómonas - por exemplo da construção de um hotel de quinze plantas num entorno onde, caracteristicamente, as alturas das edificações envolventes não ultrapassam as cinco-seis plantas - a despriorização da reabilitação da edificação existente - com o planeamento de novos edifícios de habitação sem 'tocar' nas zonas mais problemáticas do bairro - assim como a demolição dos *Bloques Portuários* e sua substituição por novas edificações sob o slogan de 'vivenda acessível' - ignorando as consequências para as inúmeras famílias que habitam estes blocos em diferentes graus de ilegalidade - parecem solidificar uma nova conce-

ção do bairro. Esta nova imagem atrai o setor imobiliário e grupos de maior poder aquisitivo, que acentuarão, uma vez mais, as desigualdades e poderá fomentar um novo conflito urbano.

Depois de toda a reflexão teórica sobre o caso de estudo parece pertinente refletir sobre o papel que têm os 'técnicos da arquitetura e urbanismo'. Uma vez que a nossa prática passa por transformar o espaço urbano, transforma também, evidentemente, o tecido social em que está inserido cada ambiente urbano que intervimos.

Devemos ter em conta agora as novas realidades urbanas, adotar novas abordagens de análise, integrando agora elementos socio-económicos, culturais e especificidades de cada território para uma maior adequação das nossas propostas. Hoje em dia, as novas soluções aparecem nos ambientes menos 'categoricamente' urbanos, tendo em conta que estes espaços são resultado de uma complexa rede de novos circuitos de capital, novos níveis de pressão imobiliária e distintas necessidades individuais e coletivas.

É a partir destes espaços incertos, não classificados que nascem novas formas de urbanidade. Devemos agora considerar a vida prática, a realidade social como elemento de projeto, como fator influenciador na toma de decisões e nos processos de desenho e planeamento urbano. Em momentos de intervenção, será pertinente aplicar as ferramentas que temos, mas sem nos limitarmos, abrir a possibilidade de ouvir e integrar novas visões, novos agentes, a 'comunidade' e a vida quotidiana que solidifica as relações sociais que mantêm cada conjunto urbano como um organismo coeso e completo.

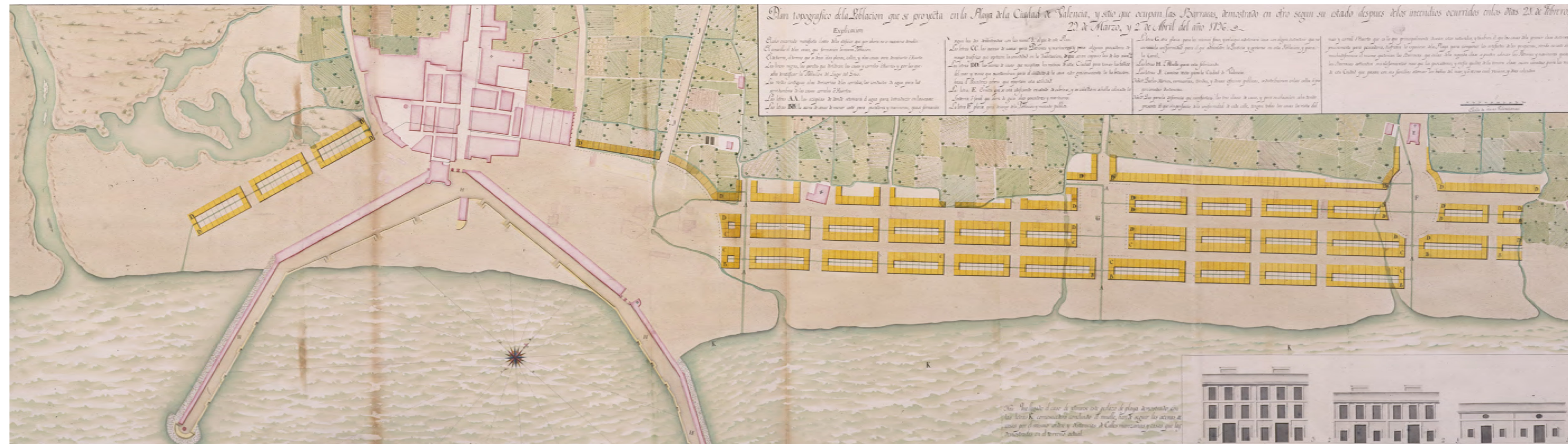
Como arquitetos, técnicos urbanos, hoje a profissão exige-nos um maior envolvimento nas questões sociais, uma vez que intervimos nas dinâmicas sociais e nas questões de ocupação humana.

ANEXOS

ANEXO 1

Plan Geografico de la poblacion de la playa de la ciudad de Valencia 1796

*Plan topografico de la Población que se proyecta en la Playa de la
Ciudad de Valencia*



ANEXO 2

Plan Especial de Protección y Reforma Interior 1998



1998

AMBITOS

- Limita del ámbito de Abastecimiento de agua potable M-4 del POU
- Limita del ámbito empleado del POU
- Limita del ámbito BC

BIENES PROTEGIDOS

- Elemento protegido
- Elemento protegido en áreas no residenciales

PARAMETROS DE LA EDIFICACION

- Alisamiento exterior o interior
- Cambio de altura
- Alisamiento exterior
- Piso de parcela o espacio libre de uso privado
- Altura máxima en número de plantas (incluido planta baja)
- Agregación parcelaria obligatoria

RED PRIMARIA DE DOTACIONES PUBLICAS

- GRV: Red Vía primaria
- GEL: Red secundaria de zonas verdes y espacios libres
- GSP-1: Red primaria de equipamientos
- GSP-2: Red primaria de equipamientos deportivos
- GSP-3: Red primaria de equipamientos culturales
- GSP-4: Red primaria de equipamientos sanitarios

RED SECUNDARIA DE DOTACIONES PUBLICAS

- RV: Red Vía secundaria
- EL: Red secundaria de zonas verdes, espacios libres e itinerarios peatonales
- EC-1: Red secundaria de equipamientos deportivos
- EC-2: Red secundaria de equipamientos culturales
- EC-3: Red secundaria de equipamientos sanitarios
- EC-4: Red secundaria de equipamientos institucionales

ZONAS Y ENCLAVES DE USO DOMINANTE NO RESIDENCIAL

- ED: Educativo
- SO: Socio Cultural
- RG: Religioso

PATRIMONIO PUBLICO DE SUELO

- PMS: Patrimonio municipal de suelo

AYUNTAMIENTO DE VALENCIA
PLAN ESPECIAL DE PROTECCION Y DE REFORMA INTERIOR
EL CABANYAL-CANYAMELAR
ORDENACION
RÉGIMEN URBANÍSTICO
MAYO 2002

N

ANEXO 3

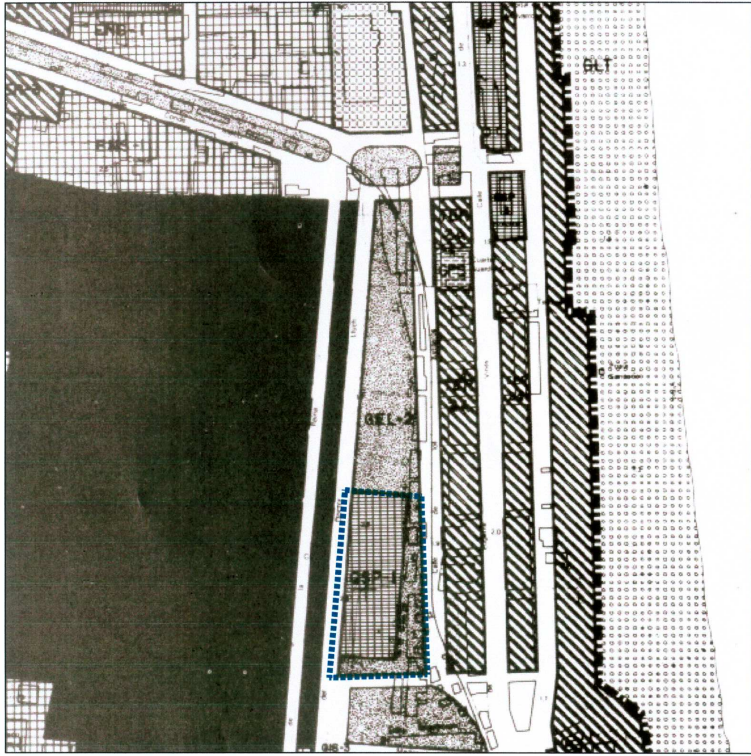
Plan Especial de Protección y Reforma Interior, 1998

Catálogo de edificios protegidos do anterior *PGOU*

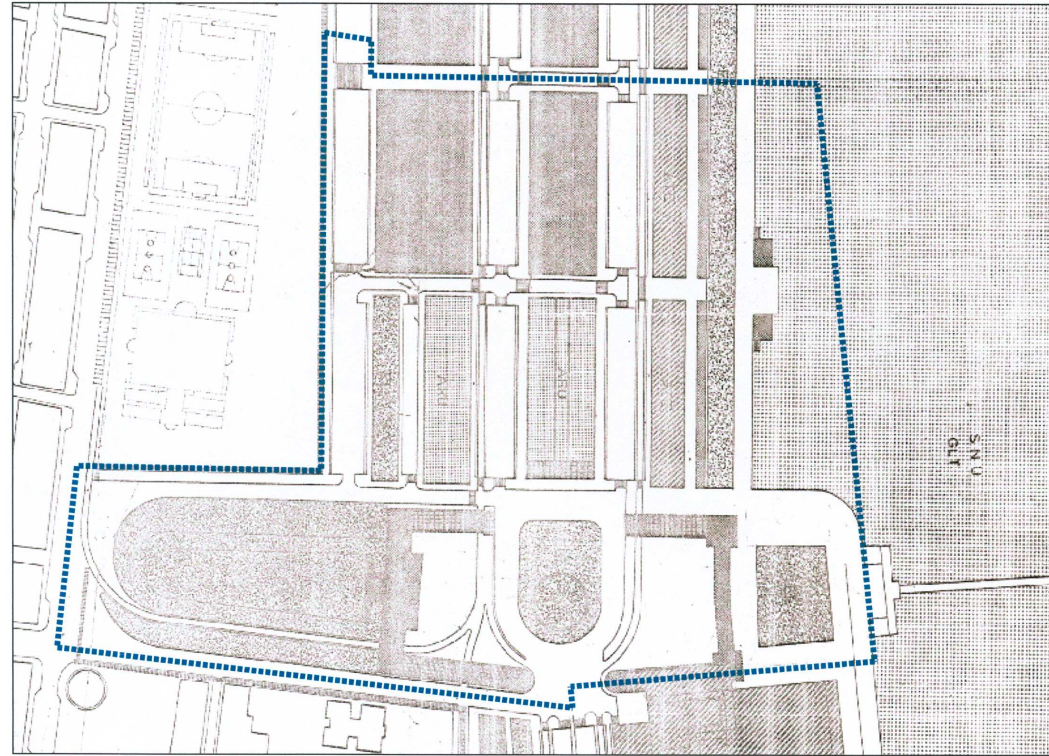
ANEXO 4

Plan Especial de Protección y Reforma Interior 1998

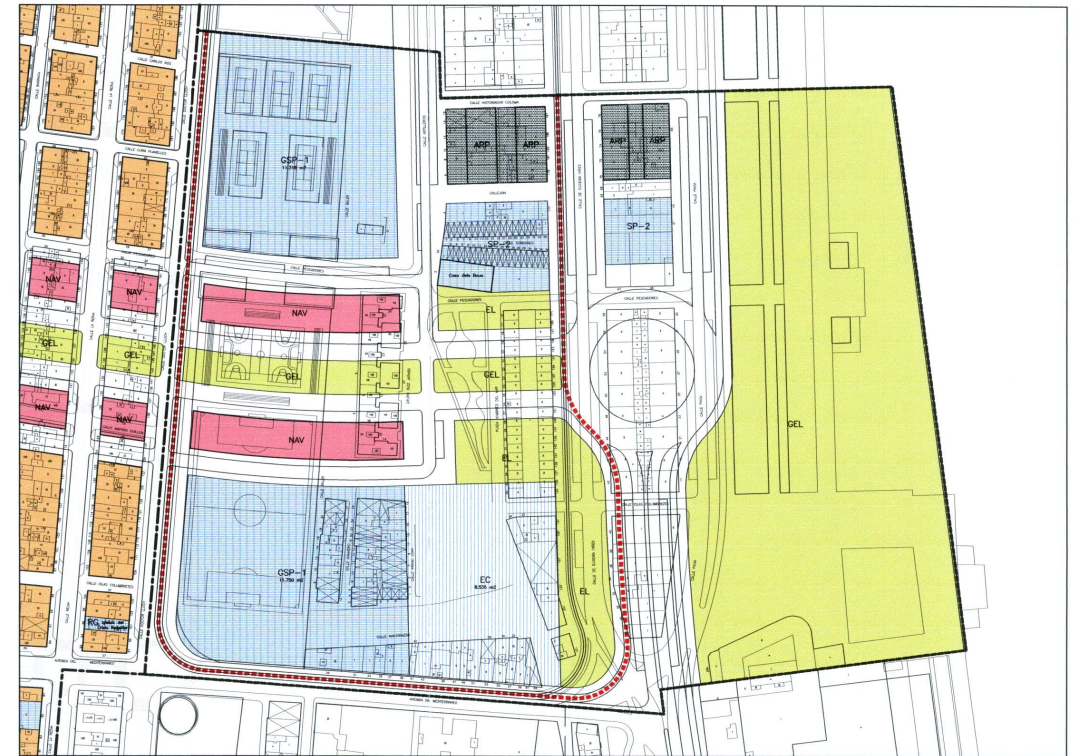
Zona Frente Marítima



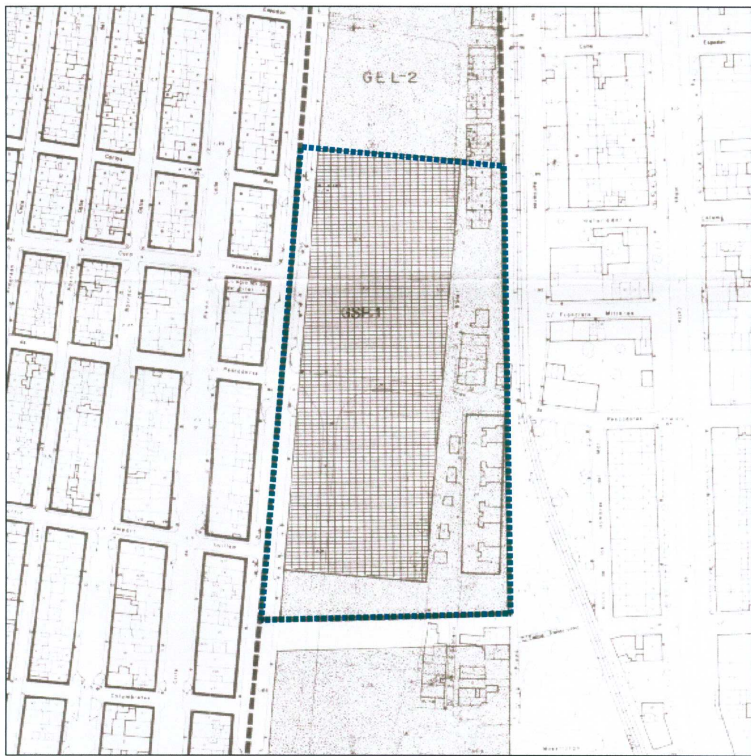
PLAN GENERAL DE ORDENACIÓN URBANA
CALIFICACIÓN DEL SUELO. SERIE B. HOJA 5G.
Escala 1/5.000



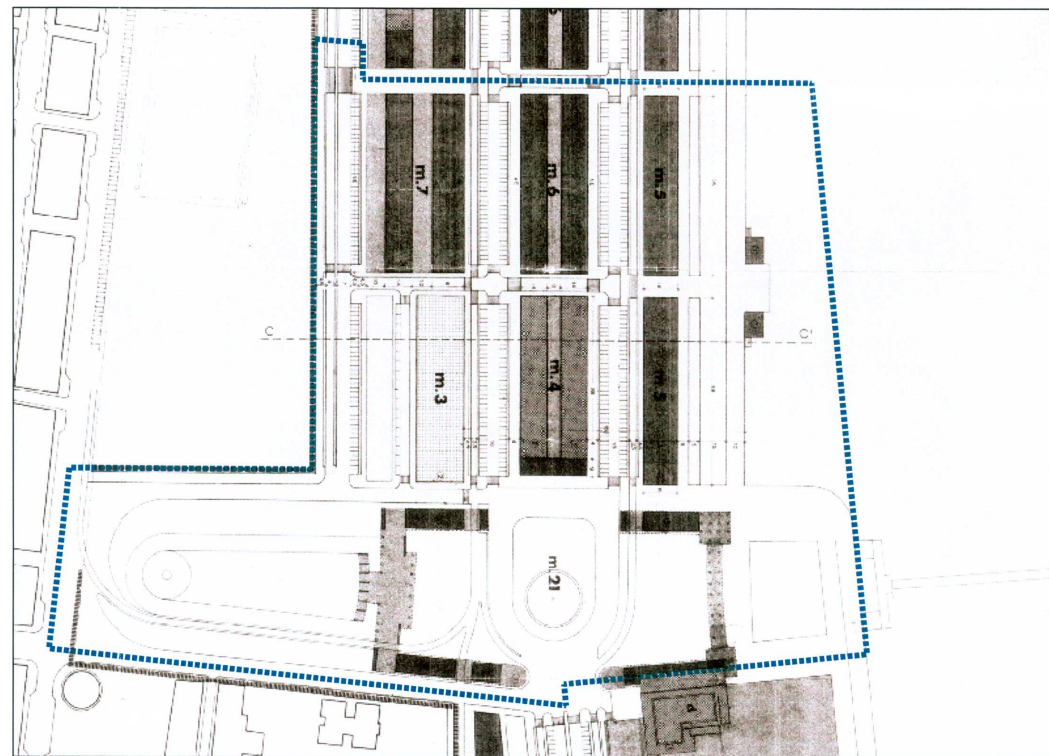
PLAN ESPECIAL DE ORDENACIÓN DEL PASEO MARÍTIMO
CALIFICACIÓN Y USOS DEL SUELO.
Escala 1/2.000



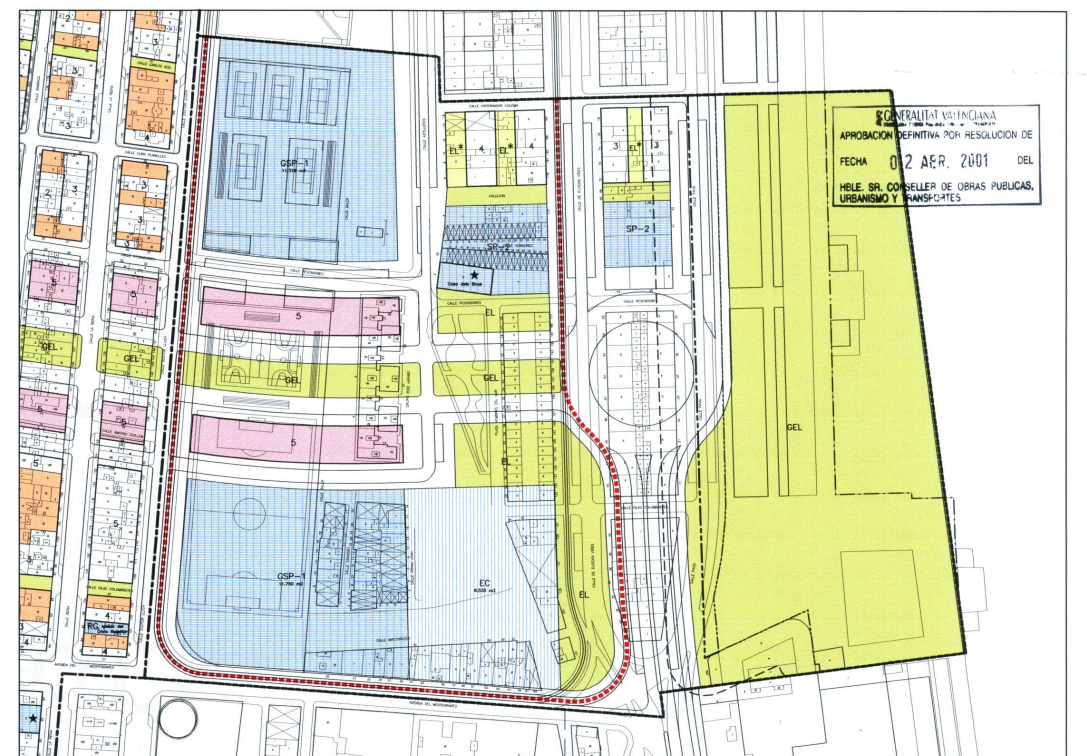
PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN Y DE REFORMA INTERIOR EL CABANYAL-CANYAMELAR
ZONIFICACIÓN.
Escala 1/2.000



PLAN GENERAL DE ORDENACIÓN URBANA
ESTRUCTURA URBANA. SERIE C. HOJA 37.
Escala 1/2.000



PLAN ESPECIAL DE ORDENACIÓN DEL PASEO MARÍTIMO
ESTRUCTURA URBANA, ALINEACIONES Y ALTURAS DE LA EDIFICACIÓN.
Escala 1/2.000



PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN Y DE REFORMA INTERIOR EL CABANYAL-CANYAMELAR
RÉGIMEN URBANÍSTICO.
Escala 1/2.000

Ámbito de la modificación



AJUNTAMENT DE VALÈNCIA
 ÀREA DE URBANISME - SERVICIO DE PLANEAMIENTO
MODIFICACIÓN DEL PLANEAMIENTO VIGENTE (PGOU Y PEOPM)
 EN EL ÁMBITO DEL PLAN ESPECIAL DE PROTECCIÓN Y DE REFORMA INTERIOR EL CABANYAL-CANYAMELAR
PLANO M4. ZONA FRENTE MARÍTIMO.
 Escala 1/2.000 Marzo 2000
 (Marzo 2001)

Vicente Corell Farinós
 arquitecto

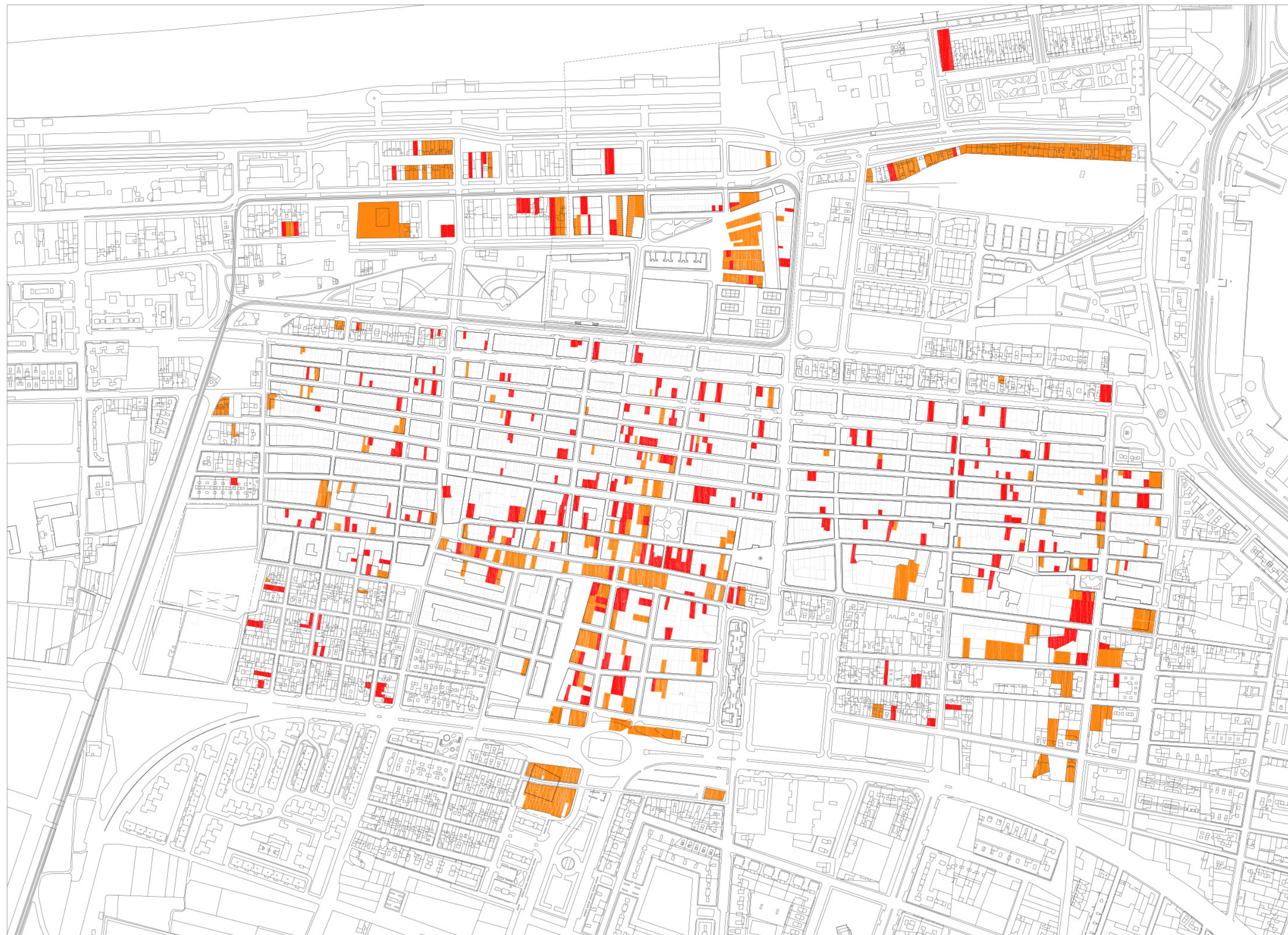
Joaquín Monfort Salvador
 arquitecto

CORELL Y MONFORT ARQUITECTOS

ANEXO 5

Estratégia de Desarrollo Urbano Sostenible Integrable 2015

Mapificação de solares livres e abandonados



SOLAR



ABANDONADO

ANEXO 6

Estratégia de Desarrollo Urbano Sostenible Integrable 2015

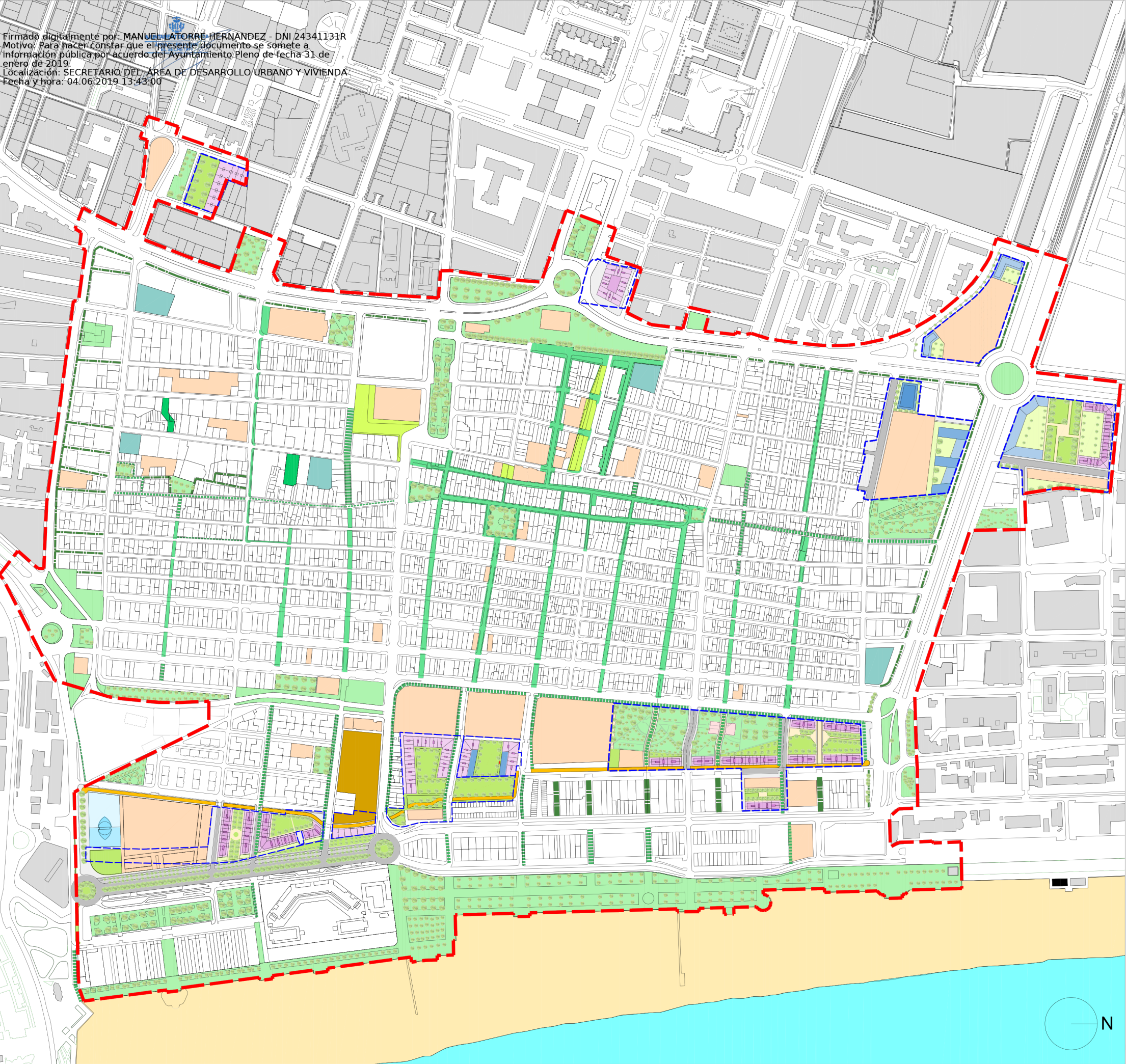
Mapificação de equipamentos existentes

ANEXO 7

Plan Especial del Cabanyal 2019

Plano de síntese da intervenção

Firmado digitalmente por: MANUEL LATORRE HERNÁNDEZ - DNI 24341131R
Motivo: Para hacer constar que el presente documento se somete a
información pública por acuerdo del Ayuntamiento Pleno de fecha 31 de
enero de 2019.
Localización: SECRETARÍO DEL ÀREA DE DESARROLLO URBANO Y VIVIENDA
Fecha y hora: 04.06.2019 13:43:00



PLA ESPECIAL DEL CABANYAL - CANYAMELAR

VERSIÓN PRELIMINAR DEL PLAN

PLÀNOLS DE PROPOSTA - PLANOS DE PROPUESTA

0.00 PLANO DE SÍNTESIS

enero - 2019

1/6.000

Promotor:

Contratista:

Equip Tècnic del Pla Especial Cabanyal-Canyamelar
CIF. nº. B-96-479092
C/ Conde Altea nº 1, 1º, 4ª C.P.- 46005 (Valencia)

Gerardo Roger Fernández

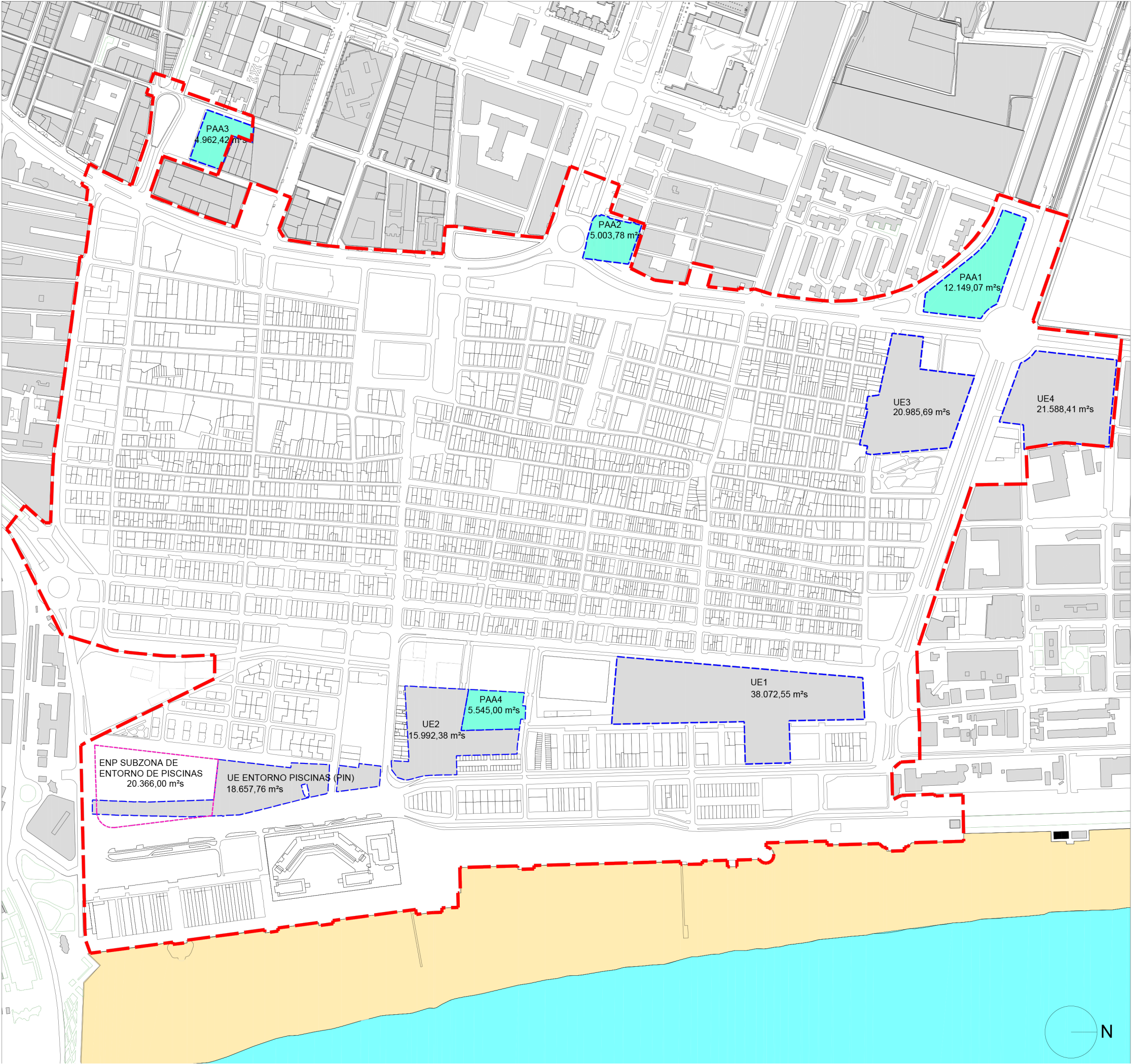
Luis Casado Martín

- LEYENDA
- LÍMITE ÁMBITO PLAN ESPECIAL
 - LÍMITE UNIDAD DE EJECUCIÓN
 - RESIDENCIAL PLURIFAMILIAR (EDA)
 - TERCIARIO HOTELERO (TER-THO)
 - TERCIARIO EDUCATIVO (TER-EDUC)
(Compatible con el resto de Usos Terciarios)
 - TERCIARIO COMERCIAL (TER-TCO)
 - ZONA VERDE PRIVADA (ZVP)
 - DOTACIONAL RESIDENCIAL (QR)
 - EQUIPAMIENTO (QM)
 - ZONA VERDE PÚBLICA (ZV)
 - VIARIO (RV)
 - EDIFICIO DOTACIONAL
 - SENDERO PÚBLICO SOBRE ANTIGUAS VÍAS FEVE
 - ZONA VERDE PREEXISTENTE
 - EDUCATIVO
 - APARCAMIENTOS
 - RESTO DE USOS
 - ZONAS VERDES EXISTENTES (ZVP)
 - ZONAS VERDES DE NUEVA EJECUCIÓN EN SUELO PÚBLICO YA OBTENIDO (ZVNU)
 - ZONAS VERDES EN ACT. INTEGRADAS (ZVINT)
 - ZONAS VERDES EN ACT. AISLADAS (ZVAIS)
 - SENDERO PÚBLICO SOBRE ANTIGUAS VÍAS FEVE
 - VIARIOS COEXISTENCIA-EDUSI
 - VIARIOS COEXISTENCIA PROPUESTOS PEC
 - VIARIOS COEXISTENCIA PREEXISTENTES

ANEXO 8

Plano Especial del Cabanyal 2019

Plano de delimitação de atuações



PLA ESPECIAL DEL CABANYAL - CANYAMELAR

VERSIÓN PRELIMINAR DEL PLAN

PLÀNOLS DE PROPOSTA - PLANOS DE PROPUESTA

0.02

DELIMITACIÓN ACTUACIONES

enero - 2019

1/6.000

Promotor:

AUMSA

AJUNTAMENT DE VALÈNCIA

Contratista:

Equip Tècnic del Pla Especial Cabanyal-Canyamelar

CIF. nº. B-96-479092

C/ Conde Altea nº 1, 1º, 4ª C.P. - 46005 (Valencia)



Gerardo Roger Fernández



Luis Casado Martín

LEYENDA

- ÁMBITO DEL PLAN ESPECIAL
- UNIDAD DE EJECUCIÓN (UE)
- PROGRAMA DE ACTUACIÓN AISLADA (PAA)
- SUBZONA DE ORDENACIÓN "ENTORNO PISCINAS" (ENP)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Charles, Language of Cities: A Glossary of Terms, New York : Viking Press, 1971

CASTELLS, Manuel. Crisis urbana y cambio social. 1ed. Madrid: Siglo XXI de España. 1981.

HERRERO GARCÍA, Luis Fco, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016

FERNANDES, Ana Luísa Da Silva, Entre Remediar e Solucionar, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 2015

HAMDI, Nabeel; GOETHER, Reinhard; Action Planning for Cities: A Guide to Community Practice; Chichester: John Wiley & Sons, 1997

LEFEBVRE, Henri, The Right to the City, em Writings on Cities, Blackwell Publishers, Oxford, 1996

MOLANO CAMARGO, Frank, El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea. Revista Folios. 2016; (44):3-19.[fecha de Consulta 12 de Febrero de 2021]. (Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3459/345945922001>)

MOSER, Caroline O. N., The problem of evaluating community participation in urban development projects, Evaluating Community Participation in Urban Development Projects, Development Planning Unit Working Paper No. 14 (1983)

ORO, Aitor Varea, A Arte de Participar, em Criar Corpo Criar Cidade, Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018

ORO, Aitor Varea, La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto, Universitat Politècnica de València, Outubro 2015

SCHMID, Christian, Journeys through planetary urbanization: Decentering perspectives on the urban, Zurique, 2018

SOJA, Edward, Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones, Traficantes de Sueños, Madrid, 2008

TURNER, John F. C., The Reeducation of a Professional, in Freedom to Build, dweller control of the housing process; Collier Macmillan, Nova Iorque, 1972, p. 122 - 147

WATES, Nick, The Community Planning Handbook, Londres: Earthscan, 2000

DOCUMENTOS

E.D.U.S.I. -Estrategia de Desarrollo Urbano Sostenible Integrado para el Cabanyal- Canyameler – Cap de França, València, Dezembro 2015; Equipa técnica: Carmel Gradolí, Isabel González, Bruno Sauer, Maite Ferrando, Inma Giner, Eva Raga, Lluís Catalá, Bárbara Branchini, Sandra Vilaplana

Memória Justificativa correspondente ao Plan Especial de Cabanyal- Canyameler e su entorno urbano (PEC); Equipa técnica: Gerardo Roger Fernández, Luis Casado Martín

Planos de Ordenación do PEC; Equipa técnica: Gerardo Roger Fernández, Luis Casado Martín

WEB

<https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/> ; Consultado em 22/01/2021

<https://www.viaverdecabanyal.com/> ; Consultado em 22/01/2021

<https://startupxplore.com/es/servicios-startups/comunidades-startups/fundacion-inndea> ; Consultado em 01/03/2021

https://ec.europa.eu/regional_policy/es/funding/erdf/; Consultado em: 01/03/2021

<https://valenciaplaza.com/cabanyal-paisaje-tras-la-batalla-cuando-todo-esta-por-hacer> ; Consultado em 06/04/2021

<https://valenciaplaza.com/hotel-plan-cabanyal-urbanismo-costas>; Consultado em 06/04/2021

<https://valenciaplaza.com/vecinos-del-cabanyal-piden-mas-limites-a-los-pisos-turisticos-y-la-reduccion-de-alturas-para-nuevas-fincas>

LISTA E CRÉDITOS DE IMAGENS

- Figura 1 <http://zonamaritima.blogspot.com/2010/>
- Figura 2 <http://zonamaritima.blogspot.com/2010/>
- Figura 3 Fotografia de autoria própria.
- Figura 4 Fotografia satélite através de GoogleMaps
- Figura 5 Elaboração própria a partir de GoogleMaps
- Figura 6 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 15
- Figura 7 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 28
- Figura 8 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 16
- Figura 9 VAREA ORO, Aitor, La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto, Universitat Politècnica de València, Outubro 2015, p. 161
- Figura 10 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 99
- Figura 11 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 36-37
- Figura 12 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 36-37
- Figura 13 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 85
- Figura 14 CALVER, Albert Frederick Valencia and Murcia, a Glanca at African Spain, 1911, p. 79
- Figura 15 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 67
- Figura 16 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 75
- Figura 17 <http://zonamaritima.blogspot.com/2010/>
- Figura 18 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 99

- Figura 19 <http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/vTramitacionWeb/87CD7290E8E7A66BC12577A00044076E?OpenDocument&Categoria=MPG&lang=1&nivel=&colApoyo=1&lang=1&bdOrigen=ayuntamie nto/urbanismo.nsf>
- Figura 20 <https://visor.gva.es/visor/>
- Figura 21 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 225
- Figura 22 Fotografía de autoria própria.
- Figura 23 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 102-103
- Figura 24 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 120
- Figura 25 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 134
- Figura 26 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 197
- Figura 27 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 127
- Figura 28 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 123
- Figura 29 <https://www.valencia.es/web/guest/cas/urbanismo/plan-general-ordenacion-urbana/-/content/plan-general-de-ordenaci%C3%B3n-urbana-1988?uid=01E912E529EB345CC1257B940035F178>
- Figura 30 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 139
- Figura 31 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 139
- Figura 32 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 139
- Figura 33 [http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/\\$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritim o.pdf?OpenElement](http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritim o.pdf?OpenElement)
- Figura 34 [http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/\\$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritim o.pdf?OpenElement](http://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo2.nsf/0/CABF10AA700841D9C125790A0029F9EC/$FILE/M4-%20Zona%20Frente%20Maritim o.pdf?OpenElement)

- Figura 35 Fotografia de elaboração própria
- Figura 36 <https://valenciaplaza.com/cabanyal-paisaje-tras-la-batalla-cuando-todo-esta-por-hacer>
- Figura 37 <http://fundaciongoerlich.blogspot.com/>
- Figura 38 <http://fundaciongoerlich.blogspot.com/>
- Figura 39 Fotografia de elaboração própria
- Figura 40 HERRERO GARCÍA, Luis, El Cabanyal: Permanencias y transformación, Departamento de Proyectos Arquitectónicos Universidade Politécnica de Valencia, Janeiro 2016; p. 229
- Figura 41 <http://edusi.es/content/desarrollo-urbano-sostenible>
- Figura 42 <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>
- Figura 43 <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>
- Figura 44 <https://valenciaplaza.com/hotel-plan-cabanyal-urbanismo-costas>
- Figura 45 <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>
- Figura 46 <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>
- Figura 47 <https://pecplaespecial.wordpress.com/pec-documentos/>
- Figura 48 <https://www.viaverdecabanyal.com/>
- Figura 49 <https://www.viaverdecabanyal.com/>
- Figura 50 <https://www.publico.es/politica/ordago-rita-barbera-cabanyal.html>
- Figura 51 <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=16>
- Figura 52 VAREA ORO, Aitor, La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto, Universitat Politècnica de València, Outubro 2015, p. 174
- Figura 53 VAREA ORO, Aitor, La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto, Universitat Politècnica de València, Outubro 2015, p. 172
- Figura 54 <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=16>
- Figura 55 <https://www.facebook.com/Cabanyal-Portes-Obertes-1403830416537978/>
- Figura 56 <http://cabanyalintim.com/>
- Figura 57 <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=15>
- Figura 58 <https://www.levante-emv.com/fotos/valencia/2019/06/09/lucha-vecinal-salvem-cabanyal-imagenes-11258602.html#foto=14>
- Figura 59 <https://valenciaplaza.com/cabanyal-paisaje-tras-la-batalla-cuando-todo-esta-por-hacer>
- Figura 60 Fotografia de elaboração própria
- Figura 61 Fotografia de elaboração própria
- Figura 62 tradução através da tabela original em: VAREA ORO, Aitor, La Arquitectura del Territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto, Universitat Politècnica de València, Outubro 2015, p. 184

EL CABANYAL

O papel das dinâmicas sociais nos processos de
transformação urbana

Rute Portela Moraes

FACULDADE DE ARQUITETURA



